

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DAS LÁGRIMAS À ESPERANÇA:
O Processo de Fortalecimento das Mulheres em Situação
de Violência Doméstica
Dissertação de Mestrado

FABRICIO ANDRÉ TAVARES

Prof. Orientador: Professora Dra. Patrícia K. Grossi.

Porto Alegre
Março
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**DAS LÁGRIMAS À ESPERANÇA:
O Processo de Fortalecimento das Mulheres em Situação
de Violência Doméstica**

O presente estudo constitui-se numa Dissertação de Mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Fabrício André Tavares.

Prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre

Março

2008

Dedicatória

À Noiva Gislaine, fonte perene de amor e inspiração, suporte incondicional em todos os momentos e base na qual tenho me apoiado para realizar meus sonhos.

Aos familiares, em especial Pai Delci, Mãe Leoni e Irmãs Fernanda e Ana Carina, verdadeiras razões de todo o meu esforço em alcançar meu maior objetivo: representar-lhes um bom exemplo a ser inspirado.

Ao estimado Tio Seno, que, mesmo distante, certamente se faz presente em espírito neste momento tão significativo. Ensinos e apoio nesta caminhada, para sempre serão tomados como estímulos para a trajetória que se segue.

Agradecimentos

À Esposa, Gislaíne, que com seu amor, carinho, compreensão, e todo o conhecimento enquanto profissional constituiu-se como pessoa significativa tendo participado de todo este período, desde a etapa de seleção para o curso de Mestrado. E agora, comigo compartilhando as alegrias de mais uma etapa concretizada de minha vida.

A todos os familiares e em especial Pai, Mãe e Irmãs, que contribuíram em todas as etapas da vida para o meu desenvolvimento e acompanharam a conclusão de mais uma fase na minha trajetória profissional e no meu crescimento pessoal.

Em memória do saudoso Tio Seno, hoje não mais presente entre nós, mas que com a eficácia da carreira profissional, enquanto assistente social, assim como pessoa, cativou a muitos, e deixou o legado de uma contribuição inenarrável que muito contribui para o Serviço Social, a ser seguido por todos.

À estimada professora Dra. Patrícia Krieger Grossi, Orientadora, amiga, companheira nestes dois anos, que possibilitou, assim como a constante troca para a elaboração da dissertação, uma vivência junto de riquíssimos contatos na área da violência doméstica, permitindo com que muitas compreensões fossem ampliadas a cerca da temática. Disponibilizando conhecimento, autonomia, assim como apoio e cumplicidade, constituiu-se numa pessoa especial e significativa neste mestrado, assim como zelo na qualidade deste trabalho.

Ao grande professor Chico, aquele que me ensinou a fazer pesquisa, a trabalhar com informática, Orientador de TCC, paraninfo da turma de graduação, dentre outras contribuições. Agradeço pela amizade fraternal, pelo incentivo, acolhimento, assim como reconhecimento nos momentos das conquistas e das dificuldades.

Aos professores assistentes sociais que, muito mais do que doutores, se constituíram enquanto amigos, redes essenciais neste momento de significativo crescimento profissional. Em especial aos professores que tem acompanhado esta caminhada, desde o início do curso de graduação em Serviço Social, Dra. Adriane Ferrarini, Supervisora de estágio em Serviço Social e hoje presente na Banca Final; e Dra. Ana Lúcia Maciel, que com contribuições significativas, tornaram-se essenciais para que os ensinamentos aprendidos pudessem ser hoje aprimorados, e devolvidos enquanto dissertação de mestrado.

A todos os colegas do curso de mestrado em Serviço Social. Hoje concluímos mais uma etapa de crescimento, e que certamente nos trará um diferencial no mundo competitivo no qual estamos inseridos, e que carecem de uma atuação propositiva, embasada nos códigos de ética profissional.

Aos colegas do Núcleo de pesquisa NEPEVI, que nestes dois anos, se tornaram redes significativas de apoio assim como incentivo. Em especial a Simone, Marisa, José Wesley, Érika e Taís, que estiveram presentes desde o início de minha inserção, e que me acolheram de forma significativa.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, assim como a todos os professores, que possibilitaram, através de diferentes contribuições, que esse trabalho fosse constantemente aprimorado e enriquecido. Em especial as professoras Dra. Gleny, Dra. Jane Prates e Dra. Beatriz Aginsky, que muito contribuíram desde a formulação do projeto de pesquisa até a análise final dos dados coletados, assim como nos conteúdos aprendidos nas disciplinas teóricas e práticas.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, enfatizando o Antonio e Juliana, pela atenção, esclarecimentos, e disponibilidade sempre constantes neste período.

Aos Assistentes Sociais participantes deste estudo, que se dispuseram a colaborar. Graças a todos, este trabalho se concretiza.

A todas as mulheres, vítimas da violência doméstica, que romperam com o silêncio e, em muito colaboraram neste trabalho. Que a vida delas seja iluminada pela luz da esperança.

Aos amigos de infância, que me incentivaram em todo o processo de mestrado e me apoiaram em todos os momentos. Não vou tentar citar todos para não cometer nenhum esquecimento. No entanto quero agradecer, em especial, a Leonel, Paulo, Andrei, Leandro e Sorvete, que se fizeram ainda mais constantes nestes dois anos de trajetória.

Ao CNPQ, pelo investimento financeiro e viabilização de condições para a realização do Mestrado.

E a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, assim como etapa profissional de Mestrado, que se finda. Certamente todos os conhecimentos apreendidos farão parte dos processos de trabalho que se seguirão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 APRESENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	18
1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: PRIMEIROS CONTATOS COM A DOR.....	18
1.2 O PROCESSO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA DOR: REFLEXÕES INICIAIS.....	22
1.2 A PROPOSTA DE ESTUDO.....	26
2 LÁGRIMAS NO SILÊNCIO: REFLEXOS DA VIOLÊNCIA CONTEMPORÂNEA CONTRA A MULHER	30
2.1 QUESTÃO SOCIAL: VELHAS E NOVAS EXPRESSÕES.....	31
2.2 VIOLÊNCIA E QUESTÃO SOCIAL: HISTORICIDADE E CONTEMPORANEIDADE.....	37
2.3 VIOLÊNCIA E GÊNERO: A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	45
3 O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	55
3.1 O MÉTODO.....	55
3.2 OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS.....	66
3.3 SUJEITOS / UNIVERSO E AMOSTRA.....	71
3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	74
3.5 MODO DE ANÁLISE, REPRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE RESUL- TADOS.....	75
4 ROMPENDO O CICLO DA DOR: O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	79
4.1 RETRATOS DA DOR – OBJETO DO PROCESSO DE TABALHO.....	79
4.1.1 Conhecendo as mulheres em situação de violência doméstica	80
4.1.2 A violência e suas dimensões	107
4.1.3 As redes de pertencimento das mulheres em situação de violência doméstica	120

4.2 OS INSTRUMENTOS DO AGIR PROFISSIONAL.....	128
4.2.1 Perfil dos profissionais.....	129
4.2.2 Operacionalizando o processo de trabalho.....	143
4.3 SUPERANDO A DOR: AS LÁGRIMAS DE ESPERANÇA COMO PRODUTO DO PROCESSO DE TRABALHO.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217
ANEXOS.....	226

RESUMO

A violência contra a mulher constitui-se como uma das formas mais comuns de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, sendo então uma das violações dos direitos humanos mais praticada e menos reconhecida em todo o mundo. Violência esta definida, segundo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o processo de trabalho realizado pelos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica, com vista a contribuir para a formulação de uma proposta de atuação que tenha como eixo norteador a busca pelo enfrentamento destas situações, desvinculando-as do ciclo de violência que se encontram. Procurou-se ainda, analisar os principais fatores que envolvem a situação de submissão das mulheres em situação de violência doméstica, assim como os motivos que as levam a permanecerem inseridas no Ciclo de violência; e verificar os limites e possibilidades da rede de Serviços de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e a influência no processo de trabalho do Assistente Social. Tiveram-se como sujeitos da pesquisa, Assistentes Sociais vinculados às prefeituras dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, assim como as mulheres em situação de violência doméstica atendidas por estes. Para a análise dos dados coletados, fez-se uso do método dialético crítico, embasado nas categorias propostas por Marx, que seriam: totalidade, contradição, historicidade, cotidiano e mediação. Conclui-se que o processo de trabalho do assistente social contribui para o fortalecimento das resistências das mulheres em situação de violência doméstica frente as diferentes agressões sofridas. A articulação das redes primárias e secundárias contribuem para o empoderamento destas, conforme o relato dos profissionais o que embasa a questão teórico-metodológica da atuação do assistente social.

Palavras Chave: Processo de Trabalho, Serviço Social, Violência, Mulher em situação de violência Doméstica.

ABSTRACT

Violence against women is one of the most common expressions of violence, and yet one of the most invisible ones. It is the most practiced and less recognized violation of human rights in the world. This violence is defined in the Maria da Penha Law (Law 11.340) as “any action or omission based on gender that can cause death, injuries, physical, sexual or emotional suffering, and moral or material harm. The present work has the main objective to analyze the work processes carried out by social workers along with women in domestic violence situation with the aim to contribute for the elaboration of an intervention proposal for coping with these situations, breaking up the cycle of violence that they are within. We tried to analyze the main factors that involved the submission of women in domestic violence situations as well as the reasons that keep them inside the cycle of violence as well as to verify the limits and possibilities of the network of services for these women, and its influence on the work processes of the social worker. The research subjects were social workers from Municipal County (Novo Hamburgo and São Leopoldo) as well as women in domestic violence situations who attend those services. For the data analysis, it was used the critical dialectic method based on the categories proposed by Marx such as totality, contradiction, historicity, daily life and mediation. It was concluded that the work processes contribute for the strengthenment of the resistance of women in domestic violence situations against the violence suffered by them. The articulation of the primary and secondary network contributes for their empowerment according to the professional’s narratives, and it provides a theoretical and methodological basis for the intervention of the social worker.

Key-words: Work processes, social work, violence, women in domestic violence situation

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Procedimentos operacionais.....	67
FIGURA 2 – Análise temática.....	77
FIGURA 3 – Ciclo de violência doméstica.....	99
FIGURA 4 – Consequências da violência doméstica contra a mulher.....	111
FIGURA 5 – Redes primárias das mulheres em situação de violência Doméstica.....	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Consequência das violências sofridas pelas mulheres.....	113
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Critério para escolha das amostras.....	73
QUADRO 2 - Redes primárias das mulheres em situação de violência Doméstica.....	122
QUADRO 3 – Rede de serviços procurada pelas mulheres em situação de violência doméstica.....	127
QUADRO 4 – Princípios do Código de Ética que embasam as relações do Assistente Social com os usuários.....	135
QUADRO 5 – Capacitações na área da violência contra a mulher.....	168
QUADRO 6 – Contribuições da Lei Maria da Penha no atendimento às Mulheres Em situação de violência doméstica.....	176
QUADRO 7 – Relato das mulheres que se libertam do ciclo das agressões..	189

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Idade das mulheres.....	81
GRÁFICO 2 - Número de pessoas que residem na mesma casa.....	84
GRÁFICO 3 – Situação sócio-econômica da família.....	85
GRÁFICO 4 – Uso de substância psicoativa por parte do agressor.....	103
GRÁFICO 5 – Escolaridade da mulher.....	117
GRÁFICO 6 – Ocupação da mulher.....	118
GRÁFICO 7 – Ano de conclusão do curso de Serviço Social.....	132
GRÁFICO 8 – Interesse dos Assistentes Sociais pela área da violência.....	137
GRÁFICO 9 – Tempo em que atende mulheres em situação de violência doméstica.....	138

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui-se como uma das formas mais comuns de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, sendo então uma das violações dos direitos humanos mais praticada e menos reconhecida em todo o mundo. Violência esta entendida, segundo a Organização Mundial da Saúde (2004), como *“uma patologia social com caráter epidêmico, que perpassa classes sociais, raças, etnias e gerações”*.

Estudos e pesquisas encomendadas pelo Ministério da Saúde e pela ONU apontam que a violência contra a mulher atinge milhares de brasileiras, independente de idade e classe social, além da maioria dos casos ocorrerem dentro do próprio lar, tendo o cônjuge/companheiro, como o agressor. Estima-se, segundo a Pesquisa Perseu Abramo (2001), que a cada 15 segundos uma mulher é violentada no País.

Compreende-se que a violência doméstica contra a mulher¹ é fruto de uma construção social que demarca espaços de poder, privilegiando os homens e oprimindo as mulheres. A violência marca profundamente o corpo e os espaços psíquicos da mulher, tendo graves conseqüências para a saúde física (lesões corporais leves e graves, transtornos gastro-intestinais); psicológica (depressão, ansiedade, tentativa de suicídio), e sexuais (doenças sexualmente transmissíveis, medo). Constitui-se ainda, conforme destaca Saffioti (1997, p.08), *“uma violação aos direitos humanos e um obstáculo para a cidadania de milhares de mulheres”*.

Embora o silêncio persista na maioria dos lares, compreende-se que a demanda torna-se emergente para o processo de trabalho do assistente

¹ Em razão da variedade de nomeações relacionadas a violência contra a mulher, neste estudo será adotada a expressão “violência doméstica contra a mulher” tomando como elemento que a caracterize, as dimensões: física, psicológica e sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, na forma de cônjuge e ex-cônjuge, independente se ocorreu no espaço público ou ambiente doméstico. Heise (1995) considera que os resultados de estimativas de violência são, muitas vezes, de difícil comparação em função, principalmente, da variedade de nomeações atribuídas a violência contra a mulher.

social, em razão de que muitas destas mulheres passam a romper com este ciclo de agressões que se perpetuavam em suas vidas, na busca por um apoio profissional, que contribua para o processo de resistência a todas estas agressões que as mesmas sofriam, até então.

Observa-se que, historicamente, o Serviço Social sempre esteve vinculado à concepção de ser uma profissão eminentemente assistencialista e paternalista, sem uma identidade definida. O surgimento da profissão no Brasil se dá vinculado à Igreja para a recuperação e a defesa de seus interesses junto às classes subalternas e à família operária “ameaçada” pelas idéias comunistas. Como estratégia dos setores dominantes para sua legitimação, o Estado irá incorporá-lo posteriormente para a implementação de políticas assistenciais buscando atenuar os conflitos de classe. Será através desse enfrentamento da questão social que ocorre sua institucionalização e se altera sua “*clientela para o atendimento da classe operária*” (BARROCO, 2003, p.28).

Seguindo um processo de reafirmação da identidade profissional, através do movimento de intenção de ruptura, existente desde os anos 70 do século XX, tem-se como relevante, a aproximação do Serviço Social junto da corrente marxista, que possibilita à profissão, readequar seu agir profissional. Fruto dos debates organizados pela ABESS² dentro do processo de revisão curricular do ensino de graduação em Serviço Social no país, tendo como produto a formulação de uma proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, conforme exigência da Lei de Diretrizes da Base da Educação Nacional, o Serviço Social passa a ser considerado como uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.

A concepção contemporânea da profissão passa pela ruptura com esse modelo de atuação. Não nega a história da profissão marcada pelo assistencialismo, mas reflete e crítica essa trajetória. Parte da compreensão do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que surge na sociedade capitalista em sua fase monopolista, como

² Que mais tarde se constituiria ABEPSS.

um instrumento da classe hegemônica, não para pensar sobre a prática, mas com caráter eminentemente interventivo.

E é a partir desta perspectiva que se busca, neste estudo, analisar o processo de trabalho do assistente social junto das mulheres em situação de violência doméstica. Verificar o mundo vivido destas usuárias e de que forma o profissional se insere na busca pelo fortalecimento delas para o enfrentamento das questões de violência que se multiplicam em seu cotidiano. Perpassa em todo o estudo a totalidade do contexto no qual cada usuária está inserida; a historicidade das situações de violência que vivencia; assim como o processo de contradição que a mesma está submetida, retratada no âmbito conjugal, onde *“o amor e o ódio se alternam.”* (HEISE, 1995, p.16)

Com tal propósito foi elaborado o presente estudo, que está estruturado em quatro capítulos. No primeiro é apresentado o estudo, a sua importância, a trajetória do pesquisador, do contato com a temática violência, das primeiras aproximações junto das mulheres em situação de violência doméstica e a proposição do trabalho.

No segundo capítulo, destaca-se a questão da violência, apresentando diferentes enfoques, delimitando na violência doméstica contra a mulher. Discute-se o Ciclo da Violência Doméstica, assim como as principais políticas públicas de atendimento à mulher em situação de violência doméstica.

O terceiro capítulo compreende o processo investigativo, contemplando a metodologia de pesquisa e seus procedimentos operacionais. Serão apresentados os sujeitos, o universo e a amostra da pesquisa, enfatizando a discussão no enfoque Dialético Crítico, escolhido para a realização desta, para assim, melhor enfatizar as características de dinamicidade da realidade social, a partir de sua essência contraditória, na busca por uma visão de totalidade.

No quarto capítulo, aborda-se o processo de trabalho do assistente social junto das mulheres em situação de violência doméstica, tomando como base as entrevistas realizadas junto dos assistentes sociais e das mulheres em situação de violência doméstica. Apresenta-se a análise compreensiva-

interpretativa das informações coletadas, relacionando ao referencial teórico-metodológico utilizado. Delineia-se neste uma proposta de atuação profissional tomando como base todo o material coletado, assim como das experiências observadas do processo de trabalho realizado pelos assistentes sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica. Por fim, seguem as considerações finais e a bibliografia que fundamentou este trabalho.

1 APRESENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

"A Violência contra as Mulheres é, talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz."

Kofi Annan - Secretário Geral das Nações Unidas.(2006)

Conforme destaca Minayo (1994), não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente. A violência tem determinantes históricos e estruturais. Segundo a autora, desde tempos imemoriais existe uma preocupação do ser humano em entender a essência dessa demanda, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la do contexto social. Contribuindo com este propósito, este capítulo apresenta a proposta do estudo, dando relevância à importância do tema assim como do relato dos primeiros contatos do pesquisador junto das mulheres em situação de violência doméstica.

1.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: PRIMEIROS CONTATOS COM A DOR

Existe dor maior daquela vivida pela mulher entre quatro paredes, no silêncio da revolta, na incapacidade de fazer valer seus desejos, na impossibilidade de alguma alternativa para a situação de violência que se encontra? Incapazes de libertarem-se de um ciclo cruel que exclui, que fragiliza, que impede qualquer estratégia de superação das inúmeras agressões sofridas, milhares de mulheres convivem com o lado mais infame da dor. Uma violência que se perpetua no seu cotidiano, e vem enraizada em sua forma de ser e de sobreviver na realidade.

Seria possível existir tal situação? Seriam veredictos os fatos e notícias que entranham os lares, através de noticiários, entrevistas, relatos,

que diariamente, tornam-se mais e mais constantes? Certamente, até o contato pessoal com tais ocorrências, a questão da violência doméstica contra a mulher pode sim parecer uma situação abstrata e sem importância, mesmo para quem sobrevive num contexto excludente e discriminador, que marginaliza grande parte da população, banalizando as situações de pobreza e vulnerabilidade social que se apresentam.

Essa era a forma que a violência contra a mulher se apresentava para o pesquisador, nos idos do ano 2002. Até então, o contato com os usuários, através do estágio em Serviço Social que se iniciava, num trabalho de extensão da Universidade, se limitava a breves observações, e análise do campo onde se desenvolveriam as ações. Uma parceria entre a Universidade e a ONG THEMIS, através do projeto SIM (Serviço de Informação a Mulher) do município de Canoas, localizado no Bairro Guajuviras, proporcionou com que a mais impensada das realidades, até então, passasse a se desvelar, de formas e maneiras que aproximaram o pesquisador dum contexto ainda mais violento, daquele até então observado.

Era uma tarde de 25 de julho, quando o pesquisador, pela primeira vez, esteve em contato com uma mulher em situação de violência doméstica. Sônia³ ali estava. Roupas rasgadas, hematomas em razão das agressões recém-sofridas, com algumas vestimentas que caíam da sacola de supermercado, trazendo consigo os quatro filhos, entre 01 e 04 anos de idade, a usuária abandonava o lar e sem qualquer instrução, procurava o serviço de atendimento em busca de acolhida, de apoio, de soluções para a situação vivenciada. O olhar vago, a expressão de medo, e o sentimento de impotência, que se manifestavam em Sônia, completamente desamparada, pré-julgada por amigos e vizinhos, culpabilizada pela sociedade por aceitar por anos a situação de violência que sofria, seriam uma constante, em tantas outras atendidas no local. Através de um relato dentre lágrimas, a usuária não

³ Os nomes das mulheres em situação de violência doméstica, assim como de maridos/companheiros e demais familiares, não são reais. Foram alterados os nomes, os lugares onde moram e, por vezes, circunstâncias de abuso, para manter o anonimato. Os atos violentos que elas sofreram e/ou ainda sofrem é real.

encontrava solução para suas problemáticas. Sem dinheiro, emprego, amigos, alimentos, Sônia se via sem rumo. Em seu relato, palavras de indignação, que se silenciavam com o medo que se fazia constante. No seu silêncio, uma dor ainda maior, exposta pela indefinição de propósitos, de metas, de vida, de tudo o que vira passar, com aceitação e passividade. Repudiava a tudo e a todos, não encontrando soluções.

Sônia, assim como tantas outras usuárias que chegariam ao atendimento, via no serviço ali disponibilizado, uma última salvação para sua situação. Segundo seu relato, por anos negara a violência sofrida, aceitando-a, acreditando que tais atos cessariam. Ao contrário, se ampliaram. De agressões verbais, de primeiras insinuações de ciúmes, a violência psicológica, assim como a física, passou a ser uma constante em seu dia a dia. A chegada dos filhos veio somente a agravar a situação. Num contexto de pobreza e falta de atendimento às necessidades sociais, sobrevivia, as diferentes agressões se perpetuaram, se multiplicaram, se naturalizando, até o ponto máximo, naquela tarde de inverno. Medo, vergonha e culpa se faziam presente naquele instante.

Impactado por aquele relato, pela situação da usuária que se apresentava indefesa, confusa, e amedrontada, pela primeira vez, surgiam questionamentos, os quais se seguiram por anos na caminhada profissional do pesquisador, culminando no projeto de pesquisa que seria desenvolvido no mestrado em Serviço Social: o que seria de fato a violência doméstica, violência ali relatada em meio a lágrimas e dor? Qual a importância dos profissionais que intervinham com aquela demanda, no trabalho junto destas usuárias? De que forma se operacionalizaria o processo de trabalho do Assistente Social junto daquelas mulheres, que se apresentavam tão fragilizadas?

Junto com a caminhada de estágio que se prolongou por três semestres, iniciava um aprofundamento teórico, da mesma forma que discussões referentes à temática, diariamente, junto de outros profissionais que atendiam aquela demanda. Em algumas situações, tinham-se resultados positivos, de acordo com os objetivos propostos. Em tantas outras, o sentimento de “derrota” e até de insignificância da ação realizada, em razão do pouco retorno obtido junto das

mulheres, que, em muitos casos, retornavam ao lar, ao ciclo de violência doméstica.

Nas primeiras investigações realizadas, passou-se a compreender que a violência contra a mulher tratava-se de um fenômeno amplamente difundido na sociedade e que perpassava todas as classes sociais e econômicas, assim como culturas, raças/etnias (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Outra constatação era a de que existiam sérias dificuldades para se conhecer a real magnitude da questão da violência contra a mulher, principalmente, porque aquela sempre fora considerada como uma questão do mundo privado e individual, restrita ao lar, ao âmbito de cada família. Aponta-se também a ausência de pesquisas em nível nacional que informassem sobre este tipo específico de violência e a ineficácia para estimar a incidência da violência de gênero através do sistema de informações sobre mortalidade e dos atendimentos nos serviços públicos de saúde.

Dessa forma, a questão da violência contra a mulher banalizava-se pela tradição social marcada pelas relações hierárquicas de gênero. Como ressalta Giffin (1994), a família é uma instituição social que organiza as relações sexuais entre gêneros, exercendo de forma direta um controle social sobre a identidade e sobre o corpo da mulher. Tal controle pode legitimar direitos dos maridos sobre suas esposas, dando-lhes prerrogativa de exercerem até mesmo a força física contra elas. Em cada novo atendimento, notava-se que a violência no âmbito doméstico provocava sérias repercussões na saúde física, reprodutiva e mental das mulheres que viviam relações de violência, assim como, na sua participação efetiva na sociedade.

Conforme diz Heise (1995), a violência contra a mulher é um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais (p.41). A prática que ali se iniciava demonstrou que aquela era uma realidade que perpassava todas as diferentes culturas, se constituindo, o que Saffioti e Almeida (1995, p.19) afirmam, *“se tratar de um fenômeno democraticamente distribuído, ao contrário, do que acontece com a distribuição da riqueza”*.

Aquelas observações fizeram emergir novas compreensões para o pesquisador. A condição de vítima, que inicialmente era atribuída a mulher, passou a ser substituída por “em situação de violência doméstica”. Tudo isso, pela percepção de que a condição de “vítima” era paralisante e, conforme Heise (1995) explica, para sair dessa condição, a mulher dependeria de um outro (a); já quando a mulher é referida como “em situação”, ela está em outra condição, ou seja, ela acessa um lugar de passagem, pois é um sujeito nessa relação. Estar numa situação oferece a possibilidade da mudança. Há uma mobilidade intrínseca nessa condição; a mulher pode tomar decisões, outros rumos. Conforme sugere Heise, se

... ficássemos com a denominação de vítima, ficaríamos na mesma condição da mulher: paralisados nesse olhar e assim, correríamos o risco de entrar no assistencialismo. Seria uma situação em que a instituição faria os movimentos pela mulher. É responsabilidade da sociedade oferecer recursos para essa mulher sair dessa situação; mas os movimentos são dela, fato que os primeiros centros de atendimentos faziam questão de deixar claro. (HEISE, 1995, p. 144)

Muito mais do que vítimas, “presas” a uma determinada situação, passou-se a considerar as mulheres como num processo de situação, o qual as possibilitava superarem as dores que se proliferavam em seu dia-a-dia. Muito mais do que passivas, passou-se a reconhecê-las como agentes de sua trajetória, em condições de fortalecerem-se quanto sua autonomia, quanto ao desejo de exporem a sua situação, de clamarem por direitos sociais que lhes são dignos.

1.2 O PROCESSO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA DOR: REFLEXÕES INICIAIS

Apreender o Serviço Social como trabalho, supõe apreender a prática profissional condicionada pelas relações entre Estado e a Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade. Entende-se, portanto, que o Serviço Social caracteriza-se, de fato, como processo de trabalho, na medida em

que, supõe, conforme a perspectiva marxiana, os elementos que o compõem, quais sejam: a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. (MARX, 1989)

Considera-se que o objeto de trabalho do Assistente Social são as diferentes expressões da questão social. Explica Iamamoto (2005), que a questão social, por ser desigualdade, também representa rebeldia, ao envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. Contextualiza a autora que é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os Assistentes Sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, segundo a autora, é que decifrar as novas mediações, por meio das quais se expressa a questão social hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva:

[...] para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construído no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2005, p.28)

O período de estágio curricular realizado pelo pesquisador foi a primeira aproximação com a temática da violência doméstica contra a mulher, objeto de trabalho, que se seguiria com o transcorrer dos anos, seja em atividades realizadas então como Assistente Social, seja em estudos particulares, procurando sempre respostas para os questionamentos anteriormente citados. O trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, sob exímia orientação, resultado de semestres de estágio supervisionado de forma eficaz, procurou sintetizar as primeiras percepções daquela vivência, que significativa contribuição trouxe para a caminhada do pesquisador. Os primeiros atendimentos, a acolhida, a operacionalização do processo de trabalho, o aprofundamento teórico, assim

como os primeiros resultados obtidos, serviram de passos iniciais para a caminhada que se estava por delinear.

Porém, as respostas até ali apreendidas pareciam poucas. Quanto mais se vivenciava, quanto mais se observava, mais questões surgiam. Experiências na atuação profissional junto a Órgãos Públicos e Organizações não Governamentais apresentavam diariamente ao pesquisador, novas, ao mesmo tempo em que rotineiras, formas de violências que as mulheres sofriam. Estes relatos eram constantes, sejam nos atendimentos, sejam na aproximação junto da demanda em diferentes comunidades que careciam de atendimentos sociais.

Através desta caminhada profissional, pode-se compreender que a violência doméstica era, em muitos dos casos, um processo cíclico, onde a mulher tinha imensas dificuldades de reconhecer esse fato. Só a fazia, na maioria das vezes, após estar submetida à violência há algum tempo. Em muitas das situações, a mulher mantinha uma relação de intimidade com o agressor e ele desfrutava da sua confiança; dessa forma, o autor das agressões estava misturado com o objeto de amor. Objeto de Amor, que ao mesmo tempo se apresentava como objeto de ódio.

Percebia-se então que a violência incidia na relação com o outro; o agressor usava da confiança da mulher e de sua intimidade nos episódios de violência, e assim instaurava o medo. Com o tempo, a mulher não sabia quando seu companheiro iria agredi-la. Na tentativa de dominar a situação, ela se culpabilizava, achando que a agressão fora desencadeada por algum de seus atos. Assim, se deixasse de ter aquele comportamento a violência não iria mais acontecer. Meras desculpas. Meras formas de contornar uma situação, que a cada dia, se tornava mais violenta. Conforme destaca Saffioti (1997, p. 19), a violência *“atingia a alma das mulheres, destruía os seus sonhos e acabava com sua dignidade”*.

Passou-se a compreender que a situação de submissão da mulher às agressões do companheiro envolvia um processo de perda de referências e identificações que diminuía a capacidade de poder intervir na relação conjugal e construir sua autonomia, ou seja, de conseguir para si, condições de se desvincular do ciclo de violência que se encontrava. Entendeu-se que a

representação submissa que as mulheres em situação de violência faziam de si mesmas dependia de crenças, valores e referências culturais que aceitavam no seu cotidiano. As representações e ideologias fragilizadas era o resultado da prática de discriminação que acabavam aceitando no dia a dia. Quando esta usuária chegava até o Serviço Social, ela estava numa trajetória de fragilização, de perda dos patrimônios ou referências, sem atendimento de suas necessidades básicas, sendo necessário o seu fortalecimento e sua defesa.

Constatou-se que era preciso dar voz a estas mulheres, ouvir suas necessidades e saber do que elas precisavam. Talvez necessitassem se apropriar dessa situação de submissão, na qual o homem decidia por ela, e então tomar consciência de seus recursos psico-sociais, e separar-se desse agressor, pois somente assim seria possível deixá-lo, e escolher seu próprio caminho. Separar-se, para Mattoso (2005, p.51) significa “*readequirir-se, ter conhecimento de seus desejos, de seu potencial, da sua vida, sair da sombra de seu companheiro e escolher seu próprio caminho*”. Foi possível desvelar que existiriam outros caminhos, e que era necessário fortalecer esta mulher, para que tivesse condições de superar as situações de violência que vivenciava em seu cotidiano.

O processo de trabalho do Assistente Social passou a ocorrer através da construção de estratégias dentre as relações de poder, visando o fortalecimento, resistência e a superação da fragilização das mulheres em situação de violência doméstica, buscando o resgate da cidadania, da autonomia, da auto-estima, da participação destas na sociedade. Passava-se a trabalhar na perspectiva do *empowerment*⁴ destas usuárias.

Barroco (2003) diz que o profissional de Serviço Social tendo como base a instrumentalização de sua formação, possui capacidade para intervir no contexto social através de uma prática comprometida com as transformações das relações do contexto, contribuindo com propostas que viabilizem o fortalecimento dos sujeitos sociais excluídos das mais diferentes condições sociais. Sob esta

⁴ Entende-se por *empowerment* a capacidade de uma pessoa, individual ou coletiva, de utilizar os seus próprios recursos para atuar com responsabilidade no espaço público, influenciando também o seu meio. Esta abordagem leva os sujeitos a construir uma auto-imagem e confiança positiva, desenvolver habilidades e competências, obter uma coesão de grupo, promover tomadas de decisões e ações com responsabilidade.

concepção, novos resultados passaram a ser obtidos no processo de trabalho realizado, assim como tantas outras dúvidas passaram a emergir nas mais diferentes situações que se apresentavam. E foram destas inquietações que instigaram a busca por respostas no período condizente ao mestrado em Serviço Social, permitindo uma interação com diversos outros pesquisadores, sábios conhecedores da temática, assim como uma aproximação ainda maior com dados, registros, voltados para a violência doméstica contra a mulher no núcleo de pesquisa onde se desenvolveu a elaboração do presente material.

1.3 A PROPOSTA DE ESTUDO

Delineou-se até aqui o caminho vivenciado pelo pesquisador junto da temática em debate, desde os primeiros contatos com o contexto da violência doméstica, até o aprofundamento teórico-metodológico da questão, através da atuação profissional e de contatos com demais Assistentes Sociais que desenvolvem seu processo de trabalho junto desta demanda.

Observa-se que o Assistente Social está presente em diversos serviços de apoio oferecidos, na rede pública de atendimento, e também no planejamento de ações e proposições para o enfrentamento da violência doméstica. Compreende-se também que a pesquisa torna-se instrumento essencial para desvelar a realidade, diagnosticar as situações de exclusão e vulnerabilidade que vivenciam grande parte dos usuários com quem intervém, aqui destacando a violência doméstica contra a mulher. Entende-se por pesquisa, a atividade básica das Ciências na sua indagação e descoberta do contexto social. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Considera-se o objeto das Ciências sociais como sendo histórico. Significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que

tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado. Em razão disso, pode-se dizer que o objeto de estudo possui consciência histórica. Assim sendo, as ciências sociais estão submetidas às grandes questões de época, e tem seus limites dados pela realidade do desenvolvimento social.

A violência doméstica contra a mulher apresenta-se como uma questão pertinente ao atual contexto, carecendo de uma leitura adequada para que se desvele possíveis formas de se diminuir tal problemática. A referida inquietação justificou o interesse de pesquisar neste campo, delineando dessa forma, a elaboração do projeto pesquisa de mestrado, que teve como problema principal: Como se operacionaliza o processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica?

O problema definido permitiu uma aproximação com o processo de trabalho dos Assistentes Sociais realizados junto desta demanda, e seguiu critérios propostos por Marconi & Lakatos (1999, p.28), que seriam:

a) viabilidade: o problema pode ser eficazmente resolvido por meio da pesquisa, no tempo previsto, no local delimitado;

b) relevância: a partir do problema elaborado, torna-se capaz de produzir novos conhecimentos para a profissão;

c) exeqüibilidade: o problema pode levar uma série de conclusões válidas, que servirão posteriormente para a continuidade de novos estudos na área.

Tomando como base o problema de pesquisa, Marconi & Lakatos explicam que os objetivos que se tem com um estudo devem referir-se ao que se pretende com a pesquisa, quais as metas que se almeja alcançar ao final da investigação. Toda a pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Segundo os autores, *“o objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre determinado assunto”*. (1999, p.26)

Seguindo tais considerações, definiu-se como objetivo geral da pesquisa: Analisar o processo de trabalho realizado pelos Assistentes Sociais junto das

mulheres em situação de violência doméstica, com vista a contribuir para a formulação de uma proposta de atuação que tenha como eixo norteador a busca pelo enfrentamento destas situações, desvinculando-as do ciclo de violência que se encontram.

Como objetivos específicos, ou seja, aquelas questões secundárias a serem respondidas, relacionadas à questão principal, tinha-se:

- verificar o processo de trabalho dos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica;

- analisar os principais fatores que envolvem a situação de submissão das mulheres em situação de violência doméstica, assim como os motivos que as levam a permanecerem inseridas no Ciclo de violência;

- verificar os limites e possibilidades da rede de Serviços de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e a influência no processo de trabalho do Assistente Social.

Orienta Prates (2003) que, a partir da formulação do problema e da identificação dos objetivos que o permeiam e que serão prioritárias para o seu desvendamento, passa-se a elaborar as questões norteadoras, definidas pela autora como sendo:

Problematizações auxiliares que compõem a formulação central. Se a formulação do problema está diretamente relacionada a hipótese que norteia nosso estudo, as questões norteadoras devem sintetizar o conjunto de variáveis que identificamos como fundamentais para explicar nosso problema de pesquisa. (PRATES, 2003, p.18)

Concordando com tais dizeres, através da elaboração das questões norteadoras, procurou-se, ao invés de apresentar uma hipótese central, na qual buscaria sua validação ou refutação, ampliar em termos de possibilidades e processo, formulando questões ao real. Teve-se, portanto, as seguintes questões que nortearam o estudo, estruturadas a partir das inquietações do pesquisador:

- Como os Assistentes Sociais compreendem a violência doméstica contra a mulher?

- Quais as estratégias teórico metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas incorporadas pelos Assistentes Sociais no processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica?

- De que forma as necessidades das mulheres em situação de violência doméstica são atendidas, no processo de trabalho realizado pelo Assistente Sociais?

- Quais os limites e possibilidades das redes formais e informais no processo de trabalho dos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica?

- Qual a compreensão dos Assistentes Sociais referente às políticas públicas de atendimento as mulheres em situação de violência doméstica?

Estas breves considerações permearam a proposta da pesquisa de mestrado. No próximo capítulo, será apresentado o referencial teórico do contexto da violência doméstica contra a mulher, abordando inicialmente a violência sob um viés mais amplo, relacionando ao contexto social excludente que se apresenta, delimitando nas constantes situações de violência que fazem parte do cotidiano de inúmeras usuárias.

2 LÁGRIMAS NO SILÊNCIO: REFLEXOS DA VIOLÊNCIA CONTEMPORÂNEA CONTRA A MULHER

Amar é sofrer

*Tem gente que ama que vive brigando,
E depois que briga acaba voltando.
Tem gente que canta porque está amando,
Quem não tem amor leva a vida esperando,
Uns andam para a frente e nunca se esquecem,
Mas são tão pouquinhos que nem aparecem.
Tem uns que são fracos e dão pra beber,
Outros fazem samba e adoram sofrer.
Tem apaixonado que faz serenata,
Tem amor de raça e amor vira-lata.
Amor com champagne amor com cachaça,
Amor nos iates nos bancos de praça.
Tem homem que briga pela bem amada,
Tem mulher maluca que adora pancada.
Tem quem ama tanto que até enlouquece,
Tem quem dê a vida por quem não merece.
Amores à vista, amores a prazo,
Amor ciumento que só cria caso.
Tem gente que jura sabendo que não é capaz.
Tem gente que escreve até poesia
E rima saudade com hipocrisia.
Tem assunto à beça para a gente falar,
Mas não interessa o negócio é amar.
(Dolores Duran, 1959)*

A violência doméstica contra a mulher é a manifestação das relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. Até os dias de hoje, conforme a cantiga acima, foi mascarada, omitida, aceita com passividade. Quando se trata da temática, verifica-se um desrespeito quanto aos direitos humanos. Tem-se uma violência oriunda da ideologia da supremacia do masculino sobre o feminino, historicamente enraizada numa sociedade que perpetua a situação de ignorância e inferioridade da mulher como sendo um atributo natural, inerente a um papel social a ser desempenhado.

Passa-se a tratar no presente capítulo, das questões relacionadas a esta violência. Disserta-se sobre as diferentes expressões da questão social, delimitando posteriormente, no âmbito doméstico, perpassado por um contexto de contradições que permeiam o contexto familiar, destacando os fatores que levam a perpetuação de tais situações de violência contra a mulher.

2.1 QUESTÃO SOCIAL: VELHAS E NOVAS EXPRESSÕES.

Dissertar sobre a questão social remete abordar os alarmantes índices de miséria, injustiças e exploração, que a grande maioria dos sujeitos se vê imerso, como condição de sobrevivência, num contexto que exclui, isola, desarticula as relações sociais, instigando revoltas, assim como atos violentos e injustos. Conforme destaca Antunes (1995), o baixo nível de escolaridade, o despreparo para o mercado de trabalho, assim como a significativa redução dos postos de trabalho, *“tem aumentado ainda mais as condições de exclusão social de grande parte da população”* (p.16).

Situações estas, que contextualizam as novas expressões, que se colocam como alarmantes, diferenciando-se de outras etapas históricas, e se fazendo solidificar por diversas formas, ocasionando significativos resultados que se refletem nas mais diferentes situações de pobreza e miséria cotidiana. Convém ressaltar que se entende questão social como sendo

[...] fruto das desigualdades e injustiças que se estruturam na realidade do continente, ocasionadas pelas profundas assimetrias nas relações sociais em todos os níveis e dimensões expressas, principalmente pela concepção de poder e de riqueza em certos setores e classes sociais, e pela pobreza e opressão de outros setores e classes, que foram e continuam sendo a maioria populacional. (WANDERLEY, Apud CASTEL, 1997 p. 87)

Explica Wanderley (apud CASTEL, 1997) que estas problemáticas se transformam efetivamente em questão social quando são percebidas e assumidas por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais. O autor complementa, afirmando, que a questão social, nos dias de hoje, se coloca basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se, portanto, pela *“erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal”*. (p. 12)

A questão social, para Wanderley (Apud CASTEL, 1997, p.56), adquire uma significação mais ampla que a comumente usada pelos estudiosos.

Entendê-la contemporaneamente, portanto, exige, nas palavras do autor *"uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos históricos-estruturais que instituíram as sociedades do continente americano"* (p.81).

Tratando-a historicamente, encontram-se registros de diferentes sociedades antigas, que foram permeadas por situações de exploração, assim como exclusões (escravagistas, caça às bruxas, lepra, loucura). Nos dizeres de Castel (1997), eram feitas três práticas:

expulsar os indivíduos do convívio com a sociedade ou matá-los (ex: judeus ou mouros espanhóis); construir espaços específicos para esses indivíduos, isolados da comunidade (ex: guetos, asilos e prisões); ou ainda permitir que eles vivessem na mesma comunidade, mas sem alguns direitos e sem participação na sociedade (ex: judeus na França, indígenas). (p.54)

Wanderley (in CASTEL, 1997) disserta que um momento histórico significativo, e que emergiu, de fato, com as situações de exploração, teria sido o da revolução industrial, por volta do ano de 1830, época em que se tomou consciência da existência de populações que foram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas daquele sistema. Barroco assim complementa:

A questão social, datada da segunda metade do século XIX, na Europa ocidental, está organicamente conectada à emergência do proletariado no cenário político reivindicando direitos sociais. Essas reivindicações são uma expressão específica de lutas mais gerais, de caráter revolucionário, acumuladas pelos trabalhadores no âmbito da sociedade moderna. (BARROCO, 2003, p.86)

A emergência do proletariado, como força política, reivindicando direitos, exige um redimensionamento das funções políticas do Estado. Suas respostas, em função das necessidades econômicas de acumulação e valorização do capital, são dirigidas à criação de mecanismos de intervenção extra-econômicos, onde se ressalta a preservação e o controle contínuo da força de trabalho, ocupada excedente.

É assim que, nos dizeres de Barroco (2003), colocam-se condições para que, contraditoriamente, o Estado burguês responda às necessidades do capital,

e incorpore parte das demandas e reivindicações das classes trabalhadoras. Implantam-se então, explica a autora, as políticas sociais, que atendem a necessidades antagônicas. Ao reproduzir tal articulação, o Estado busca controlar as classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, legitimar-se como representativo de toda a sociedade. Adverte ainda a autora, que, através de um discurso ético universalizante,

fragmenta as necessidades das classes trabalhadoras, transforma seus direitos em benefícios do Estado, subordina os indivíduos a várias formas de discriminação, responsabilizando-os pela sua condição social, contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalternizada e alienada. (BARROCO, 2003, p.86)

Tem-se que, inicialmente, a questão social latino-americana se diferenciava da realidade européia, mas que passa a assumir características semelhantes com a primeira, a partir do momento que passa a se efetivar a industrialização e implementação do capitalismo tardio, com a presente mundialização do capitalismo. Referindo-se ao contexto latino americano, entende-se que a questão social se origina já no período da colonização, refletida pela questão da exploração do índio, se desdobrando e problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher, e adquirindo um conteúdo especial na multidimensionalidade das relações sociais e na forma pela qual os sujeitos individuais e coletivos foram determinados *“pelos processos e estruturas sociais, e, ao mesmo tempo, instituem esses processos e estruturas”*. (CASTEL, 1997, p.12)

Referindo-se ao contexto brasileiro, Benevides (2001) esclarece que, ao longo das várias repúblicas formadas desde a Abolição da escravatura e o fim da Monarquia, a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade. As várias modalidades do poder estatal, compreendendo autoritarismo e democracia, se defrontam com ela. Estão presentes nas rupturas políticas ocorridas nos anos de 1922, 1930, 1937, 1945 e 1964, para mencionar algumas. Dentre os impasses com os quais se defronta a

Nova República iniciada em 1985, destaca-se também a relevância da questão social.

Ao analisar contemporaneamente, vê-se que a questão social tem adquirido novas modalidades por força das mudanças profundas que emergem nas relações entre capital e trabalho; nos processos produtivos de gestão do Estado; nas políticas sociais; e pelo chamado “princípio da exclusão” que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho assalariado, quando da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural e pelas relações de gênero.

Uma primeira característica das transformações societárias em andamento refere-se ao processo de precarização das relações de trabalho, e ao crescimento do desemprego que torna-se estrutural. São radicais e perversas as transformações que a reestruturação da ordem econômica mundial traz para o mundo do trabalho. O novo paradigma tecnológico da flexibilização produtiva (HARVEY, 2003) e as novas regras de organização do trabalho ampliam as inseguranças dos trabalhadores, com graves implicações para o tecido social que se fragmenta entre

[..] grupos cada vez menores dos que trabalham e são protegidos e os desempregados, ou apenas precariamente vinculados, que contam com baixa ou nenhuma proteção social - os velhos e os novos excluídos do progresso social. (DRAIBE, 1999, p. 12)

Nesse contexto de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, a questão social se expressa na insegurança do trabalho assalariado e na penalização dos trabalhadores. Ressalta Iamamoto (2005) que, contemporaneamente, exige-se um trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções ao mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, refletindo como consequência, uma redução do quadro de empregados das empresas. Adverte a autora, que o trabalhador deixa de ser um trabalhador especializado, e também o Assistente Social, sendo solicitado a exercer múltiplas

tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições.

Observa-se a minimização da ação reguladora do Estado, resultando num modelo de parceria com a sociedade civil, apelando à solidariedade e se apresentando como "parceiro" em suas responsabilidades sociais. Este deslocamento, segundo Yasbeck (2001), caracterizado pela defesa de alternativas privatistas para a questão social envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade, é legitimado pelo renascimento de ideais liberais que passam a se confrontar com o pensamento igualitário e democrático. O corte liberal e individualista referenda a desigualdade e as práticas diferenciadoras do mercado, despolitiza as relações sociais, reforça preconceitos e desestrutura políticas no campo social.

Vive-se hoje uma terceira revolução industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla exclusão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se, segundo Yamamoto (2005) sobrantes, desnecessários (p.32). Essa é a raiz, segundo a autora, de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho.

Os reflexos desta exclusão são evidentes. Agravam-se as condições de moradia, destas famílias. Aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho dificilmente conseguirão se inserir. E diante da instabilidade e das incertezas, muitos expressam através de atos violentos, a revolta que se prolifera no cotidiano. Sobre esta questão deficitária, Faleiros problematiza:

[...] ter empregabilidade implica uma certa polivalência, escolaridade, condições de renda, conhecimentos, inclusive lingüísticos, e que não foram acessíveis aos pobres através das políticas vigentes, que têm privilegiado as classes médias. (FALEIROS, 2001, p. 190)

Estes privilégios às classes médias, exposto por Faleiros, podem ser encontrados na sociedade brasileira ao longo de sua história, resultando em

graves condições sociais, desfavorecendo as classes subalternas, originando assim a pobreza, que pode ser explicada e compreendida nas formas como o governo tratou as diferentes expressões da questão social. Como bem demonstra Telles:

[...] tema do debate público e alvo privilegiado do discurso político, a pobreza sempre foi notada, registrada e documentada. Poder-se-ia dizer que, tal como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco de problemas, impasses e também virtualidades de um país que fez e ainda faz do progresso (hoje formulado em termos de uma suposta modernização) um projeto nacional. (TELLES, 2000, p. 19)

Constata-se que os grandes contrastes sociais e econômicos, produzem em seu conjunto uma generalizada sensação de mal-estar provocada pelas incertezas com relação ao futuro da sociedade. É uma crise que afeta especialmente a população em situação de miséria, gerando e instigando ações de revolta desta população para com o meio em que vivem.

Tem-se então a “violência de cada dia”, aquela que é cometida em lares, escolas, ambientes de trabalho, com familiares, amigos, vizinhos e a si mesmo. Estas expressões, denominadas por Antunes (2005) como sendo “micro” da violência parecem inofensivas, se comparadas à violência que a mídia noticia, a “macro”, mas, em sua essência, elas podem ser tão nocivas quanto. Faleiros complementa:

A crise têm um novo caráter: não é só emprego que está em questão mas as raízes da identidade social, exigindo uma análise muito mais profunda que aquela perfilada nas categorias de empregabilidade. (FALEIROS, 2001, p.191)

A crise descrita transfere em relevo a dualidade homem e mostra a fragilidade a que está submetido, pois este é o contexto histórico em que está inserido. O atual contexto apresentado, de desemprego, incerteza, fragilização da cidadania e dos laços sociais e comunitários, favorece sim a emergência de comportamentos expressivos da frustração social e da impotência individual ou

grupais na luta pela sobrevivência e pela dignidade. Na sociedade contemporânea, emergem constantes dados referentes à violência, que se repetem no dia a dia configurando-se como um dos maiores males deste início de novo milênio, os quais serão expostos no tópico seguinte.

2.2. VIOLÊNCIA E QUESTÃO SOCIAL: HISTORICIDADE E CONTEMPORANEIDADE

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem, segundo Yamamoto (2005),

uma gênese comum, na qual, a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (p.64)

Apreende-se que os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas. Dentre estas, a violência emerge com destaque, como uma expressão reiterante, presente cotidianamente no atual contexto social. Meios de comunicação, tais como televisão, rádio, jornal ou revista, têm documentado diferentes notícias relacionadas a sua proliferação. Cada vez mais, estes, deixam explícito que, onde quer que se esteja, independente de raça, idade, sexo, grau de instrução ou classe social, se está vulnerável à violência, obrigando a se constatar que ela invadiu todas as áreas da vida e das relações da sociedade.

Nos dizeres de Strey (2004), as formas de manifestações da violência são variadas e recebem influência da cultura e do modo como o homem organiza sua vida e suas relações sociais. Assim, podem-se identificar significativas diferenças entre as formas de violência na atualidade e aquelas utilizadas na sociedade em

outras épocas. Mas, afinal, o que é a violência? Como ela se manifesta na sociedade? Quais suas causas e motivações? O que distingue uma ação considerada normal de uma ação violenta? Estas, certamente, são questões que merecem ser discutidas neste momento.

Considera-se a violência como sendo um termo polissêmico e tem sido exaustivamente repetido pela mídia e trabalhando por inúmeros pensadores de áreas diversas. De origem latina, a palavra violência deriva de *violentus*, cujo significado, conforme Moreira (2002), corresponde ao "*caráter violento ou bravo, força, com ímpeto, furioso*" (p.38). Assim, a noção de violência surge, segundo o referido autor, como "*a idéia de uma força, de uma potência natural, cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento*" (p.38).

O termo, tal como usado, denota grande alargamento de nomeações, que vão desde as formas mais cruéis da tortura e do assassinato em massa, até aspectos mais sutis, mas considerados opressivos na vida moderna cotidiana, como a burocracia, a má distribuição de renda, certas normas culturais, entre outros. Seguindo esta linha de pensamento, Costa (in OSORIO, 2000) indica o uso da palavra violência para denominar atos intencionais que se caracterizam pelo uso da força, em situações de conflito, de transgressão às leis que visam o bem comum e do predomínio da crueldade sobre a solidariedade no convívio humano.

Um estudo mais aprofundado da temática violência implica compreender as condições de produção em sua forma contemporânea em suas diferentes manifestações e sua inferência em todos os campos. Situação que cada vez mais vem gerando conflitos de toda a ordem e que tem desestabilizado pessoas e grupos, na medida em que colocam em risco as formas de convivência humana. Conforme complementa Arrieta,

Ao se inferir sobre essa problemática, é importante que a mesma não seja vista de forma reducionista e focalizada, pois sua análise é mais ampla, estrutural, e merece um aprofundamento mais detalhado de suas causas, efeitos e processos. E, muito menos, desenvolver uma relação entre violência e preconceito a partir do foco meramente econômico que coloca a pobreza e a miséria como determinantes desta violência. (ARRIETA 2000, p. 07)

Os recentes estudos sobre o comportamento violento demonstram que uma grande e significativa gama de atos desta natureza ocorre dentro do ambiente doméstico. A idéia do lar como local de proteção adquire uma perspectiva ameaçadora e sombria, propiciando e facilitando a ocorrência de condutas violentas, por parte dos seus membros. (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995)

Heise (1995) esclarece que, de uma maneira geral, o conceito de violência está sempre relacionado a uma ação (que pode ser um comportamento, fenômeno natural, um acontecimento), e aparece ligado aos conceitos de agressividade, agressão, força usada contra a vontade de alguém, ou sentida de maneira intensa. Enquanto que a agressividade possui propósitos e conseqüências construtivas (quando forem ações que preservem a vida e o bem estar individual e social), Corsi (1997) define a agressão como *“atos que infligem danos corporais ou psicológicos a outros”*, referindo-se a atos que causam danos sérios (no sentido de não preservarem a vida e o bem estar individual e social). Para o autor, o conceito de agressão é mais amplo que violência, incluindo, também, palavras ou ações ameaçadoras e irritabilidade.

A agressividade sempre está relacionada com as atividades de pensamento, imaginação ou de ação verbal e não-verbal. Explica Corsi (1997, p.19), que alguém muito “bonzinho” pode ter fantasias altamente destrutivas, e dessa forma, a agressividade não se caracteriza exclusivamente pela humilhação, constrangimento ou destruição do outro, isto é, pela ação sobre o mundo externo, mas também *“por fantasias e ações que podem ter por objeto o próprio sujeito”*. (CORSI, 1997, p.19)

A educação e os mecanismos sociais, da lei e da tradição buscam a subordinação e o controle dessa agressividade. Becker (2000) explica que o ser humano, desde criança, aprende a reprimir e a não expressá-la de modo descontrolado, ao mesmo tempo em que o mundo da cultura cria condições para que o sujeito possa canalizar, levar esses impulsos para produções consideradas positivas, tais como a produção intelectual, a produção artística, o desempenho esportivo, dentre outros.

Heise (1995) também destaca que se torna necessário deixar de considerar como violência, exclusivamente atos de criminalidade. Existem outras formas que não se reconhecem como práticas de violência e que estão diluídas no cotidiano, às quais, muitas vezes, a população já se acostumou. A violência está presente no interior na família, na escola, no trabalho, na polícia, nas ruas, no atendimento precário à saúde, dentre outros. A violência está presente, também, quando as condições de vida social desestruturadas levam o sujeito a processos de alienação social, o que Becker define como conseqüências, o uso abusivo de álcool, drogas, e o suicídio.

Nas relações humanas, a violência manifesta-se através de comportamentos e ações que as pessoas realizam nas interações estabelecidas nas mais diversas áreas que atuam, por isto, faz-se necessária à delimitação de parâmetros que permitam classificar as ações e os comportamentos destas como violentos ou não violentos. Já nas sociedades primitivas, a violência nada mais era do que uma forma encontrada pelo homem para garantir sua sobrevivência, pois, assim como os animais, o homem precisava conquistar seu alimento, defender seu território, proteger seus descendentes e seu próprio grupo. Fraga (2002, p.45) classifica esse tipo de violência como "*violência original*". Quando o homem constrói seu habitat, não precisando mais se defender dos animais e dos fenômenos da natureza, ocorre também uma mudança na forma de manifestar seu potencial biológico de agressão. A agressividade predatória cede espaço para formas cada vez mais sutis e destrutivas de violência.

Minayo (1994, p.58), definindo o campo de estudo da violência para a Saúde Pública, chama a atenção para a violência imperceptível, embutida na sociedade, determinada pela apropriação desigual de bens e informações, que formaria uma rede menos aparente de violência, já que seriam "visíveis" apenas episódios mais agudos, como violência física explícita. Para a autora, a rede em seu todo é composta pela delinqüência, em seus aspectos rapidamente reconhecidos como violência, entre eles ferimentos, assassinatos e mortes; pela violência estrutural do Estado e das instituições que reproduzem as condições geradoras da violência; e pela resistência às condições de desigualdade, que algumas vezes se expressa também pela agressão física. Estas três formas articular-se-iam em rede e estariam conectadas.

De uma maneira geral, quando se pretende entender os acontecimentos pela volta, procura-se a causa do que se está tentando explicar, como se pudesse reduzir tudo o que está envolvido no desencadeamento de uma ação a um único estímulo ou fato. É desse tipo de tentativa que surgem explicações como: “o que causa a violência é a pobreza”, ou “a falta de instrução das pessoas”, como se todos aqueles que são considerados pobres fossem igualmente violentos, ou se as pessoas instruídas não cometessem atos de violência. Entende-se que a violência está ligada a uma série de fatores, e não um só, individualmente.

Dessa maneira, é impossível afirmar que determinado acontecimento necessariamente irá desencadear um comportamento agressivo em todas as pessoas, pois cada uma vivencia histórias de vida diferentes, onde foram construídos diferentes limites à frustração, conceitos sobre o que é certo ou errado, qual a maneira mais eficaz de se agir diante de um conflito, dentre outros. Também, não se pode afirmar que existam comportamentos que sejam em si violentos - um tiro, por exemplo, não é uma violência quando acontece dentro da prática esportiva do tiro ao alvo. Deve-se sempre analisá-los no contexto em que eles surgem e as conseqüências daí recorrentes.

Cabe também ressaltar o conflito, que se apresenta nos momentos de violência. Quando se pensa em conflito, a idéia geralmente tem uma conotação negativa. Se relaciona o conflito a um perigo próximo do qual tem que se defender. Vezzulla (1997) conceitua conflito da seguinte forma:

O conflito consiste em querer assumir posições que entram em oposição aos desejos do outro, que envolve uma luta pelo poder e que sua expressão pode ser explícita ou oculta atrás de uma posição ou discurso encobridor. (p.45)

Como todos os seres vivos, o ser humano procura preservar sua integridade psíquica e física. Essa integridade é construída ao longo da vida do sujeito e inclui todas as suas posses (que vão desde os bens até a imagem que ele faz de si mesmo de acordo com seus valores morais). É essa integridade que se vê em perigo quando se aproxima um conflito. A sensação de ameaça tem como chave o sentimento de invasão que geralmente sente-se

seja porque nossas ações e valores estão sendo questionados, seja porque o “corpo” está em perigo.

Na tentativa de resolver conflitos - que pode ser causado por diversos fatores: invasão de espaço pessoal, de privacidade; dificuldades na comunicação; pressão; frustração; tensão... e que variam de acordo com a história de vida de cada pessoa – pode-se, então, lançar mão de comportamentos agressivos e violentos. Nos dizeres de Vezzulla (1997), quando se está em conflito, o sujeito sente-se invadido e acredita estar correndo o risco de perder algo. Em razão do medo de que isso aconteça, *“vai-se armando com uma série de comportamentos, inclusive ações que aparecem num crescente de agressividade.”* (p.46)

Faleiros ressalta que o conflito torna-se o fundamento da existência da sociedade, e do ser humano em sociedade, não só pela divergência de interesses e pela diferença de situações, mas também pela posição ocupada na sociedade, pela disposição dos recursos e pelo partido que se toma nas questões em disputa. O autor complementa:

[...] a não aceitação do conflito e dos mecanismos para enfrentá-los provoca a violência, pois o conflito assume uma feição direta sem mediação e passa a ter como solução a força física, a porrada, a tendência a eliminar o outro na expectativa da eliminação do conflito. A violência é a substituição da aceitação do conflito pela negação do outro (FALEIROS, in <http://www.solavanco.com/artigos/artigo09.html>).

O conflito é natural e inevitável e não necessariamente destrutivo. A maneira como ele é manejado é que é a questão. Todos os sujeitos são diferentes, avaliam os fatos de maneiras distintas, por diferentes perspectivas, o que acaba por causar alguns atritos. Quando a essa situação se soma à restrição das possibilidades de diálogo e de negociação - e no dia-a-dia são vários os fatores que atuam dessa maneira, sendo que muitos deles agem sem que se perceba, a probabilidade de se lançar mão de ofensas que atacam, ferem a pessoa, agravando o problema e destruindo as relações se amplia.

Dessa forma, concorda-se com Becker (2000), no sentido de que, ao se falar de violência se está tratando de conflito. O conflito, então, é estruturante nas relações humanas, porque nasce das diferenças, da interação das diferenças, e por isso pode, transformado, tornar-se uma poderosa força motriz de transformação positiva. Se o conflito é estruturante, a violência, nos dizeres do autor, como exacerbação do conflito, “*é desestruturante, destrutiva, corrosiva e, normalmente, a curto, médio ou longo prazo, é letal*” (p.84).

Heise (1995) também considera a violência como sendo uma linguagem. Uma forma de comunicação, que acaba se instalando entre certos grupos pela força do hábito que se naturaliza e pelo desconhecimento de uma outra gramática que enfatize a capacidade de ouvir, de respeitar, de compartilhar, de aceitar diferenças e de expressar positivamente os sentimentos. Exemplificando, as mulheres em situação de violência doméstica aprendem o “be-a-bá” da violência, em seus lares, com os gritos, empurrões e castigos impostos pelos companheiros, por perda da razão, ou por razões supostamente assimétricas entre o casal. Passam a freqüentar perigosamente as fronteiras que mais conectam do que separam punição e violência.

Historicamente, a violência é o recurso mais utilizado para proibir, punir e assegurar relações de poder assimétricas existentes no contexto social. É oportuno destacar que a criação de normas de comportamento que estabelecem o que é ou não permitido, é de fundamental importância para a vida em sociedade. Conforme Dias (2007), o homem cria leis para estabelecer o que é permitido e o que é proibido, havendo também a previsão de punições para aqueles que as desrespeitam.

Têm-se também, no decorrer dos tempos, várias sociedades que aceitaram formas extremas de violência. Dias (2007) diz que na Idade Média, era comum a prática de punições aos criminosos, assim como àqueles que se opunham à religiosidade cristã. Tais punições, em que partes do corpo eram decepadas, pessoas eram queimadas e até mortas, tinham a finalidade educativa e intimidadora. Dessa forma,

[...] ao presenciarem o sofrimento e a dor daqueles que eram punidos, homens, mulheres e crianças tinham o exemplo do que poderia lhes acontecer, caso também cometessem algum crime ou contrariassem os princípios do cristianismo. (DIAS, 2007, p.19)

Constata-se, porém, que não apenas a Idade Média foi marcada pela violência. Como já mencionado, esta problemática está presente nos diferentes períodos históricos da humanidade. Ao se analisar a história do Brasil, verifica-se que a violência também acompanha o desenvolvimento da sociedade, desde o período de colonização. Os índios que ocupavam o território foram intensamente violentados pelos europeus que aqui chegaram. Esta violência se expressou tanto na imposição de trabalhos forçados, assim como na imposição da cultura europeia, em detrimento dos costumes e tradições indígenas. Destaca-se também o fato de que, de acordo com Odália (1985), os índios não eram considerados seres humanos, o que só ocorreu após uma *bula papal* os ter declarado possuidores de uma alma.

A prática da violência no Brasil prossegue e se intensifica com a chegada dos negros e da escravidão. Como se sabe, até 1888 os negros podiam ser comprados, vendidos, trocados, como qualquer outra mercadoria, submetidos a exaustivas jornadas de trabalho e também expostos aos mais diversos castigos: amarrados no tronco, ter partes de seu corpo arrancadas, como olhos, língua, membros inferiores e superiores, e até mortos.

Outro período da história em que atos de violência marcaram de forma profunda a sociedade brasileira foi durante o regime militar. Dias (2007) contextualiza o período, e afirma que muitas pessoas foram brutalmente torturadas e mortas em virtude de se oporem ao regime em vigor. Atos de crueldade foram usados nas torturas aos prisioneiros políticos nesse período de autoritarismo e repressão no Brasil.

As considerações aqui apresentadas revelam a existência de sociedades marcadas por lutas e revoltas, escravidão, colonização forçada, autoritarismo e repressão, que expressam uma violência intrínseca à cultura de muitas nações. Ao analisar as sociedades modernas, se verificam que a violência assume as mais variadas formas de expressão, atingindo de modo

contínuo todas as nações do mundo. Infelizmente, não faltam exemplos de conflitos religiosos, raciais, terroristas e revolucionários que atingem e vitimam a população mundial. Palestinos e israelenses lutam e se matam ao longo dos tempos no Oriente Médio; americanos cometem brutalidades no Afeganistão, desencadeadas pelo também brutal atentado ao *World Trade Center*, a Guerra no Iraque; na África, conflitos mortíferos atingem vários países do continente; na América Latina, as disputas entre revolucionários e as tropas paramilitares do governo colombiano se repetem de forma interminável, assim como o extermínio de pessoas que se opõem ao regime castrista em Cuba. (DIAS, 2007)

Este é, portanto, o retrato da violência no mundo. Não se pode deixar, porém, de mencionar o quadro da violência que está mais próxima da população, ou seja, a violência no Brasil que atinge as cidades e grande número de famílias, enfim, a sociedade em geral. O país vivencia contemporaneamente uma realidade em que organizações criminosas desafiam a polícia e, em operações ousadas, resgatam detentos de presídios, ameaçam e atacam repartições da Justiça e seus representantes, determinam o fechamento de estabelecimentos comerciais em áreas dominadas pelo tráfico de drogas. Soma-se a isso a vertiginosa elevação dos índices de assaltos, seqüestros, latrocínios e outros crimes. Vive-se em uma sociedade constantemente ameaçada e aterrorizada com o crescimento dos índices de violência, assim como com a intensidade e gravidade dos atos violentos, que atingem milhares de famílias à mercê dessa situação.

2.3 VIOLÊNCIA E GÊNERO: A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Conforme se explicou até aqui, não existe uma lógica para a violência, resultante de uma ação individualizada ou coletiva, na medida em que se considera que ela é produto dos meios e das circunstâncias, da forma como os sujeitos se postam no mundo. Devem-se levar em conta que o meio, suas complicações e suas contradições são fortes componentes produtores de situações que favorecem uma ação dessa natureza. Assim sendo, a violência não

deve ser analisada como um somatório de casos isolados, vinculados à maldade ou à falta de controle dos indivíduos, mas como destaca Faleiros,

[...] um fenômeno societário complexo que envolve não só o crime enquanto transgressão, mas as relações entre as forças sociais e políticas da sociedade assim como as relações familiares. (FALEIROS, 2001, p. 88)

Dentre tantas facetas da violência, considera-se a doméstica como aquela que tem afetado diretamente as mulheres, crianças, adolescentes e idosos. É aquela que ocorre no interior do lar, entre pessoas unidas por laços familiares. Esse tipo de violência nem sempre é revelado, permanecendo oculto e encoberto, apesar de sua gravidade. Por ocorrer dentro da família, considerada uma instituição sagrada e inviolável, a violência doméstica torna-se a mais velada de todos os tipos de violência.

No contexto da violência de gênero, Strey (2004) conceitua como sendo aquela que incide, abrange e acontece sobre/com as pessoas em função do gênero a qual pertencem. Entende-se que a nomeação de “vítima” permanece muito associada à mulher até por razões históricas, fato relacionado às origens da tomada da violência contra mulheres como evento passível de intervenção na esfera pública. A autora complementa:

Embora a violência de gênero possa incidir sobre homens e mulheres, os estudos e estatísticas existentes demonstram que grande parte desta violência é cometida sobre as mulheres por homens, com conseqüências físicas e psicológicas muito mais graves, severas e daninhas para as mulheres. (STREY, 2004, p.16)

A Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada pela Conferência de Viena em 1993, definiu a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher”. Tem-se ainda que a violência contra a mulher viola e degrada os direitos humanos da mulher em seus

aspectos fundamentais de liberdade e vida. Já a Organização Mundial de Saúde, em 1994, definiu oficialmente a violência contra a mulher como

[...] todo ato que produz dano físico, sexual ou psicológico a mulher, incluindo as conseqüências desses atos, a coerção, privação arbitrária da liberdade, independente se ocorre na instância pública ou privada” (OMS, 2001).

Para contextualizar a situação de violência contra a mulher, torna-se necessário abordar o conceito de gênero. Para isso, busca-se o que é ser homem ou mulher na sociedade contemporânea, onde prevalecem condições de desigualdades. Ao se remeter para o início da vida, vê-se que as crianças nascem do sexo masculino ou feminino, mas vão sendo criadas, educadas e moldadas segundo aquilo que a sociedade considera próprio para meninos ou meninas.

Sobre as diferenças biológicas de sexo, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis estereotipados para cada, nos quais há sempre um desequilíbrio: o papel do homem é sempre mais valorizado do que o papel da mulher. Faria & Nobre, explicam:

[...] existe uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade do direito (FARIA & NOBRE, 1997, p.46).

Conforme a citação, seria então um modelo de vida em que os homens trabalham fora e são os provedores e as mulheres só fazem o trabalho doméstico, invisível e desvalorizado. Ao homem caberia a produção – entendida como aquilo que gera diretamente a riqueza, em termos de dinheiro – e à mulher a reprodução: da vida, da força de trabalho e também dos valores vigentes, para que nada mude.

Destacando a historicidade destas questões de violência, Miller (1999), relembra que o homem do período pré-histórico já arrastava sua mulher para a caverna, mantendo-a lá para cuidar da fogueira e “parir” os seus bebês, enquanto ele se unia aos demais homens para trazer o alimento e pintar a sua coragem nas

paredes para futuras gerações. Já no Egito, enquanto eram realizadas façanhas espetaculares de engenharia na construção de pirâmides, enchendo-as de ouro para os corpos milagrosamente preservados de reis, os homens quebravam os dentes das esposas com tijolos se elas ousassem criticá-los.

Mesmo com o passar dos séculos, os homens continuaram a ser considerados infinitamente superiores às mulheres, sendo que somente a eles era permitido sentir as grandes paixões da vida. Miller (1999) cita como exemplo a antiga Grécia, onde, para experienciar um amor, um jovem se unia, não a uma mulher, mas a um homem mais velho. Posteriormente, embora o jovem se casasse e tivesse filhos, ele continuava amando aquele homem, lutando ao seu lado até a morte, nos campos de batalha.

Ao conquistarem a Grécia, os romanos trouxeram consigo um sistema de justiça, o seu legado para o desenvolvimento de maior parte do mundo ocidental, no qual estavam incluídas algumas leis relacionadas às mulheres. E foram nestas leis que os romanos condicionaram as mulheres como servas, rotulando-as como propriedades de seus maridos, lhes devendo obediência. E esta condição se manteve inclusive na Idade Média, quando elas eram levadas ao casamento como propriedade e eram tratadas, segundo Miller (1999), *“com menos cuidado do que as armaduras e tapeçarias do marido.”* (p. 80)

Seguia-se a mesma condição na América recém-colonizada, onde as esposas continuavam tão dependentes e insignificantes quanto seus filhos, e eram legalmente expostas a torturas públicas por crimes como aborrecer o marido. Destaca-se que, até o século XIX, elas ainda estavam legalmente proibidas de declarar a posse de propriedades, dinheiro e inclusive, os próprios filhos. Disserta Miller, que,

Enquanto as esposas não tinham direitos legais para solicitar o divórcio, nem mesmo por adultério, o qual era considerado uma vergonha para a mulher, não para o homem, os maridos não encontravam nenhuma dificuldade para obtê-lo. Se, em lugar do divórcio que lhe era negado, uma mulher fugisse, o marido publicava um comunicado ameaçando processar qualquer um que a recebesse. (1999, p.80)

Algumas das mulheres até rompiam o relacionamento, mas em razão disto, eram forçadas a passar o resto da vida lutando contra o desprezo da sociedade, que lhes condenava pelo ato. No transcorrer da história, os homens sempre fizeram uso de seu poder político e econômico com a intenção de humilhá-las e brutalizá-las, além de mantê-las em constante posição inferior. Registros históricos comprovam que, por mais de mil anos, a lei ocidental absolveu os homens que espancavam as esposas.

Mesmo contemporaneamente, encontram-se evidências destes abusos. Um dos exemplos é na China, onde o governo defende a esterilização forçada e o aborto para manter a lei de um filho só, além de ignorarem os milhares de bebês do sexo feminino que são mortos porque os meninos são considerados mais valiosos. No Sudão e na Somália, exige-se a mutilação do clitóris. Na Arábia Saudita, a lei permite que as empregadas sejam espancadas. No Congo, o adultério é ilegal somente para as mulheres, e não para os homens. (MILLER, 1999).

Na sociedade contemporânea, ainda é muito forte a idéia de que a mulher deve ser apenas mãe e dona de casa e que todo o poder de decisão deve estar nas mãos masculinas, mesmo partindo delas o sustento do lar, principalmente nas famílias de classe popular. Depois de muitos anos de estudos e lutas das mulheres foi sendo elaborado o conceito de gênero, buscando explicar as relações sociais entre homens e mulheres. Esse conceito foi utilizado como categoria de análise primeiramente pela antropologia, que coloca o "ser mulher" ou "ser homem" como uma construção social. A palavra gênero, tirada da gramática, foi utilizada para identificar essa construção, diferenciando-a do sexo biológico. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por convenções sociais, variando segundo a época e padrões culturais e, portanto, podendo ser modificado.

Constata-se que a noção de gênero vem muitas vezes sendo confundida com a idéia de sexo feminino, quando em realidade surgiu exatamente para destacar essa distinção. Enquanto sexo indica uma diferença anatômica inscrita no corpo, gênero indica a construção social, material e

simbólica, a partir desta diferença, que transforma bebês em homens e mulheres, em cada época e lugar de distintas maneiras.

A idéia é antiga. Beauvoir (apud Anderson, 2000), já dizia, desde os anos 50, que não se nasce mulher; torna-se mulher. O que tem um surpreendente avanço nos últimos anos é o refinamento e a complexificação desta idéia e uma ampliação de seu uso nos mais diversos campos de estudo, tais como História, Antropologia, Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Direito, Psicanálise, e Economia, entre outros. Masculino e o feminino são, pois, construtos sociais, o que se contrapõe à noção da essencialidade dos comportamentos sociais com base nas características sexuais: o homem sempre poderoso e agressor; a mulher sempre desprotegida e vítima. Um grupo de gênero, segundo Beauvoir, é:

[...] um conjunto de elementos que incluem formas e padrões de relações sociais, práticas associadas à vida cotidiana, símbolos, costumes, identidades, vestuário, adornos e tratamento do corpo, crenças e argumentos, senso comum e outros elementos que fazem referência, direta ou indiretamente, a uma forma cultural específica de entender e registrar as semelhanças e diferenças entre os gêneros. (BEAUVOIR in ANDERSON, 2000, p. 45)

Assim, exemplificando com a sociedade contemporânea, se observam que coexistem no mundo, e particularmente no Brasil, inúmeros grupos de gênero. Ao se analisar as relações sociais entre homens e mulheres, vê-se que não são as mesmas nas grandes cidades ou nas pequenas cidades do interior, no Sul ou no Nordeste, na zona urbana ou rural, em famílias ricas e naquelas que sofrem da exclusão social, e, principalmente, que esses sistemas de gênero vêm sofrendo profundas modificações nas últimas décadas. Alguns fatores importantes têm colaborado para essas mudanças, dentre elas, destacam-se: a crise econômica que força a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho; o aumento crescente das famílias chefiadas por mulheres; a organização das mulheres lutando por uma maior igualdade nas leis e na vida, dentre outros.

Sabe-se que a violência é muito antiga. O que é novo é problematizar a violência de gênero como uma questão de saúde da mulher e, conseqüentemente, de saúde pública. Sugere Saffioti (1997) que para se entender porque a violência é também uma questão de saúde pública, precisa-se compreendê-la no seu aspecto numérico (grande número de vítimas que atinge); nas repercussões deletérias na sanidade física e mental, assim como em suas decorrências econômicas para o país: diminuição do PIB à custa do absenteísmo ao trabalho; da diminuição da produtividade; e do período que ficam às expensas da seguridade social.

Tratando das políticas públicas de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, se constata que historicamente, sempre houve um retrocesso, um descaso quanto a estas situações, conforme explicam Camargo e Aquino (2003). Dizem os autores, que desde meados dos anos 80, observa-se no Brasil que a ação do Estado restringiu-se basicamente “à *proteção policial e ao encaminhamento jurídico dos casos, visando à punição do agressor e reparação à vítima*”. As avaliações em torno desta política apontaram este como um dos aspectos de insuficiência para uma intervenção de impacto sobre o problema.

Um avanço que se verifica com destaque no contexto de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica foi a implantação, a partir dos anos 80, das Delegacias de Atendimento à Mulher, como conquista da luta contra a violência. A primeira foi criada em São Paulo, em agosto de 1985, sob pressão do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina (SAFFIOTI, 1997). Após, outras 152 foram instaladas, sendo que mais da metade delas no Estado de São Paulo e as demais principalmente nas capitais de outros Estados. Embora a grande concentração das delegacias tenha permanecido no Estado de São Paulo a existência do serviço quase restrito às capitais, houve uma evidente influência no sentido de um incremento de registro de ocorrências policiais em todo o Brasil.

Brandão (2004) destaca que a implantação das Delegacias proporcionou uma maior visibilização da violência contra a mulher, no aumento das denúncias, assim como, seus limites. Destaca a autora que, se operadas de forma isolada e sem os elementos necessários à qualificação do atendimento dispensado à

mulher, levam à chamada rota crítica, ou seja, a exposição da usuária a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor.

Verifica-se que as Delegacias de Atendimento à Mulher passaram a clarificar os números a público, trazendo uma discussão política sobre a violência contra a mulher. Tais indicadores alarmantes fizeram com que a violência entrasse na pauta das discussões políticas. Outro avanço significativo, a partir dos anos 80, se deu com a criação das coordenadorias da mulher em diversos governos municipais e estaduais, campanhas publicitárias nacionais discutindo a violência contra a mulher e a iniciativa de se propor a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Mulher.

Observa-se que no início dos anos 90 tanto a área da saúde como o da assistência, passaram a realizar novas ações e abordagens para o problema da violência doméstica contra a mulher. Camargo e Aquino (2003) esclarecem que foi somente a partir deste momento que os serviços de saúde passaram a adotar políticas visando diagnosticar o problema e oferecendo atenção à saúde nos casos de violência sexual, violência contra as crianças e outros agravos. Também surgiram, na década destacada, as primeiras casas-abrigo reivindicadas pelo movimento de mulheres e apoiadas pelas próprias Delegacias, uma vez que as providências policiais e jurídicas eram burladas pelos agressores e, muitas vezes, as denunciadas sofriam violência maior como castigo por sua iniciativa. (CAMARGO e AQUINO, 2003, p.41)

Dentre os diferentes eventos realizados nos anos 90, destaca Heise (1995), destacam-se a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995) e a Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), que trataram diretamente do tema da violência sexual, da violência de gênero e de todas as formas de discriminação contra a mulher, inclusive quanto a sua autonomia e direitos.

Foi a partir desta interação entre os serviços citados, que surgiram as primeiras parcerias e, em alguns estados e municípios, se formalizam papéis e vínculos entre eles, conformando uma rede de atendimento. Considera-se este trabalho em rede como sendo recomendada pelas experiências mundiais e locais

e corresponde a um conceito de colaboração e integração de serviços que visa à assistência integral. Nos dizeres de Camargo e Aquino (2003),

A adoção de ações em diferentes áreas, de forma sistemática e continuada, garantindo acesso e qualificando a intervenção em cada área é o que deve caracterizar a promoção pelo estado de políticas públicas, constituindo uma rede de ações e serviços. Este processo é ainda incipiente e insuficiente. (p. 19)

Em janeiro de 2003, foi constituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República. Explicam Camargo e Aquino (2003) que o mesmo teve status de Ministério, como referência governamental de elaboração e execução de políticas e articulações da igualdade de gênero no governo federal, destacando o compromisso com o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Em 2004, a partir das diretrizes definidas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)⁵, foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que propõe a promoção da igualdade de gênero.

Compreendendo os principais aportes teóricos até aqui tratados, alguns questionamentos voltam a se fazer presentes: qual a contribuição do processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica? Terão eles conhecimento das redes de serviços, assim como a legislação que ampara a defesa dos direitos das mulheres? De que forma atuam junto destas usuárias? Quais os resultados obtidos? Todas estas inquietações serão trabalhadas nos capítulos seguintes, embasados nas informações pesquisadas. No próximo capítulo será apresentado o processo de investigação

⁵ A I CNPM, convocada pelo Presidente da República e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniu 1787 delegadas, e mais de 700 observadoras e convidadas. O processo de preparação envolveu diretamente mais de 120 mil mulheres que discutiram, em plenárias municipais e regionais e em conferências estaduais, a situação das mulheres brasileiras, com o objetivo de propor as diretrizes para fundamentação do PNPM. Este processo fortaleceu nossa convicção de que o enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e etnia, tem um sentido amplo, que não se esgota na implementação de uma proposta de governo. É, portanto, uma política de Estado com a qual todos os governos democráticos devem estar comprometidos. (Fonte: [http:// 200.130.7.5/ spmu /docs/PNPM.pdf](http://200.130.7.5/spmu/docs/PNPM.pdf))

na busca dos dados e informações que contribuíram para a elaboração do presente estudo, contemplando a metodologia da investigação e de análise.

3 O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

O caminho de investigação do objeto exigiu a construção de um processo metodológico que subsidiasse a perspectiva científica na condução da ação e que pudesse permitir uma perspectiva metodológica coerente e exequível, pautada nos pressupostos teóricos e epistemológicos deste estudo. Manteve-se constante neste percurso o conhecimento adquirido através do método dialético crítico, que viria embasar todo o estudo que aqui se apresenta.

3.1 O MÉTODO

Compreende-se que na operacionalização da pesquisa, a questão central dará origem à direção do estudo, sendo identificada como o problema de pesquisa, que segundo Trivinos (1992, p.97) *“põe em relevo as percepções dos sujeitos e, sobretudo, salienta o significado que os fenômenos têm para as pessoas.”* Já o conteúdo das questões norteadoras, no sentido de desvelar os sentidos e significados das relações sociais, gira em torno do questionamento e da percepção sobre a experiência de vida dos sujeitos na relação que estabelecem com o seu meio social.

Como expresso anteriormente, o problema de estudo define-se em “como se operacionaliza o processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica?” Para compreender a complexidade da operacionalização desta prática e as relações com o contexto na qual se produzem, optamos pela pesquisa qualitativa. Conforme aponta Minayo (1994) a pesquisa qualitativa

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (p.21)

Demo (1980) explica que as Ciências sociais, entre as quais se insere o Serviço Social enquanto ciência social aplicada, apresentam como especificidade o fato de seu objeto de estudo ser essencialmente qualitativo, embora não negue a importância das estatísticas ou das análises quantitativas realizadas sobre determinado fenômeno, mas aponta para a compreensão da realidade social dinâmica, repleta de significados, sentimentos, valores, crenças e práticas sociais dificilmente possíveis de serem expressos unicamente através de números.

Entende-se que a pesquisa qualitativa torna-se útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. Nos dizeres de Minayo (1994), é inegável a riqueza que se pode explorar os casos desviantes da “média” que ficam obscurecidos nos relatórios estatísticos. Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar “*questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais*”. (1994, p.63)

Ressalta Demo (1980) que a quantificação, classificação e aplicação de testes estatísticos surgem nas Ciências Sociais como alternativas complementares a uma compreensão que transcende a análise numérica. Através da abordagem qualitativa é sim possível realizar uma aproximação com a complexidade da vida humana. Para isso, são abordados “*o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações*”. (MINAYO, 1998, p.15). Dessa forma, a abordagem qualitativa visa:

Incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 1998, p.10)

O ser humano, a partir desta concepção, é compreendido como ator privilegiado no processo de construção da realidade social e, portanto, os aspectos integrantes desta realidade apenas podem ser compreendidos partindo-se do significado atribuído pelo sujeito que a vivencia. Assim sendo, o contato

direto entre pesquisador e participantes da pesquisa torna-se elemento fundamental, visto que, e através deste contato que se podem aprofundar questões e questionar fatos priorizando os acontecimentos que repercutem de forma particular na vida dos sujeitos. Além disso, ao conservar as informações colhidas de forma literal, a abordagem qualitativa permite a análise profunda do conteúdo das falas, das inter-relações presentes, dos elos estabelecidos e das interpretações feitas pelos indivíduos a cerca da situação que estão vivenciando.

A pesquisa qualitativa tem como um de seus pressupostos o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo, pois *“a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável”* (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 27). Assim, uma análise que se queira realizar acerca do processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica, que realmente tenha relação com o contexto de vida dos sujeitos, não pode propor-se apenas a quantificar, assim como caracterizar por função. Numa visão de complementaridade é possível perceber os significados, a importância do processo de trabalho do profissional, assim como privilegiar qual o significado desta atuação para as usuárias que se encontram fragilizadas.

Com esta perspectiva, assim como na intenção de se conhecer de que forma o Assistente Social realiza o seu processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica, adotou-se um método que melhor se relacionava ao problema estudado. Conforme destaca Lênin, o método é a própria *“alma do conteúdo, por fazer relação entre o pensamento e a existência, e vice-versa”* (p.75). Considera-se que nenhuma pesquisa deva ser neutra de pensamento sobre o social, o qual permite compreender a realidade que se intervém.

Entende-se que existem no interior das Ciências Sociais, inúmeras correntes de pensamento que levam as múltiplas possibilidades de abordagem metodológica com seus variados pressupostos. O método dialético-crítico, aqui utilizado, refere-se essencialmente a uma maneira de refletir sobre o homem e a sociedade, através de uma metodologia de investigação científica e de explicação do social. E, por partir de uma concepção dialética da realidade, não desvincula a

teoria (conhecimento) da prática (ação), afirmando que a “*teoria não é um dogma, mas um guia para a ação.*” (GADOTTI, 1983, p. 23).

Concorda-se com Demo (1985), que esta se adequa como a metodologia mais específica das ciências sociais, por ser a mais fecunda para analisar os fenômenos históricos. Sua opinião se baseia na observação da realidade social e na adequação a ela da visão dialética que privilegia, segundo o autor, a:

contradição e o conflito predominando sobre a harmonia e o consenso; o fenômeno da transição, da mudança, do vir-á-ser sobre a estabilidade; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários. (p.54)

Retomando historicamente, tem-se que foi Hegel quem sintetizou o que de melhor o racionalismo ocidental conseguiu produzir. Seu pensamento foi erguido em bases de uma frutífera interlocução com a melhor tradição racionalista do seu tempo, dentre eles, Kant, Fichte, Shelling. E foi neste diálogo com a tradição, apreendendo com ela e dela nascendo, que este pensador foi diferenciando seu pensamento e construindo, dentro do idealismo alemão, as bases de uma nova razão dialética. E esta, constituiu-se na base a partir da qual Marx (1988) operou sua crítica, aproveitando-lhe o núcleo racional. Este último, seguramente, constituiu-se na principal base filosófica do pensamento crítico dialético que foi a grande marca filosófico-política do século XX. (PONTES, 1995)

Num processo de continuidade e descontinuidade, Marx (1988) ultrapassou, então, os elementos, denominados por ele como sendo “mistificadores-logicistas”, apropriando-se do núcleo racional. O caminho metodológico passa a ser então decorrência necessária da natureza da sociedade capitalista. (PONTES, 1995)

Uma primeira aproximação do Serviço Social, com o referido método, ocorreu quando a profissão rompeu com uma identidade atribuída e buscou construir uma nova, não mais endógena, forjada por elites ou grupos detentores de poder hegemônico, mas conformada pelo contexto histórico e social no qual se insere e pelos compromissos ético-políticos que lhe são exigidos pela sociedade. A nova identidade construída reconhece sua própria historicidade e a

historicidade de sujeitos, grupos, instituições, como unidades dialéticas em permanente processo de autoconstrução.

A dialética, no entender aqui descrito, é o pensamento crítico que se propõe a superar, o que já dizia Pontes (1995), a *“pseudoconcreticidade para se atingir a concreticidade”*. Trata-se de um processo, no curso do qual, sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa, a lei do fenômeno, por trás do movimento visível, o movimento real, interno; por trás do fenômeno, a essência. Lefebvre (1983, p.22) complementa dizendo que, só existe a dialética se existir movimento; e que só há movimento se existir processo histórico: história.

Entende-se a dialética como sendo um pensamento criativo que visa compreender a dinâmica do real enquanto processo histórico em constante transformação. Considera ainda, que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Assim sendo, considera todas as coisas em movimento e relacionadas umas com as outras, apresentando como questão fundamental a explicação do movimento e da transformação das coisas. (PONTES, 2005)

Kosik (1976 p.25) explica que a dialética trata da *“coisa em si”*, mas que não é manifesta imediatamente ao homem. Ou seja, os fenômenos, diferentemente de sua essência, se manifestam imediatamente, primeiro e com maior frequência. Todas as coisas com as quais os sujeitos interagem, emergem de um determinado todo que o circunda, todo este não perceptível a uma primeira vista, percebido apenas como um pano de fundo indeterminado. Desta forma, a dialética visa atingir a essência dos fenômenos atrás do questionamento de como *“a coisa em si”* se manifesta, buscando incessantemente a relação essência/aparência.

Para a dialética, o ser humano é um ser histórico, estando em um panorama social onde os sujeitos interagem entre si. Várias influências compõem este panorama, como o contexto político, cultural, social, econômico, os afetos na vida relacional e outras vinculações vivenciadas no cotidiano da vida, colocando este homem como criador e transformador da sua realidade social. A dialética é,

portanto, um processo complexo que pressupõe movimento de reflexão-análise-ação sobre os fenômenos do real, tendo por finalidade a transformação.

Pontes (1995), considera o método dialético como sendo superior às outras formas metodológicas de conhecimento do ser social na sua complexidade intrínseca, não por um princípio escatológico de fé, mas

[...] em primeiro lugar, devido a consideração concreta daquilo que está vivo na obra marxiana, ou seja, na captação correta das tendências históricas principais da sociedade burguesa. (PONTES, 1995, p.36)

Pontes (1995) destaca ainda, como sendo uma das características principais deste método, sua apreensão histórica sistemática, na qual o método necessariamente dirige-se à gênese de qualquer fenômeno em estudo, buscando desvendar de forma empírica do fenômeno a raiz histórica de sua constituição, os processos que o constituíram e este enquanto participe dos processos. Segundo o autor, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendraram “*os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e potencialidades*”. (p.66) O método dialético exprime o caminho metodológico através de aproximações sucessivas que significa uma sempre tendencial busca da totalidade, sem todavia alcançá-la como no saber absoluto hegeliano.

Partindo destas considerações, foi utilizado nesta pesquisa o pensamento dialético com o intuito de desvelar como se otimiza o processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica, procurando compreender este agir a partir de suas características próprias, contradições essenciais, enquanto movimento e produto histórico. No tópico seguinte, destacam-se as categorias do método que nortearam a leitura que aqui se realiza.

3.1.1 Categorias do Método

Para se compreender os fenômenos a partir de seus condicionantes políticos, econômicos, e mais amplamente culturais, o referencial dialético crítico faz uso de categorias teóricas que objetivam orientar a análise do estudo aqui apresentado. Entende-se as categorias como sendo expressões conceituais que procuram refletir aspectos gerais e essenciais do real, sendo que suas relações e conexões surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos, possuindo, segundo Cury, um alto grau de generalidade (1985, p.21). Explica o autor que estas categorias tem a função de interpretar a realidade social visando a sua compreensão e, portanto, correspondem a condições concretas de cada tempo e lugar, configurando-se através das relações essenciais, de caráter objetivo, cuja compreensão possibilitará o desvendamento do fenômeno na sua própria realidade.

Entende-se também que as categorias do método dialético são categorias interpretativas do real, que fornecem subsídios, adquirindo sentido somente quando elaboradas a partir de um contexto político, econômico e social historicamente determinado. Na presente pesquisa, tendo por base os objetivos já expostos, foram utilizadas como referência as seguintes categorias: cotidiano, historicidade, totalidade, contradição e mediação. Salienta-se que todas encontram-se estreitamente vinculadas, tornando-se impossível sua dissociação.

O **cotidiano** revela diversas atividades exercidas sobre um território, onde se desenvolvem as diferentes práticas sociais e suas respectivas sociedades através dos tempos. A vida cotidiana, segundo Heller (1972) é a vida cotidiana do homem inteiro, não se pode dissociar o cotidiano da história da sociedade, pois os fatos históricos nascem no cotidiano remetem à idéia de repetição, contudo, esse espaço não é só de reprodução, mas de produção de sentidos. Outra característica do cotidiano para Heller,

[...] é a espontaneidade, não querendo dizer com isto que todas as atividades do cotidiano o sejam no mesmo nível, mas que existe uma tendência marcante do cotidiano para a espontaneidade. (1972, p. 18)

Tanto as atividades de motivações particulares quanto as atividades de motivações humano-genéricas. Segundo essa autora, a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica. É heterogênea no que diz respeito ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades, a saber: organização do trabalho, da vida privada, do lazer, do descanso, da atividade social, dentre outros. É hierárquica quando se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais.

A vida cotidiana pode ser compreendida como a vida de todo dia, dos mesmos gestos e ritmos, é ir à escola, ao trabalho, à igreja, ler o jornal, assistir televisão, etc. No pensamento de Heller (1972, p.18) a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, não existindo homem sem cotidiano e cotidianidade, segundo essa autora, “(...) o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”.

Segundo Martins (2000, p.93-94) a vida cotidiana não se reduz a “usos e costumes” e nem a “casa e quarto” ou ao “rotineiro e repetitivo”. Para esse autor a “história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano. (...) de modo algum, o cotidiano pode ser confundido com as rotinas e banalidades de todos os dias (...)”. Afirma ainda que os momentos da vida cotidiana e os espaços são no público e no privado.

Em casa, mas também na rua e no local de trabalho: nos lugares em que o homem está desencontrado em relação a si mesmo. Na casa sim, mas na intimidade não”. Para esse autor, o cotidiano “(...) se define a si mesmo como momento histórico qualitativamente único e diferente. (MARTINS, 2000, p.142)

Em suma, para o autor, o cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz.

Entende-se que toda a vida humana é social e encontra-se sujeita à transformação, portanto, toda construção social é histórica. Na perspectiva da

Dialética Marxista, tudo o que ultrapassa o indivíduo para atingir a vida social constitui acontecimento histórico. A **historicidade**, como categoria dialética, introduz na compreensão da realidade a concepção que nada se constrói fora da história. Tem-se o homem como um instrumento de construção da história já ao nascer. Esta construção acontece na medida em que este homem integra-se com outros sujeitos. A história torna-se real na vida cotidiana em sociedade através dos atos humanos contínuos. Ela não é uma unidade vazia e estática da realidade, mas

[...] uma totalidade dinâmica de relações que explicam e são explicadas pelo modo de produção concreto. Isto é, os fenômenos econômicos e sociais são produtos da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos. (MINAYO, 1998, p.68)

Na dialética marxista, tudo o que ultrapassa o indivíduo para atingir a vida social constitui acontecimento histórico. Na ótica dialética, a consciência se concebe, desde a origem, como um produto social da necessidade e da ação humana no meio sensível, na natureza, em relação aos outros homens, dentro de determinadas condições de produção.

A **totalidade** concreta, como categoria e princípio metodológico da investigação dialética da realidade social, aborda o caráter total da existência humana e da ligação indissolúvel entre a história dos fatos econômicos e sociais e a história das idéias. Considera que o fenômeno só existe porque está conectado dialeticamente com outros fatos sociais que interagem entre si. Para compreensão é necessário alongar o olhar e visualizar o todo onde o fenômeno está inserido. Não há compreensão de um fenômeno isolado: uma palavra só pode ser compreendida dentro de um texto e este num contexto. Assim o homem e os fatos humanos só podem ser compreendidos através da dinâmica social na qual estão inseridos, e esta na inserção com a globalidade.

Assim sendo, a totalidade permite compreender as diferenças numa unidade ou totalidade parcial; buscar a compreensão das conexões orgânicas, isto é, do modo de relacionamento entre as várias instâncias da realidade e o

processo de constituição da totalidade parcial; entender na totalidade parcial em análise, as determinações essenciais e as condições e efeitos de sua manifestação.

Explica ainda Minayo (1998), que a perspectiva totalizadora é heurística porque reflete relações reais, isto é, ao mesmo tempo em que vê a realidade objetiva como um todo coerente; compreende e analisa as partes do todo formando correlações concretas de conjuntos e unidades sempre determinadas. Ela afirma os princípios da complexidade e da diferenciação.

A visão de totalidade também mostra que não existem pontos de partida absolutamente definitivos, em razão da própria característica dinâmica do método dialético. Sua fundamentação é o pensamento vivo e o caráter inacabado tanto da história como da ciência em constante devir. Isso faz com que o conhecimento da realidade, segundo Minayo, *“seja uma perpétua oscilação entre o todo e as partes que devem se esclarecer mutuamente”*. (p.71)

E será no interior da concepção de totalidade dinâmica e viva que se apresenta o princípio da união dos contrários que contrapõe a dialética a qualquer sistema maniqueísta ou positivista. Portanto, analisar um fenômeno, uma situação concreta, à luz da totalidade, não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los de forma inter-relacionada, buscando as determinações que uns tem sobre os outros para melhor interpretar a realidade.

A **contradição**, por sua vez, sempre expressa uma relação de conflito na realidade. Tem-se que a vida do homem em sociedade é plena de realizações e acontecimentos. A busca destas realizações faz com que o homem procure a sua superação. Neste processo os movimentos contraditórios emergem na vida do homem impulsionando-o na sua caminhada humana.

Nos dizeres de Minayo (1998), o princípio de união dos contrários abrange as totalidades parciais e as totalidades fundamentais. Isso significa perceber que existe uma relação dialética entre:

- os fenômenos e sua essência, entre as leis e o fenômeno (em relação ao mundo das leis, o mundo dos fenômenos representa o todo, a totalidade, porque contém a lei e além disso, a própria forma que se move);

- entre o singular e o universal, entre o particular e o geral (o particular e o singular não existem a não se por sua participação no universal, assim como, o geral e o universo só se realizam nas totalidades parciais) ;

- entre a imaginação e a razão;

- entre a base material e a consciência (existe uma correlação entre o modo de produção, as estruturas de classe e as maneiras de pensar);

- entre a teoria e a prática (é na práxis que se dá a emancipação subjetiva e objetiva do homem e a destruição da opressão enquanto estrutura e transformação de consciência);

- entre a indução e a dedução (não se pode conhecer uma coisa a não ser decompondo-a, para a seguir, recompô-la, reconstruí-la e reagrupar).

Em relação à **mediação**, explica Pontes (1995), é através da concepção trazida por Marx, que esta vai assumir um sentido historicamente concreto, ultrapassando tanto “a acidentalidade quanto o idealismo”. (PONTES 1995, p.78)

Compreende-se que as mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou. Explica Pontes que:

[...] a edificação de mediações cada vez mais distantes da degradação e da barbárie necessariamente passa pela mediação central da relação homem-natureza/homem-sociedade, que é a mediação do trabalho. Ou seja, a construção de mediações entre as várias instâncias do existir humano que conduzissem estas relações para o progresso econômico-social-cultural-espiritual da espécie, com a plena superação da alienação, da exploração, etc. (PONTES, 1995, p. 78)

Na teoria social marxiana, a mediação tanto se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica), quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto.

No sentido de captar dialeticamente o movimento do ser social, sustentado numa legalidade tendencial, imanente e histórica, torna-se, portanto,

indispensável à busca das mediações enquanto condutos onde as categorias concretas se movimentam tanto sentido ao processo histórico. Esta busca das mediações significa, segundo Pontes (1995), no plano metodológico, “a captura das articulações e passagens vivas que se processaram entre as instâncias envolvidas na trama histórica” (p. 80).

3.2 OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Minayo (1998) entende por metodologia o caminho e o instrumental próprio de abordagem da realidade na qual se pretende investigar. Esta passa a ocupar lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria. Visando buscar apreender os objetivos que se tinham com a pesquisa realizada, elaborou-se uma seqüência de etapas e procedimentos que nortearam sua operacionalização. Tal caminho, destaca-se na figura abaixo, e descreve-se a seguir.

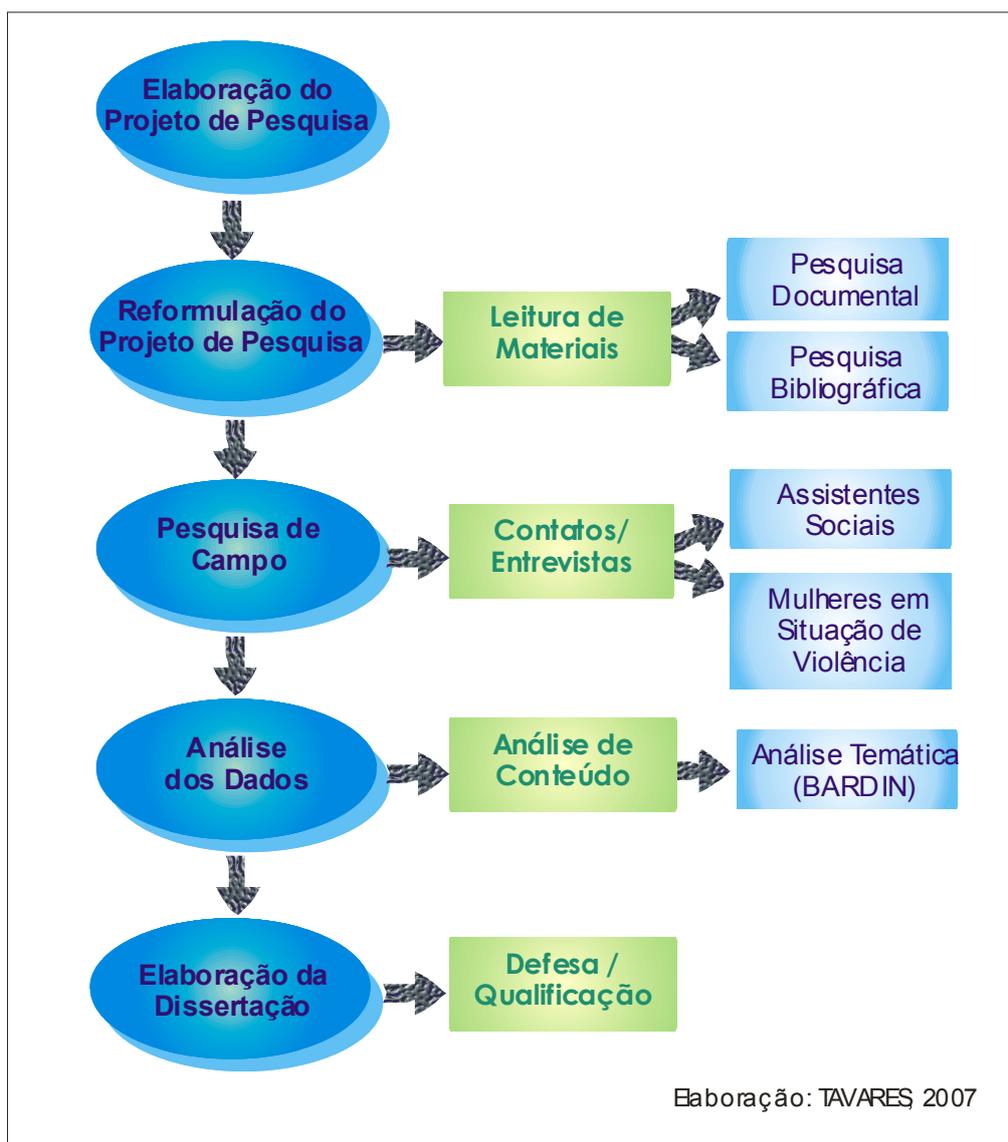


Figura 1: Procedimentos Operacionais

a.1) Elaboração do Ante-Projeto de Pesquisa:

Foi elaborado o Ante-Projeto de pesquisa com o objetivo do ingresso no Curso de Pós Graduação de Mestrado em Serviço Social da Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

a.2) Reformulação do Projeto de Pesquisa:

Embasado nos novos conhecimentos obtidos no primeiro semestre do curso de mestrado, readequou-se o projeto inicial, aprofundando questões teóricas, assim como o método que se apropriou para a leitura da realidade.

B) Leitura de Materiais.

Clarificado o problema de pesquisa, passou-se a realização de leituras, objetivando o levantamento de dados de variadas fontes, visando apreender ainda mais o objeto de estudo. Esta leitura serviu então como uma nova aproximação como tema, para que assim se tivessem novos olhares, para que se soubesse como se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões sobre o assunto. Esta etapa facilitou ainda, conforme sugerem Marconi & Lakatos (1999, p.64), no sentido de evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários. Este levantamento de dados, o que constitui-se, segundo os autores, como o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, foi feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

B.1) Pesquisa documental

Tomando-se como base Fontes de Documentos; Arquivos particulares (TCC de conclusão de curso, resumos de livros); Fontes estatísticas; buscou-se uma maior aproximação com o objeto de estudo, aqui delimitado, o processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica.

A principal característica deste contato com diferentes acervos de conhecimentos, foi que este teve restritamente, como fonte de coleta de dados, documentos escritos ou não, constituindo-se o que Marconi & Lakatos (1999) denominam como sendo as “fontes primárias”. Os documentos que embasaram esta leitura foram:

- Lei de Regulamentação da Profissão: Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
- Código de Ética do Assistente Social: Documento que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.
- Lei Maria da Penha: Lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

- Plano Nacional de Políticas para as mulheres: Documento que tem por propósito enfrentar as desigualdades de gênero e raça no Brasil.

B.2) Pesquisa Bibliográfica

Explicam Marconi & Lakatos (1999) que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dentre outros, até meios de comunicação orais, tais como rádio, filmes e televisão. Buscou-se, portanto, uma leitura ampla de referenciais bibliográficos, que serviram de constante aprimoramento para a fundamentação teórica, e que permitiram, também, uma aproximação maior com o objeto de estudo.

C) Pesquisa de Campo

Marconi & Lakatos (1999, p.85) explicam que a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de se obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou então descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste, nos dizeres dos autores, na

[...] observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. (MARCONI & LAKATOS, 1999, p.85)

Complementa Minayo (1998), que o trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele, sendo a interação com os pesquisados, o essencial. Na aproximação do pesquisador com o campo, pretendeu-se não só uma aproximação com o que se objetiva desvelar, mas também em criar um conhecimento, partindo da realidade do campo, condizendo o que preconiza o item VII do Art. 4º da Lei de

Regulamentação da profissão do Assistente Social: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.”

Para a realização da pesquisa de campo, já definidos os sujeitos da pesquisa, obedeceu-se os seguintes passos:

C.1) Contatos

C.1.1) Com os Assistentes Sociais.

Foi feito o contato com os 16 Assistentes Sociais vinculados aos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo (08 de cada Município), para facilitarem o prévio contato com as mulheres em situação de violência doméstica, que tivessem interesse de colaborar com a pesquisa, atendidas em seus respectivos serviços.

C.1.1) Com as mulheres em situação de Violência Doméstica.

Indicadas pelos Assistentes Sociais das respectivas Instituições, foi feito um prévio contato, pelos mesmos, com seis (08) mulheres em situação de violência doméstica de cada Município, totalizando 16 entrevistadas.

C.2) Realização das Entrevistas⁶.

Feito o primeiro contato, obtido as devidas autorizações, assim como os agendamentos, passou-se a realização das entrevistas com os sujeitos definidos.

Como técnicas complementares, nesta etapa, foi organizado um diário de pesquisa e ficha dos sujeitos. No diário de pesquisa, foram registradas descrições e observações sobre as situações de entrevista, os informantes e os relacionamentos estabelecidos. Já as fichas dos entrevistados, serviram para uma melhor organização objetivando uma eficácia na análise dos dados coletados.

⁶ Consta em anexo o termo de responsabilidade assumido entre pesquisador e sujeito participante do estudo, no que se refere a autorização para uso dos depoimentos no presente estudo, bem como, a responsabilidade do retorno por parte do pesquisador quanto a análise dos dados e informações.

D) Análise dos Dados

Realizada a coleta de dados, passou-se a análise destes, adotando como metodologia, a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977), a qual explicita-se posteriormente.

E) Elaboração da Dissertação de Mestrado

Analisado os dados coletados, passou-se então a elaboração da Dissertação de Mestrado, para posteriormente ser submetido à Qualificação e Defesa Final.

F) Divulgação

Após a análise dos dados, e redigida a Dissertação, assim como qualificada e posteriormente defendida, será repassado os resultados da mesma para os sujeitos participantes do estudo e órgão financiador, através de: Banner; Cópia da Dissertação de Mestrado.

Tem-se por intuito ainda, redigidos artigos, tomando como base os conteúdos e experiências apreendidas no transcorrer da pesquisa, que servirão de colaboração na construção de conhecimentos, junto dos Assistentes Sociais.

3.3 SUJEITOS / UNIVERSO E AMOSTRA

Pretendeu-se com a seleção dos sujeitos, elencar aqueles que pudessem contribuir com dados significativos para o objetivo do estudo. Define-se neste item o Universo (N) e a Amostra (n) na qual se delimitou a pesquisa. Explicam Marconi & Lakatos (1999, p.43) que o Universo, ou população, condiz ao conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Estes dependem do assunto a ser investigado.

Na presente pesquisa, adotou-se dois Universos (N=2) distintos, a partir dos quais, se definiram suas respectivas amostras:

N1: Assistentes Sociais vinculados às Prefeituras dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, que atendam direta e/ou indiretamente, mulheres em situação de violência doméstica;

N2: Mulheres em situação de violência doméstica, atendidas pelos Assistentes Sociais vinculados as Prefeituras dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Minayo (1998) explica que o campo de pesquisa consiste no recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação. Optou-se pelas localidades já referidas, Novo Hamburgo e São Leopoldo, em razão de ambas apresentarem uma preocupação em sanar tais demandas, o que se reflete na implantação do Plano nacional de políticas para as mulheres, realizando ações (Coordenadorias, Delegacias de Mulheres, assim como postos de atendimentos na própria comunidade) e operacionalizando a rede de serviços, conforme orienta o documento. Os dois municípios também passaram a receber, a partir de julho de 2007, pioneiros no Estado do Rio Grande do Sul, o acompanhamento e fortalecimento da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, projeto que é uma parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com as ONGs Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia) e Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende).

No primeiro Universo, os Assistentes Sociais, trabalhou-se com uma amostra de 16 profissionais (08 de Novo Hamburgo, e 08 de São Leopoldo), que em contato prévio, disseram atender, cotidianamente situações de violência doméstica contra a mulher.

No segundo Universo, as mulheres em situação de violência doméstica, delimitou-se uma amostra igual de 16 mulheres (08 de Novo Hamburgo, e 08 de São Leopoldo), sendo estas, segundo o contato prévio estabelecido com os Assistentes Sociais, que seguem em atendimento continuado junto dos serviços prestados. Estas foram indicadas pelos Assistentes Sociais dos respectivos locais, de acordo com o seu interesse e disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Estabeleceram-se alguns critérios, que serviram de base para a escolha destas amostras, as quais foram:

Sujeitos da Pesquisa	Universo (N)	Crítérios para seleção da Amostra (n=16)
Assistentes Sociais	Novo Hamburgo: 18 Assistentes Sociais vinculados a Prefeitura; São Leopoldo: 25 Assistentes Sociais vinculados a Prefeitura. Segundo contato com as Prefeituras locais, realizado em 10/02/07.	- Estar em contato direta ou indiretamente com situações de violência doméstica contra a mulher; - Vínculo empregatício de mais de um ano junto da Prefeitura do referido Município; - Estarem disponíveis a serem entrevistados (conforme contato realizado previamente);
Mulheres em situação de violência doméstica.	Segundo Diagnóstico preliminar realizado pelo pesquisador junto das Assistentes Sociais dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, diariamente são atendidas cerca de 10 casos nos quais são relatados tais agressões.	- Mulheres dispostas e interessadas a colaborarem com informações referente a situação vivenciada; - Mulheres acima de 18 anos; - Mulheres em atendimento continuado com no mínimo de 06 meses; - Mulheres residentes nos Municípios de São Leopoldo ou Novo Hamburgo.

Quadro 1: Critério para a escolha das Amostras

Todas as entrevistas foram realizadas pelo pesquisador, individualmente, com cada sujeito e posteriormente transcritas. Teve-se por intuito coletar dados qualitativos, que tivessem por propósito, responder o problema principal da pesquisa.

3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Objetivando a obtenção de informações de cada sujeito de pesquisa definido, (n1, n2), utilizou-se como técnica, a Entrevista. Marconi & Lakatos (1999, p.94) definem-na como sendo o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. E ainda: “é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (1999, p.94)

Dentre os diferentes tipos de entrevista, que variam de acordo com o propósito do entrevistador, utilizou-se a Entrevista semi-estruturada, acompanhada por um roteiro norteador, descrita por Minayo (1998, p. 108), como sendo aquela na qual o entrevistado tem a possibilidade de “*discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador*”. Adotando este tipo de entrevista, acredita-se que ampliaram-se as possibilidades de se discorrer acerca do tema proposto.

Ressalta-se que, assim que foram definidos os tópicos do roteiro, realizou-se um pré-teste, junto das amostras escolhidas, visando diagnosticar possíveis falhas existentes, que segundo Marconi & Lakatos (1999), seriam: inconsistência ou complexidade das questões; ambigüidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causem embaraço ao informante; dentre outras.

Este pré-teste, realizado com uma Assistente Social e uma mulher em situação de violência doméstica, também possibilitou verificar, conforme sugerem Marconi & Lakatos (1999), se o formulário apresentava três importantes elementos: fidedignidade (qualquer pessoa que aplique obterá sempre os mesmos resultados); validade (os dados recolhidos são necessários à pesquisa); e operatividade (vocabulário acessível e significado claro).

Realizado o pré-teste da entrevista, passou-se então a aplicação da mesma. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, seguindo as seguintes normas, orientadas por Marconi & Lakatos (1999, p.98):

- Contato Inicial: foi realizado o contato inicial com os Assistentes Sociais (n1), sendo explicada a finalidade da pesquisa, seu objeto, relevância, ressaltando a necessidade da colaboração;

- Contato com as Mulheres em situação de Violência Doméstica: Cada Assistente Social ficou responsável de indicar uma usuária que estivesse disposta a colaborar com a pesquisa. Estas agendaram o dia, o local e o horário para a realização da coleta pelo pesquisador.

- Realização das Entrevistas, obedecendo os tópicos que nortearam a realização da mesma;

- Registros das Respostas: todas as entrevistas foram gravadas, para que posteriormente pudessem serem transcritas, assim como foram feitas anotações de questões mais relevantes abordadas, no diário de campo.

3.5 MODO DE ANÁLISE, REPRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE RESULTADOS

Após coletados os dados com os sujeitos da pesquisa, passou-se a realizar a análise, com o intuito de responder ao problema de pesquisa. Minayo (1998) explica que esta análise possui três finalidades complementares dentro da proposta de investigação social, que seriam:

- proposta heurística: se insere no contexto de descoberta das pesquisa. Propõe-se a uma atitude de busca a partir do próprio material coletado.

- administração de provas: parte-se dos pressupostos provisórios, informa-as ou as confirma e levanta outras;

- ampliar a compreensão de contextos culturais com significações que ultrapassam o nível espontâneo das mensagens.

Para se analisar os dados da presente pesquisa, adotou-se a Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977). A autora conceitua a análise de conteúdo como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42)

Minayo (1998) explica que o termo significa mais do que um procedimento técnico, fazendo parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais. Do ponto de vista operacional, complementa a autora, a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos. Em termos gerais, explica a autora, relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. E ainda:

Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psico-sociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem. (MINAYO, 1998, p. 203)

Sabe-se que, na busca por atingir os significados manifestos e latentes no material qualitativo, tem-se desenvolvido diferentes técnicas de análise de conteúdo. Estudando as propostas de cada uma dessas modalidades, percebeu-se que a que mais se adequava a pesquisa, e que serviu para a análise dos dados coletados, foi a análise temática. Explica a autora que fazer uma análise temática consiste em

...encaminhar para a contagem de freqüência das unidades de significação como definitórias do caráter do discurso. Ou, ao contrário, qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso. (MINAYO, 1998, p.209)

A autora ressalta ainda que, operacionalmente, a análise temática se desdobra em três etapas, as quais sistematiza-se da seguinte forma (MINAYO, 1998, p. 209-211):

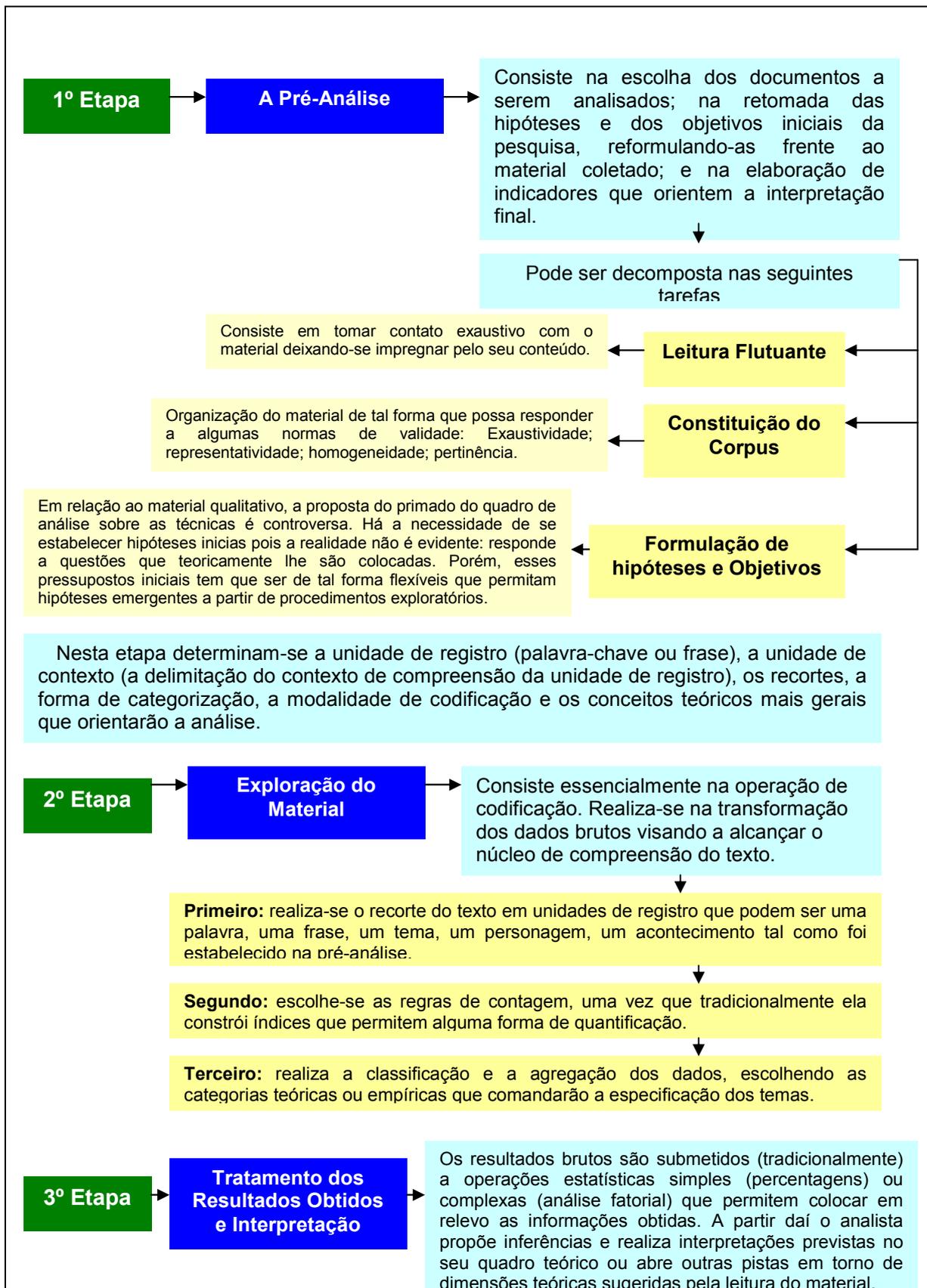


Figura 2 : ANÁLISE TEMÁTICA

No próximo capítulo será apresentada a síntese dos relatos e depoimentos dos participantes do estudo. Concomitante a descrição, se observará de que forma o processo de trabalho dos Assistentes Sociais contribuem para o fortalecimento destas usuárias, visando diminuir tais problemáticas que as mesmas vivenciam no seu cotidiano.

4 ROMPENDO O CICLO DA DOR: O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Desde o início da década de 70, a violência contra a mulher tem recebido crescente atenção e mobilização. O problema inclui diferentes manifestações, tais como: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, prostituição forçada, mutilação genital e violência racial, ou por opção sexual.

Este capítulo, preservando uma direção epistemológica com referências na descrição dialético crítica, visa sintetizar o resultado obtido na coleta de dados junto de Assistentes Sociais e mulheres em situação de violência doméstica, destacando sempre o processo de trabalho realizado pelos primeiros, neste contexto de violência. Inicia-se apresentando a situação em que sobrevivem estas mulheres, as principais violências sofridas, assim como a forma que encontraram para procurarem auxílio frente à problemática vivenciada. A partir daí, passa-se a relatar o processo de trabalho do Assistente Social neste contexto, de que forma operacionaliza o seu agir, a rede de recursos disponíveis, assim como, quais os principais resultados obtidos na prática cotidiana.

4.1 RETRATOS DA DOR – OBJETO DO PROCESSO DE TRABALHO

Entende-se a questão social e suas múltiplas expressões como sendo a matéria-prima ou o objeto de trabalho profissional. Sua gênese encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista, onde a produção é cada vez mais social e a apropriação do trabalho, suas condições e resultados, são cada vez mais privadas, assumindo distintas formas em cada época.

O atual contexto social se especifica e se hegemoniza como um projeto de exploração e dominação e como tal, antagônico, contraditório e desigual. Vive-se uma época em que há o crescimento das demandas sociais, fruto de um

contexto de mudanças na sociedade capitalista que, aliadas à globalização trouxeram à tona transformações no mundo do trabalho e mudanças no padrão de acumulação, fragmentando os vínculos de sociabilidade e, inclusive, de organização da classe trabalhadora. Tem-se, em razão disto, um agravamento acentuado das expressões da questão social, com destaque para as situações de violência doméstica contra a mulher.

No Brasil, a violência nas relações conjugais tem sido objeto de crescentes denúncias junto à polícia, ao judiciário e aos órgãos públicos de Assistência Social, educação e saúde. A casa, espaço da família, antes considerada lugar de proteção e próprio do mundo feminino, passa a ser um local de grande desproteção, desamor e risco para as mulheres. Saffioti (1997) explica que, contrariando o senso comum, pesquisas comprovam que o lugar menos seguro para a mulher é o seu próprio lar. Tais dados reiteram que o risco de uma mulher ser agredida em sua residência, pelo marido/companheiro, ex-marido/companheiro é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua.

Assim sendo, constata-se que as expressões de violência mais agudas cometidas contra as mulheres estão situadas no âmbito das relações interpessoais, da intimidade afetiva. Pode-se afirmar, que essa forma de violência se constitui um verdadeiro foco de resistência às transformações sociais de gênero e um grave entrave ao desenvolvimento pessoal das mulheres.

Quem são estas mulheres? Como chegam até os atendimentos? Como encontram-se suas redes de pertencimento? Tais questões passam a serem contextualizadas através deste primeiro tópico, onde se contextualiza a situação de violência que vivenciam as mulheres pertencentes ao estudo.

4.1.1 Conhecendo as mulheres em situação de violência doméstica

Em relação ao perfil das mulheres em situação de violência doméstica, se constatam, segundo as entrevistas, que estas vêm de todas as esferas da vida, todas as raças, níveis de escolaridade e religiões. Os relatos revelam brigas, humilhações, medo e a presença tanto de violência física, sexual, psicológica,

patrimonial e moral. A vivência de violência se torna algo indecifrável, de tal modo que essas mulheres nem conseguem perceber quão violentadas se encontram. O cotidiano é de sobressalto, nunca sabem quando serão espancadas e nem como será a agressão. Segundo a fala dos Assistentes Sociais entrevistados, o perfil destas mulheres pode ser caracterizado como:

“São mulheres muito fragilizadas. Pessoas submissas sexualmente, dependentes, que se sentem sozinhas e que se tornam profundamente magoadas por serem obrigadas a submeterem-se a objeto sexual do companheiro. Observa-se que, por mais que estas mulheres convivam com seus parceiros, é fato que elas sentem-se solitárias, numa convivência silenciosa e encoberta pelo agressor.” (AS 11 – NH)

Em todas as entrevistas realizadas, as mulheres concordaram em falar sobre as diferentes formas que a violência se perpetua em seu cotidiano. Durante os relatos, mostravam as lesões, as marcas no corpo, e reportavam-se a eventos passados. Contavam sua trajetória de idas e vindas, ameaças cumpridas e não cumpridas, saídas de casa, acolhimentos e abandonos. Em muitas das entrevistas demonstraram um processo desestruturado de referências e identificações a tal ponto de não se lembrarem do seu nome completo, do nome dos seus familiares, da sua idade, do espaço em que vivem. Quanto à faixa etária destas, tem-se que a grande maioria possui idade entre os 20 e 40 anos, conforme se visualiza no gráfico a seguir:

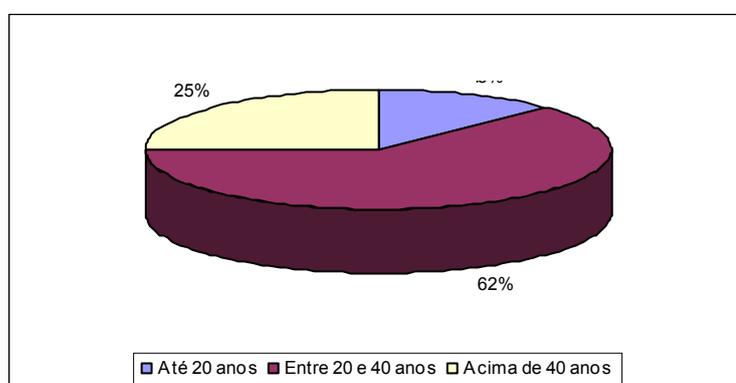


Gráfico 1: Idade das Mulheres Entrevistadas

Estas ressaltam que a maior parte da trajetória de vida foi caracterizada por situações de violência. Violência esta que se perpetuava e se fazia constante no dia a dia de cada usuária. Constata-se que são muitas as crenças que justificam, para mulheres e homens, um certo grau de violência doméstica, todas elas associadas ao modo como homens e mulheres devem se comportar na vida “a dois” e em sociedade. Uma dessas crenças é a de que o controle faz parte do amor e da vida em comum. Outras se ligam à hierarquia existente entre o casal, onde o homem situa-se no lugar de maior poder, podendo, portanto, definir as regras e o que é certo e errado na convivência conjugal. Dessa forma, de acordo com Strey (2004), os dados demonstram que as mulheres são as maiores vítimas, contribuindo para que haja a relação de quase sinônimo entre “violência de gênero” e “violência de mulher”.

Quanto à etnia, 51% das mulheres em situação de violência doméstica eram negras, 35% brancas e o restante, pardas (14%). Observa-se, portanto, que a grande maioria (65%) das entrevistadas eram não brancas. Rufino (2007), compara que, se a violência contra a mulher é uma epidemia que desconhece classes sociais, existiriam segmentos que são ainda mais vulneráveis, pois têm uma outra história de violência vinculada, como é o das mulheres negras e pardas. Estas, sofreriam formas ainda mais intensas de violência, tais como: a de gênero, privada, no lar; a da pobreza, que as escraviza a jornadas de trabalho intermináveis das quais não sobrarão sequer a mínima aposentadoria; e o preconceito racial que tenta nos confinar no espaço que vai do fogão ao tanque, domesticadas, no fundo de cena. As entrevistas demonstraram estas situações, e contextualizaram o ciclo de exclusão no qual estão inseridas estas mulheres.

Em relação à religião, 85% das mulheres responderam praticarem alguma, com exceção de 15% que disseram não ter qualquer prática religiosa. Das que acompanham alguma, destaca-se que 38% eram seguidores de alguma igreja evangélica e 24% católicas. Observa-se que muitas das mulheres acabam se utilizando destas crenças para justificar a ocorrência de violência conjugal e a sua permanência no convívio violento.

“Eu só agüento toda essa situação porque eu ainda acho que Deus vai me dar uma solução para isso (...) Diariamente eu rezo a oração: Deus conceda-me a serenidade para aceitar as coisas que eu não posso modificar. Coragem para modificar aquelas que posso e sabedoria para distinguir e perceber as diferenças. (M. 07 – 49 anos)”

“Todas essas agressões que eu sofro é falta de Deus... meu marido precisa encontrar Deus na vida dele. (...) Se ele deixar Deus entrar no coração dele, ele tem tudo para mudar e aí eu posso perdoá-lo e voltar com ele.” (M. 05 – 40 anos)

Outros relatos demonstram que as crenças religiosas podem também ser um fator de ajuda, para o agressor, colaborando para aumentar a possibilidade de superar as agressões e buscar meios de resolução dos conflitos através da fé, das conversas com os líderes religiosos (pastores, padres, dentre outros), conforme se observa:

“Meu marido era muito violento, mas hoje ele é batizado na igreja evangélica e não me agride mais...” (M. 12 – 39 anos)

Segundo dados da pesquisa, 44% das mulheres referiram que a primeira relação sexual ocorreu antes dos seus 15 anos, sendo que todas as entrevistadas engravidaram pelo menos uma vez. A violência na gravidez apareceu nas respostas de 17% das mulheres, das quais 69%, mesmo em situação de violência, não reconheceram o agravo como tal. Grossi (1995) destaca que as agressões podem levar a um parto prematuro ou ao aborto, além de poder causar deformidades no feto. Segundo a autora, a violência na gravidez teria origens na inveja do agressor à maternidade, ao ciúme da interação mãe-filho ou ao medo do desconhecido e falta de controle sobre o corpo da mulher. Ressalta-se ainda que no dia das entrevistas, 04 mulheres estavam grávidas de companheiros agressores.

Quanto ao número de filhos, o perfil das famílias é caracterizado, na sua grande maioria (8 mulheres), com 03 a 05 filhos. As demais se dividem com menos de três, assim como mais do que cinco filhos. Destes, a grande maioria

(80%), possui entre 05 e 12 anos de idade. Nos relacionamentos em que houve a separação, continuam freqüentando tanto a moradia da mãe como a do pai. Quanto ao uso de preservativo, 77% delas referiram não usá-lo, assim como qualquer outro método contraceptivo. Na sua grande maioria, o motivo era para seguir as exigências do agressor, e em seguida, em razão da religião.

Além do casal e dos filhos, em muitos dos lares das entrevistadas, tantas outras pessoas residem no mesmo local.

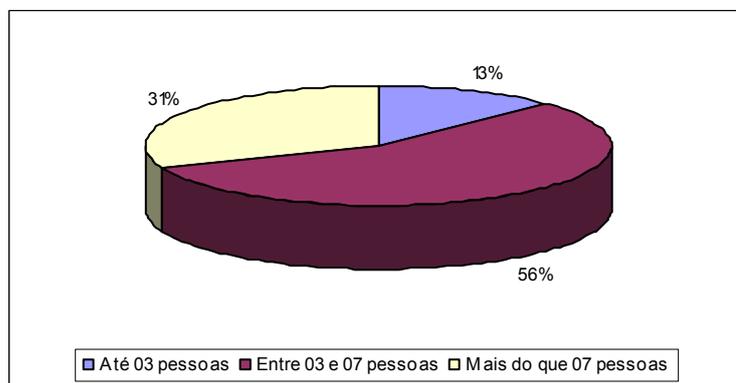


Gráfico 2: Número de Pessoas que residem na mesma casa

Embora sabedores que a violência presente no contexto familiar, perpassa todos os níveis, tratando-se de uma problemática mundial que não respeita fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e grau de escolaridade, conforme já dito, nota-se um número maior de denúncias junto daquelas consideradas miseráveis, pertencentes ao contexto de pobreza, que encontram-se abandonadas pela própria sociedade, à margem dos bens de consumo e riquezas, produzidos muitas vezes através de sua mão-de-obra. Representam então, o lado mais cruel da miséria.

Destaca-se que a maioria das entrevistadas (55%) reside em favelas ou em áreas invadidas. Um percentual semelhante (50%) respondeu que sobrevivem com até três salários mínimos. Isso demonstra que muitas destas usuárias sobrevivem em situações de pobreza com inúmeras privações financeiras. Assim se observa:

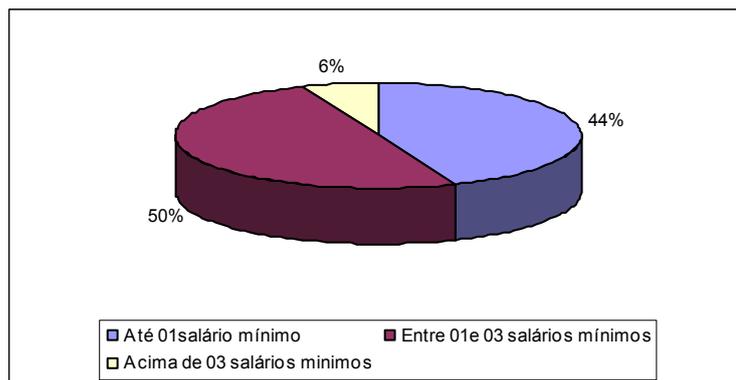


Gráfico 3: Situação Sócio-Econômica da Família

Santana (2000) afirma que, apesar de termos uma constituição dita Cidadã desde a década de 1980, que institui uma série de direitos de seguridade social, o país viu cotidianamente, o desrespeito para a implantação desses direitos, tanto por parte do governo, como pelas classes dominantes. Estes impasses estão refletidos nas condições em que a população desfavorecida se encontra. Reflete-se também, em invariáveis circunstâncias, nos direitos às mulheres em situação de violência doméstica. Estas, conforme relatos, na sua grande maioria, vivem em condições precárias de saúde, sem acesso à educação e à habitação e, conseqüentemente, ao desemprego pela desqualificação da mão-de-obra que não consegue se enquadrar nas rápidas mudanças ocorridas com a flexibilização e as novas exigências no mundo do trabalho. Esta mulher, desfavorecida, vai sentindo o enfraquecimento de seus patrimônios, não conseguindo se inserir na sociedade competitiva e capitalista e vai ficando à margem.

Em muitos dos relatos, as mulheres descrevem as condições de miséria que fazem parte de seu cotidiano. Estas, muitas vezes não possuem o mínimo de privacidade em seus lares. Geralmente são pequenos cubículos, nos quais dormem juntos crianças, adultos e idosos. Muitas vezes o sanitário (quando existe) é comum para vários. Vive-se, portanto, um contexto no qual, conforme destaca Heise (1995), se contribui “*para a proliferação da violência, ocasionando situações na qual todos os sujeitos presentes estão expostos a ela*”. (p.21)

Constataram-se também diferentes ramificações familiares, com a presença de irmãos, pais, primos, amigos do casal, convivendo no mesmo local.

Dias (2007) adverte que o conceito contemporâneo de família diverge daqueles que eram utilizados até o século passado, difundindo pela burguesia: pai, mãe e filhos. Atualmente, segundo a autora, e o que se caracterizou na coleta de dados do presente estudo, o que identifica a família não é nem a celebração do casamento, nem a diferença de sexo do par ou o envolvimento de caráter sexual. O elemento distintivo da família é a identificação de um vínculo afetivo, a unir as pessoas, gerando comprometimento mútuo, solidariedade, identidade de projetos de vida e propósitos comuns. (DIAS, 2007⁷)

Além das próprias mulheres, pode-se observar que em muitas situações a violência exercida contra elas, acaba envolvendo também os demais membros familiares, direta ou indiretamente. Num dos relatos chamou a atenção a seguinte passagem:

“Somos muito pobres. Moramos em vila, mesmo. É um casebre. Numa das vezes que apanhei, quase aconteceu uma tragédia. O R. chegou bêbado em casa, e me pegou pro quarto. Me bateu e me estuprou. Tive que aceitar tudo. Enquanto ele me violentava, meu nenê, que na época tinha quatro meses, ficou por horas sozinho na área. Vomitou na caminha. Vieram uns ratos e machucaram bastante o rostinho dele. Por sorte o encontrei ainda com vida.” (M. 10 – 46 anos)

Como na situação acima, a violência contra a mulher se perpetua no contexto familiar, ocasionando sérias conseqüências para todos os membros. Considera-se que a situação de violência doméstica, que vivencia a mulher, pode ser comparada ao tecer de uma rede, onde as pessoas envolvidas interligam-se a essa experiência, sendo diretamente afetadas por esse processo. Outra fala significativa que se destaca, é quando a violência atinge diretamente os demais membros familiares:

⁷ Disponível em www.advogado.adv.br/artigos/2004/mariaberenicedias/novostempos

Minha vida não tem sentido. B. Minha filha mais velha que poderia estar me auxiliando está envolvida com droga. Já internamos ela em Porto Alegre para desintoxicação, mas ela recaiu e agora se prostitui na rua para conseguir manter o vício. Mas não culpo somente ela pela situação. Eu sei que a senhora sabe... (silêncio) Ele me bate todos os

dias... (mostra o braço com uma marca enorme avermelhada e roxa ao redor). As outras meninas D. e J. de 15 e 13 ano presenciam toda a situação... Além de muitas vezes sofrerem as agressões comigo. O pai delas é muito violento. Envergonho-me em dizer mas ele já abusou de todas elas e isso faz elas irem para as ruas fugindo da violência. Já tentei me separar, mas o maldito medo, esse medo não me deixa seguir adiante em minha decisão! (M. 13 – 31 anos)

Ao se referenciar aos filhos, conforme o relato acima, torna-se relevante salientar que, segundo estudo realizado no Canadá, aquelas crianças que testemunham a violência do pai contra a mãe, são suscetíveis de adotarem essa mesma atitude quando adultas. Eles aprendem que a violência dos homens contra as mulheres é um comportamento aceitável e normal para resolver os conflitos familiares, sem que o culpado sofra qualquer consequência. Os meninos podem assim, reproduzir o ciclo de violência em suas relações com as mulheres, imitando mais tarde, o comportamento do pai. No caso das meninas que estabelecem na idade adulta, relações com homens violentos, verifica-se que elas conhecem poucos meios de se libertarem destas situações. A seguinte fala confirma essa afirmação:

“Tenho meus 38 anos bem vividos. Não me arrependo de quase nada. Só de ter aceitado apanhar. Fui boba. Primeiro era do meu pai. Depois apanhava do meu padrasto. E depois que casei, apanhei muito do J. (M. 11 – 38 anos)

Outra conseqüência, segundo Cabral, 2000, é que ao presenciar as agressões, muitas das crianças tornam-se vulneráveis a problemas emocionais, estando muitas vezes propensas ao abuso de álcool e outras substâncias, quando adolescentes ou adultos. Dessa forma, o ciclo repetitivo da violência doméstica acaba se instalando. (CABRAL,2000).

Considerado uma espécie de território fora do alcance da lei, conforme afirma Linhares (apud TELLES, 2000), a família, muitas vezes, constitui-se em espaço de arbítrio e violência, dentre outros fatores, devido à cumplicidade e indiferença social em relação ao que ocorre no universo "privado" do lar. Encontram, assim, uma condescendência social que obstaculiza sua denúncia e cria as bases da sua impunidade.

Conforme se observa, são vários os motivos que levam a mulher a sofrer situações de violência doméstica. De acordo com os relatos obtidos, as mulheres são oriundas de famílias com pouca orientação quanto à vida a dois. Muitas vieram a se unir com seus companheiros com a ilusão da felicidade, assim como do progresso da vida, que o casamento lhes traria. Segundo a fala das próprias usuárias, muitas constituíam uma nova família sem necessariamente se sentirem prontas para este relacionamento. Outros fatos também levavam a mulher a buscar na vida a dois, uma nova vida para si, conforme se observa na seguinte fala:

“Bem, sai de casa porque meu pai abusava de mim. Estava cansada daquela situação. Pensei que o J seria tudo diferente. Que nada. Hoje sou o que minha mãe era. Ele me encheu de filhos e tá abusando da mais velha!” (M. 04 – 38 anos)

A violência passa a se repetir em diferentes contextos vivenciados por estas mulheres. Conforme destaca Miller (1999), nenhuma mulher inicia um relacionamento consciente de que irá sofrer violência. Geralmente, segundo a autora, no relacionamento, as mulheres afirmam não conseguir lembrar-se de quando começaram a compreender que sofriam algum tipo de abuso. Ele acaba ocorrendo de forma tão regular que não há tempo para adquirir uma perspectiva.

Segundo Faleiros (2001), a perda de patrimônios que apresentam as mulheres vítimas de violência está vinculada tanto a processos contextuais *como às biovias⁸ da família, de redes de pertencimento, de vizinhança*. A situação de esposa submissa às agressões do companheiro envolve um processo de perda de referências e identificações que diminuem a capacidade de poder intervir na relação conjugal e construir sua autonomia, ou seja de conseguir para si o poder. As biovias das mulheres vítimas de violência doméstica são representadas por sucessivos fracassos, num processo de desconstrução de seus patrimônios. As seguintes falas evidenciam esta situação:

“Pois é. Se fosse pensar, fica difícil me dar conta de quando tudo isso começou. Acho que antes de casar, mesmo. Ele era muito brabo comigo. Depois só piorou. Ficava brabo com os filhos e descontava em mim. Perdia o emprego e descontava em mim. E assim foi... anos e anos...” (M. 05 – 40 anos)

“Complicada esta situação. Acho que já nasci apanhando. Não pode haver tanta desgraça numa vida como a minha. Tenho certeza que meu câncer vem de tanto que eu apanhei! Bem feito. Ele cavou o meu tumulto. Quero ver ele se virar, depois que eu morrer!” (M. 11 – 38 anos)

A origem da submissão usuárias acima, reporta-se desde sua família de origem, quando seus patrimônios já estavam em constante fragilização. Segundo Faleiros (2001), estes patrimônios se adquirem *nas relações de família, de exploração, de dominação e também através do imaginário social*. Como coloca o autor, os patrimônios simbólicos são referências para a constituição das identificações sociais. A representação submissa que as mulheres em situação de violência doméstica fazem de si mesmas, depende de crenças, valores e referências culturais que aceitam no seu cotidiano. As representações e ideologias fragilizadas são resultados da prática de discriminação que acabam aceitando no Ciclo ao qual estão expostas. Quando esta usuária chega até o Serviço Social, ela está numa trajetória de fragilização, de perda dos patrimônios

⁸ Termo utilizado por Faleiros para designar os caminhos da vida.

ou referencias, sem atendimento de suas necessidades básicas, sendo necessário o seu fortalecimento e sua defesa.

Walker (1981), autora clássica da temática da violência contra a mulher, embasada em inúmeros estudos e pesquisas, descreveu um ciclo de violência no qual muitas das mulheres nesta situação ficam presas, delimitando-o em três fases, que seriam a tensão, explosão e lua-de-mel. Durante os relatos das usuárias, pode-se constatar cada uma destas etapas, conforme passa-se a apresentar.

A autora denomina a primeira fase como “**Tensão**”. Esta pode acompanhar a mulher durante todo o seu ciclo de submissão. Nesta, ela tenta se adequar ao padrão de comportamento que imagina ser aceitável tanto pela família, pela religião, como pelos costumes. O medo vai substituindo o amor, que outrora existia e o distanciamento entre os cônjuges torna-se constante. Começam a existir os primeiros incidentes de violência, como coloca Walker (1981): *“empurrões, sacudidas violentas, abuso verbal, humilhação e cenas em que o homem joga ou quebra coisas dentro de casa.”*

Daquelas entrevistadas que tinham ciência da gravidade das agressões que sofriam, mostraram conhecimento de que as diferentes violências começaram com agressões verbais, depois pequenos empurrões, alterações no ambiente físico, onde o marido/companheiro deixava de fazer alguma coisa, como não colocar dinheiro na casa. Viviam, portanto, o período da **tensão**. Neste primeiro estágio, conforme explica Walker (1981), a mulher tenta resolver seus problemas, sozinha. De uma maneira ou de outra, ela introjeta a tensão, culpando a si mesma por aquilo que entende como inadequação ou falta de capacidade própria para solucionar os problemas. Ela procura evitar confrontos e se esforça em seguir um comportamento “correto”. Muitas mulheres fingem não perceberem a tensão para não se constrangir.

Em grande medida, a mulher perde a noção de realidade, pensando somente na sua sobrevivência. Ela se ilude pensando que tem o controle sobre a situação de violência e que conseguirá resolver o problema sozinha. Segundo todas as entrevistadas, nenhuma realizou qualquer denúncia nestas primeiras agressões sofridas, conforme observa-se na seguinte fala:

“Na verdade, fiquei até com pena dele. Apanhei sim, mas acreditei que eu havia provocado aquela situação. Fiquei por semanas perguntando o que eu estaria fazendo de errado na relação. Perdoei, e jamais teria coragem de tê-lo denunciado. Um mês depois, estávamos bem novamente.”
(M. 08 – 18 anos)

Explica Costa (2004), que essa primeira agressão, de acordo com os dados estatísticos, é a menos denunciada, pelo fato de as mulheres acreditarem que tal ato, assim como o relato acima, ocorreu porque o marido/companheiro estava fora de si ou por estar com problemas no trabalho.

Em razão disto é que, quando as mulheres se fortalecem para realizarem a denúncia da agressão, aquela não será a primeira, e sim o resultado de meses, anos, e talvez até décadas, aceitando a situação de submissão no relacionamento. Ribeiro & Moreira (1992) também perceberam que entre a primeira violência sofrida e a denúncia há um prolongado intervalo de silêncio. E, para Costa (2004), esse silêncio ocorre por uma série de razões, dentre elas: *“constrangimento, valores machistas que a nossa sociedade apresenta e, também, pelo acesso restrito a algum tipo de ajuda”* (p.19).

A segunda etapa do Ciclo é a **“Explosão”**, e define-se quando ocorre um incidente agudo de violência, geralmente relacionado a espancamento, tortura física ou mesmo tentativa de homicídio. Nesta etapa, violência como *“tapas, pontapés, murros, tentativa de sufocamento e ameaça com arma tornam-se comuns”* (WALKER, 1981). Tais violências podem resultar na morte da mulher.

É neste momento que a mulher se dá conta de que não têm controle algum sobre a situação, que a violência acontece mesmo se ela agir de acordo com as expectativas do marido ou companheiro e que ele é totalmente imprevisível. A usuária passa a ter noção da sua total submissão perante ao companheiro, e o medo existente na primeira etapa, passa a ser substituído pelo terror, pois ela está sob o mesmo teto que *“alguém que facilmente perde o controle, dá murros e pontapés ou ameaça com todos os tipos de agressões.”* (WALKER, 1981,p.46).

Após sofrer agressões por muitos anos, as mulheres resolvem romper com o silêncio, geralmente quando não suportam mais viver as violências, quando elas se deparam com a exaustão, com a percepção de que, sozinhas, não poderão evitar as agressões e nem transformar o comportamento do companheiro. Ou, ainda, porque o silêncio pode ter se tornado insuportável, levando-as a pedirem ajuda, socorro, esperando encontrar um ouvinte que se torne seu possível aliado (RIBEIRO & MOREIRA, 1992).

Nesta fase, a mulher pode entrar em estado de choque, ficando com um olhar vazio, perplexa pela sua impotência e fragilidade diante do agressor. É neste estágio que a usuária procurará ajuda, deixando a casa, indo à Delegacia da Mulher e demais Organizações da Rede de Apoio (quando existirem), para registrar ocorrência, podendo fazer valer seus direitos, conforme legislações recentes. Neste momento, a usuária poderá chegar até os profissionais qualificados para auxiliá-la, já envolvida completamente numa relação, que, para ela, parece intransitória. Torna-se um momento, segundo Walker (1981), *“traumático de ruptura”*. A maioria das mulheres responderam que, quando reagem frente às agressões, mais especificamente frente à violência física, tinham a intenção de se defenderem ou evitarem a violência, embora o amor permanecesse pelo companheiro.

Daquelas que realizaram alguma denúncia, constata-se, segundo as Assistentes Sociais entrevistadas, que o momento em que a mulher se insurge contra os abusos acontece de forma muito individual. Depende muito da história de cada uma delas e de seus limites para suportar uma violência. Dentre as entrevistadas, houve aquelas que procuraram a delegacia ao primeiro sinal de ameaça e, outras, que foram à delegacia para relatar muitas agressões sofridas anteriormente (agressões sutis desde o namoro e, também, no início do casamento), conforme se verifica na seguinte fala:

“Sei que fiz a denúncia tarde. Foram mais de cinco anos aceitando aquela situação. Felizmente deu tudo certo. Denunciei, saí de casa e recomecei a minha vida com meus filhos e o novo companheiro.” (M. 06 – 44 anos)

Destaca-se que a maioria dos relatos das mulheres ocorreram antes da atual legislação em vigor. 48% das mulheres entrevistadas (06) deram continuidade ao boletim de ocorrência, sendo que as demais, após realizarem a denúncia, não deram continuidade. Quando as mulheres são agredidas e buscam ajuda na Delegacia de Defesa da Mulher, fazia-se um Boletim de Ocorrência em que relatavam o ocorrido e, a contar daquele dia, o Boletim tinha um prazo de validade de 6 meses, durante o qual deveriam decidir se queriam ou não dar continuidade ao caso, ou seja, se desejam transformar o B.O. em I.P. (Inquérito Policial)⁹. Essa decisão implicava dizer que as mulheres não se arrependeram de denunciar as agressões sofridas e entregam o caso para o juiz determinar qual penalidade seu marido/companheiro deveria receber.

As seguintes falas explicam o porquê da grande maioria (62%) das entrevistadas não ter dado continuidade ao Boletim de Ocorrência:

“eu estava com muita raiva quando fiz a denúncia. Não agüentava mais. Naquele dia, ele jogou água quente em mim, queimou todo meu braço. Depois a raiva passou... eu perdi a coragem e acabei ficando com muito medo dele... enquanto que no dia da agressão eu senti muita raiva e queria vingança; com o medo me senti muito frágil. O que seria de mim sem ele?” (M. 03 – 29 anos)

“Eu não prossegui com o B.O. porque eu não queria que isso viesse prejudicar o trabalho dele, ele precisa trabalhar e trazer comida para casa. (...) Eu não prossegui porque fiquei com dó dele, ele veio me dizer que estava com medo de ser preso e se eu poderia tirar a queixa...” (M. 15 – 23 anos)

“Eu fiz o B.O. para assustar ele, para ele ver que eu tenho coragem de ir na delegacia, mas não quis dar continuidade. (...) Eu só queria dar um susto nele e não prejudicá-lo, por isso não prossegui com o caso.” (M. 10 – 46 anos)

De acordo com os relatos, observa-se o que as mulheres em situação de violência doméstica deixam de pensar em si e passam a se preocupar com o que

⁹ Situação que era adotada antes da implantação da Lei Maria da Penha.

poderá acontecer com o agressor, caso dêem continuidade ao boletim de ocorrência. A grande maioria das entrevistadas chegou a buscar ajuda na Delegacia da Mulher, mas não conseguiu sustentar esse pedido, parecendo estar envolvida em uma ambigüidade, em que o amor e ódio convivem lado a lado. Por isso elas não sabem o que querem, ou, ainda, quando tomadas pela raiva, conseguem buscar ajuda contra os atos violentos, mas, depois, o sentimentalismo toma conta, fazendo-as esquecer da dor das agressões e cedendo aos pedidos do marido para não prosseguirem com o caso, alegando que seu comportamento irá melhorar.

Por anos e anos, acabam cedendo a estes apelos, e sem se darem conta, vão se isolando das suas relações, dos ambientes de trabalho, dos amigos, e subitamente, vivem em função do relacionamento, para o companheiro. Inseridas no cotidiano da violência acabam convivendo por anos com a situação, até que um ato mais grave impulse a busca por um serviço de apoio. Felizmente, para muitas, essa alternativa existe. Porém, conforme destaca Heise (1995), tantas outras não se sentem fortalecidas para a busca por este auxílio. A violência já é uma constante, está imbricada em seu convívio. E a estas seguem a se submeter, e por conseqüência, muitos assassinatos acabam sendo registrados.

Observa-se que 50% das mulheres entrevistadas ainda permanecem na relação, enquanto que as demais já abandonaram o agressor. O que as assemelha, segundo seus relatos, foi já terem feito alguma denúncia, terem rompido com o silêncio, e, num atendimento junto ao Serviço Social, terem relatado suas situações, assim como, concordaram em trazê-las a público, havendo o sigilo.

Aquelas que permanecem na relação, na sua grande maioria (06) vivem em situação de união estável. Outras duas convivem sem qualquer oficialização, em união estável. Mais da metade destas mulheres já ultrapassaram os cinco anos de “vida a dois”. 25% já superaram os dez anos, e são estas que apresentam os relatos de maior dor, além de humilhações que se submetem, constantemente, para manterem a ilusão, do que elas mesmas consideram, “casamento perfeito”. Nas mulheres que mantêm seus relacionamentos, mesmo com anos de agressões, constata-se que elas estabelecem, o que Braghini (2000)

denomina como sendo uma “tenaz união entre estas mulheres e seus maridos violentos em nome de um laço simbólico” (p.19). Elas querem que eles parem de agredi-las, mas não querem perdê-los. Portanto, a todo custo tentam preservar a relação. (BRAGHINI, 2000)

A terceira etapa é a **Lua de mel**. Uma fase, segundo Walker (1981), perigosa, onde muitas vezes a vítima acaba caindo, como se denomina, na “armadilha do ciclo”. Existe por parte do homem a tentativa de reconciliação, em que o mesmo retoma práticas carinhosas e galanteios que usava na época de namoro, quando ainda não haviam as agressões. O agressor promete nunca mais agredir a mulher, mostra-se arrependido e disposto a encarar mudanças na sua atitude. Conforme a teórica ressalta, cheio de remorsos, o marido/companheiro, pode até mobilizar pessoas do círculo familiar ou de amizade para se interpor entre ele e a companheira. Pode até manipular estas pessoas para pressionarem a mulher mostrando o quanto ele necessita dela, o quanto as crianças carecem de uma figura masculina e que a ele deveria ser dada uma nova chance. Em muitos casos a mulher, ao atender aos pedidos de reconciliação e mesmo sabendo que as promessas não são totalmente verdadeiras, retoma os sonhos do início do relacionamento.

Vivenciar o período da Lua de Mel, caracterizado pelo arrependimento do marido/companheiro, dificulta com que ela reconheça que ele é agressor. Acaba construindo uma representação de que ele possui “*um lado bom*”, ficando então num impasse: ao mesmo tempo em que quer se separar, quer permanecer com o companheiro. Esse impasse deixa-as paralisadas, incapazes de tomar uma decisão e de agir em consonância com a mesma. Pedem a separação, solução que a consciência aponta como sendo a melhor, mas os conflitos inconscientes não permitem que essa decisão seja levada adiante. (BRAGHINI,2000)

Costa, Ribeiro e Moreira (1992) também retratam as mulheres em situação de violência doméstica como seres ambivalentes. Tal ambivalência, segundo os autores, situa-se na contradição entre a repulsa da agressão e, ao mesmo tempo, o repúdio da relação afetiva que mantêm com os agressores. Para essas mulheres, seus companheiros são, a um só tempo, “bons” e “maus”, parecendo não perceber que os atos de violência não são fatos isolados e que

estão inseridos na dinâmica do casal. O mesmo homem que bate e desvaloriza é também o que protege, sustenta e é bom pai, conforme a seguinte fala:

“Eu sei que ele é violento. Mas estou ainda com ele porque em muitos momentos ele é bom. Ele é um homem honesto e trabalhador, e mesmo não me dando dinheiro, ele não deixa faltar nada em casa. (...) Só fica diferente quando bebe. Aí perde o controle. Mas é sempre passageiro. Não tem o porquê eu deixá-lo. Sei que ele vai melhorar.”
(M. 07 – 49 anos)

Walker (1981) adverte que alguns homens crêem que não terão que repetir seu comportamento violento porque, com o espancamento, a mulher já “aprendeu sua lição”, e ele mostrou quem “manda em casa”. A mulher, por outro lado, não querendo se separar do marido/companheiro violento, mas sim da violência, crê que consegue controlar o seu comportamento violento, que seu remorso é genuíno e que ele vai erradicar a violência da sua vida. Tem-se neste momento, uma falsa projeção mútua, baseada na falta de diálogo e exposição de expectativas diferenciadas entre o homem e a mulher no relacionamento afetivo. O homem crê que não precisará recorrer à violência porque a mulher vai retomar o padrão que ele espera. A mulher crê que ele não mais a espancará porque se arrependeu.

Explica Fonseca (2006) que aquelas que aceitam as exigências impostas pelo agressor, providenciando tudo o que lhe dê prazer, eliminando aquilo que o aborrece, humildemente reconhecem seu poder, aceitam o isolamento, a culpa e a baixa auto-estima. Em nome da paz, apesar de acabarem sem nenhum sistema de apoio, sem qualquer rede de apoio constituída, acreditam que sua sobrevivência justifica a dor. A fala abaixo descreve esta situação:

“Acho que ele sempre foi dominador. Começou lá nos primeiros anos de casada. Eu tive que aceitar. Eu amava ele. E também precisava dele para pagar as contas. Tinha então que aceitar tudo o que ele pedia. Deixei de ir nos bailes, de sair com minhas amigas, e só podia sair com os amigos dele. Depois, até de ir na casa

dos meus pais, ele não deixava. Não tinha coragem de reclamar. Eu gostava dele. Queria ele para sempre.” (M. 11 – 38 anos)

Assim no relato acima, pouco a pouco, além de perderem o contato com os amigos, as mulheres em situação de violência doméstica acabam sendo privadas do contato com os familiares, não têm mais escolhas em vestimentas, momentos de lazer. Acabam tendo suas trajetórias anuladas, ainda mais fragilizadas.

Segundo relatos das próprias entrevistadas, os resultados desta violência se expressam no medo que elas sentem, na insegurança, pois nunca sabem o que poderá desencadear a fúria do agressor, na vergonha diante dos familiares dos vizinhos, o que provoca ansiedade, depressão e dores de cabeça constantes. Nos dizeres de Vieira (2005), o medo faz com que as testemunhas e as vítimas não denunciem os agressores, ameaçados por eles com o uso de mais violência.

Em cada relato, se constatou diferentes justificativas para as entrevistadas permanecerem na relação. A maior justificativa dita foi a questão dos filhos, seguido pela questão financeira. Cabral (2000) destaca outros motivos significativos que poderiam contribuir para a permanência da mulher na relação, tais como: baixa auto-estima; sociedade preconceituosa; medo de ficarem sozinhas, sem o companheiro; distímia (depressão leve, que impossibilita as mulheres de buscarem ajuda); questões religiosas, que fazem as mulheres sentirem-se culpadas pela separação, acreditando que a união a dois deva ser indissolúvel e que, se está passando por alguma dificuldade, é porque ela tinha que passar por aquela provação, ou ainda, porque Deus quis assim; fatores sócio-econômicos, que retratam a realidade das mulheres que recebem baixos salários ou que não possuem qualquer rendimento pessoal, dificultando sua saída da casa por não terem para onde ir.

Caracterizando as mulheres que sobrevivem em situação de violência doméstica, Cabral (2000) considera que elas, quando agredidas por seus companheiros, são tomadas por sentimentos de inutilidade e impotência diante da vida e da dor, sobrevivendo numa relação de conflito. Conclui-se que as causas da permanência dessas mulheres no vínculo conjugal, são múltiplas e complexas por excelência, devendo ser consideradas não isoladamente, mas sim, no texto

em que se apresentam. Assim, é válido ressaltar a importância de se considerar a história individual de cada mulher, em todas as suas nuances (sua infância, suas experiências educacionais, religiosas e sociais, suas condições sociais, dentre outros).

Ressalta Walker (1981), que o mais preocupante é que muitas vezes, a própria mulher querendo desesperadamente acreditar nas promessas facilita a reaproximação. Tanto o homem quanto a mulher acreditam que conseguem superar as dificuldades apenas com o apoio mútuo, ou seja, sem intervenção externa, sem acompanhamento ou alguma intervenção de profissionais especializados para tal. Quando este pedido ocorre, muitas mulheres solicitam ajuda, até na segunda etapa do ciclo, podem acabar “boicotando” os atendimentos, e não mais retornando, em cumprimento às ordens do marido/companheiro.

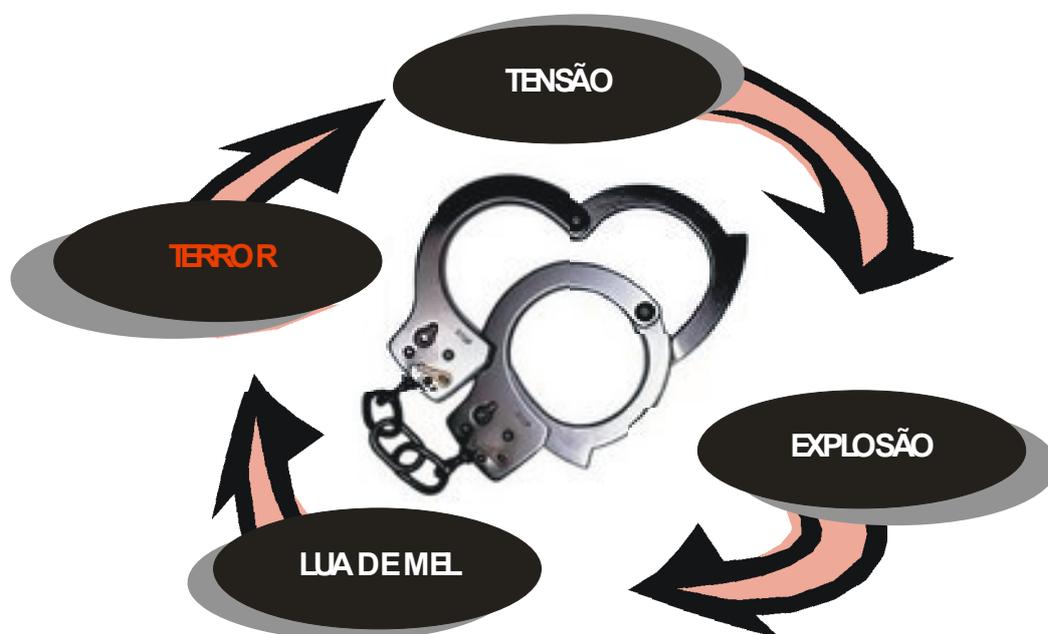
Outro fator preocupante, segundo Walker (1981), é que algumas mulheres, já conhecedoras de que a lua-de-mel segue novamente à explosão, podem até mesmo acelerar o processo da tensão e da explosão, para receber as migalhas de afeto que anseiam. Para parentes e amigos que tentam interferir no ciclo da violência, o retorno da mulher ao companheiro violento faz com que fique desacreditada. É neste momento que a relação com suas redes de pertencimento podem se fragilizam, sendo inclusive rompidos. A prática confirma que as pessoas não conseguem compreender o mecanismo que a terceira fase representa, dando razão a outro mal entendido cultural “*que a mulher gosta de apanhar*” (GROSSI, 1994, p.19).

Um fato que merece destaque é que, em um estudo feito por Corsi (1997, p.54), redefine esta terceira, em razão da constatação de que esse período de calmaria temporária nem sempre ocasionava um pedido de desculpas por parte do homem e que o período de explosão poderia ser seguido por outro, o de **Terror**, e não lua-de-mel. Segundo o autor, a atitude de carinho por parte dos homens só é visível nos primeiros incidentes de violência.

Comumente, após os primeiros incidentes de violência, o relacionamento se torna a tal ponto abusivo que o homem se convence, e convence a mulher de que ela é responsável pela violência. Em razão disso, a mulher é quem acaba

assumindo uma responsabilidade emocional e não o homem. A partir desta sucessão, a mulher está a tal ponto “presa” no relacionamento que não consegue romper os laços, seja pela pressão da própria cultura, seja por preceitos religiosos ou por medo. Ela retorna para o abuso conhecido com um sentimento de culpa e vergonha, com um sentimento de fracasso. Mas também retorna esperançosa, convicta de que, se esforçar, conseguirá evitar a violência. E assim o ciclo da violência reinicia, com a tensão descrita na primeira fase. Abaixo, descreve-se um esquema síntese, do referido Ciclo de Violência:

CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Fonte: WALKER, Leonore.
Elaboração: TAVARES, 2007.

Figura 3 – Ciclo de violência doméstica

Conforme discorre Saffioti (1997), ainda há uma verdadeira "conspiração do silêncio" que cerca essa violência e impede que dados quantitativos e qualitativos possam melhor revelar a magnitude desse fenômeno. Compreende-se que são inúmeras as causas para a não denúncia e permanência da mulher junto ao agressor. Guimarães (2002) destaca a questão financeira como a

principal. “*As pobres por não terem condições de se sustentarem sem eles, as ricas não querem dividir seus patrimônios*”. Faleiros (2001) complementa referindo que o agressor, muitas vezes, é também provedor do lar.

Existe o consenso de que se torna necessário romper com o silêncio que cerca a violência contra a mulher. Os dados são alarmantes. Pesquisa da Organização Mundial da Saúde, divulgada em 2005, mostra que no Brasil 29% das mulheres relatam ter sofrido violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida, sendo que 16% classificaram a agressão como violência severa – ser chutada, arrastada pelo chão, ameaçada ou ferida com qualquer tipo de arma. Apesar disso, 25% não contaram a ninguém sobre o ocorrido e 60% não saíram de casa sequer por uma noite em razão da violência. Menos de 10% recorreram a serviços especializados de saúde ou segurança. A experiência internacional nessa área indica que, em média, a mulher leva dez anos para pedir socorro. (Dados divulgados pela revista Veja, 15/03/06)

Segundo dados coletados do Portal de Violência contra a Mulher¹⁰, têm-se que no mundo, um em cada 05 dias de falta ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres pelos seus cônjuges; a cada 05 anos a mulher perde 01 ano de vida saudável se ela sofre violência conjugal; o estupro e a violência conjugal são causas significativas de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, a violência conjugal atinge entre 25% a 50% das mulheres; uma mulher que sofre violência conjugal em geral ganha menos do que aquela que não é vítima dessa violência; a violência conjugal compromete 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da região, cerca US\$ 170 bilhões. No Brasil: 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; a violência conjugal custa ao país 10,5% do seu PIB.¹¹

Segundo dados registrados pela Organização Mundial da Saúde (2002), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido/companheiro

¹⁰ http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patricagalvao/home/capa_portal.shtml

¹¹ Dados coletados na página <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patricagalvao/home/noticias.shtml?x=105#custo>, em 30/03/06)

ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 07% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada.¹²

Além dos dados apontados, verificou-se em uma das entrevistas, a presença do preconceito e o despreparo das autoridades e funcionários em atender a estas usuárias, o que se constituiria, também, em barreiras que dificultam o acesso destas à justiça, já que muitas vezes elas são tidas como causadoras da situação que gerou a violência. Segundo Rufino (1997), a rota das vítimas de violência conjugal passa regularmente pelos Pronto-Socorros, ambulatórios e hospitais da rede de saúde, cujo profissionais, em geral, não conseguem fazer o diagnóstico de violência doméstica necessária, assim como não compreendem a magnitude do problema como uma questão de saúde pública e nem conseguem assumir a responsabilidade social que lhes cabe.

Grossi (2006) também destaca uma possível “segunda violência”, a ressignificação da violência, que a mulher poderia sofrer, já que os trâmites burocráticos fazem com que ela tenha de passar por diferentes órgãos, e relatar as mesmas histórias como forma de realizar a denúncia, revivendo por diversas vezes a violência sofrida. Nos dizeres da autora, as vítimas, quando têm força e coragem para representar contra o agressor - o que excepcionalmente ocorre - acabam duplicando suas dores ao exporem-se a um ritual indiferente, formal e até hostil. Relatos comprovam que a mulher em situação de violência doméstica não encontra junto à Justiça solução eficaz para sua dor, eis que a realidade processual impõe-lhe um sentimento de impotência frente ao agressor.

Daquelas que **abandonaram** o agressor, 06 já possuem um novo companheiro, sendo que 02 destas relatam que sofrem novamente situações de violência doméstica. Outras duas não tiveram relacionamentos duradouros depois de superarem as situações vivenciadas. Referindo-se às mulheres que romperam o vínculo conjugal, verifica-se o quanto elas conseguem pensar nelas próprias,

¹² Fonte: OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002, disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention/

justificando a separação por terem cansado de sofrer (12 relatos) e, logo em seguida, por ter acabado o amor (2 relatos), assim como o amor próprio que passaram a ter (2 relatos). O relato abaixo demonstra de que forma a usuária rompeu com a situação que se perpetuava por anos em sua trajetória:

“Ele chegou bêbado e drogado, indignado por não ter conseguido nenhum “bico”. Tentou agarrar minha filha de 8 anos e quando eu tentei separar ele me deu com a garrafa na cabeça. Ele desistiu de abusar dela, ela correu para a vizinha mais distante da rua. Eu fiquei desacordada no chão. Ele me acordou segurando forte meu corpo e fez vários cortes nos meus braços e pernas. Com dores e vendo o sangue escorrer ele me estuprou novamente enquanto cheirava cocaína..Foi a última vez! Ao ver que estava se entregando ao sono por causa da bebedeira e da droga, eu corri para fora de casa. O melhor lugar que encontrei para me esconder já que ele logo acordaria foi um grande buraco na beira do valão. Fiquei ali até amanhecer... Agora com minha filha vou ficar no albergue até que ele seja preso e eu possa retomar minha vida longe daqui.”(M. 06 – 44 anos)

Constata-se que são em momentos de profunda revolta que as mulheres tomam atitudes na busca por uma libertação da situação em que se encontram. Quando elas conseguem deixar de viver a vida do companheiro, buscando somente satisfazê-lo, pode-se dizer que elas estão capacitadas para uma tomada de decisão, a partir de uma reflexão a respeito de precisarem realmente aceitar ou não atos de violência e serem submissas aos maridos, atribuindo-lhes poderes.

Fonseca (2006) ressalta que, em muitas vezes, as mulheres que não aceitam as situações sofridas poderão sofrer diversas represálias, sendo magoadas, e sofrendo também violências ainda mais graves. O abuso pode então aumentar. A seguinte fala evidencia esta situação:

“no começo até tentei me impor. Ele começou a me exigir isso e aquilo, e eu não estava mais agüentando. Comecei a fazer o contrário do que ele mandava. Me dei mal. Hoje tenho dificuldades para enxergar da vista direita por causa de um soco que ele me deu. Fiquei três dias no Hospital. Senti na pele o que foi teimar com ele. Não adiantou nada.”
(M. 09 – 19 anos)

Verifica-se também que, assim como ocorre com as mulheres em situação de violência doméstica, os homens que agredem tampouco se encaixam em alguma categoria específica, embora existam estudos que procuram caracterizar este perfil. Segundo os dados coletados, eles também vêm de todos os tipos de classe social, nível de estudo, raça, religião e ocupação. Podem estar desempregados ou ser profissionais muito bem remunerados.

Segundo relato das usuárias observa-se que a grande maioria dos agressores (09) estavam geralmente sóbrios quando das agressões. 05 haviam ingerido bebida alcoólica, e em 02 havia a presença de álcool e drogas, conforme se constata no seguinte gráfico:

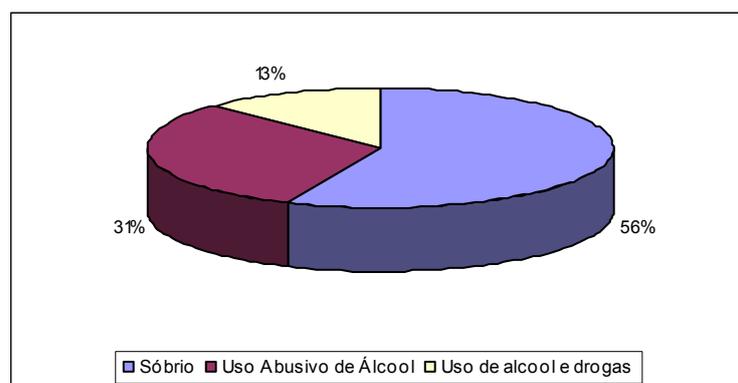


Gráfico 4: Uso de substância psicoativa por parte do agressor

Os dados coletados não se mostraram significativos para o fato do uso de bebida alcoólica e/ou outras drogas, não denotando associação direta do uso de álcool e/ou outras drogas quando nos atos de violência¹³. Na presente pesquisa,

¹³ Bertolote, citado por CARDIM & AZEVEDO (1991) distingue duas modalidades de alcoolismo: a primária na qual não se encontra fator físico ou psíquico que possa ser responsabilizado pelo início ou manutenção da ingestão de álcool; e a secundária na qual o início ou manutenção da ingestão do álcool é decorrente da existência prévia de dificuldades físicas ou psicológicas que

de acordo com os resultados coletados, tem-se o uso abusivo do álcool e outras drogas como sendo um fator precipitador e facilitador das reações violentas, não se constituindo como causa principal, da mesma forma que não pode ser usado como uma desculpa para a violência.

De acordo com os relatos obtidos, muitos homens, que não bebem, são violentos com suas parceiras, assim como o contrário também acontece. Cabral (2000) complementa tais resultados, e afirma que apesar das evidências associando o alcoolismo à violência doméstica, parece haver ainda outros fatores, como: sócio-culturais, educacionais e de personalidade. Assim, o uso abusivo de álcool, isoladamente, não explica estas ocorrências, visto haver numerosos casos de alcoolistas que não agridem suas esposas.

Um fato interessante que emergiu no relato das Assistentes Sociais é que são, em muitos casos, as mulheres em situação de violência doméstica que acabam encontrando, principalmente no álcool, formas de seguirem no relacionamento. Quando questionou-se as mulheres, teve-se diferentes relatos que afirmaram esta situação. A passagem abaixo evidencia esta “fuga” encontrada por elas:

“Comecei a beber depois que casei. Logo que o J. começou a me deixar de lado. Era complicado a situação. Vim morar com ele aqui no sul e acabei perdendo o contato com os meus familiares e amigos. Me sentia muito sozinha. Comecei a beber para esquecer os problemas. Na medida que ele começou a me bater mais, comecei também a beber. Mais e mais. Tive dois abortos por causa da bebida. Hoje quero me curar. Preciso de ajuda. Sou uma bêbada que gosta de apanhar.” (M. 10 – 46 anos)

Tais dados coletados vão ao encontro de pesquisas internacionais, assim como no Brasil, que constata a relação existente entre o uso abusivo de álcool em mulheres em situação de violência doméstica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2007), muitas mulheres vêm procurando na bebida solução ou

são eliminadas ou aliviadas pelo efeito do álcool. Aqui encontram-se as depressões, transtornos de ansiedade, traços psicológicos como timidez e insegurança.

alívio para seus problemas pessoais, dentre eles a violência. Segundo a mesma, o número de alcoolistas do sexo feminino aumentou assustadoramente nos últimos anos no mundo todo, e no Brasil não é diferente. Da década de 70 para cá, a proporção de mulheres alcoolistas subiu cerca de 30%. Ao narrarem suas histórias, constatou-se que 70% destas relataram situações de violência em seu cotidiano.

Com base num estudo realizado nas capitais brasileiras, entre 2003 e 2006, Ávila (2006) diagnosticou que o número de mulheres alcoolistas aumentou cerca de 30%, sendo que, nelas, a doença se manifesta de forma mais grave e precoce. Explica Ávila (2006) que existem várias causas para o aparecimento do problema, entre elas as genéticas, as psicológicas e, principalmente, aquelas desencadeadas por fatores externos, com destaque para a violência doméstica, assim como a perda do emprego, uma desilusão amorosa, dentre outros.

A seguinte passagem também caracteriza a situação descrita que muitas das mulheres vivenciam:

“Eu preciso de ajuda ou vou enlouquecer. Todos em minha casa me agriem, me ofendem e me fazem sofrer. Meu marido faz hemodiálise 3 vezes por semanas e nesses dias ele retorna para casa enfurecido, agressivo e transtornado. Chega a me derrubar no chão, batem em meu rosto e me deixa roxa sem que eu tenha condições até mesmo de sair de casa. É por causa da impotência que o tratamento causa, ele tenta ter relações sexuais comigo e não consegue... aí me espanca culpando-me. A minha neta também não me obedece e eu cuido dela quando sua mãe vai trabalhar. Ela me bate, me ofende e diz que sou louca, bruxa e bêbada... Sim, eu bebo, é a única forma que encontrei de conseguir superar e continuar nessa família. Mas isso faz com que minha filha e todos os demais me agridam quando estou bêbada, chegando a pisar em mim, jogam a cachaça em meu rosto e defendem o meu marido, dizendo que tenho mais que apanhar mesmo para aprender. Quero parar de beber, mas como suportar a dor da violência sem a cachaça que me anestesia?” (M. 05 – 40 anos)

A submissão frente ao agressor é evidente na passagem acima. Isolada e presa a uma situação, as mulheres passam a procurar formas de aliviar a dor que sentem, e que se intensifica, após cada agressão sofrida. Assim como o álcool, os relatos trouxeram outras estratégias utilizadas pelas mulheres como forma de suportarem a situação vivenciada, na grande maioria, situações que acabavam as fragilizando ainda mais, conforme a fala abaixo:

“Decidi que não tomaria mais banho. Se ele me tratava como lixo, era assim que eu seria. Um lixo. Pior é que não deu resultado. Ele não queria nem saber. Chegava do trabalho, me usava, e depois trancava tudo para eu não sair. Vivi como presidiária por quase cinco anos!” (M. 04 – 38 anos)

Constatou-se também relatos de auto-mutilação, conforme se destaca:

“Eu me cortava toda a noite. Doía sim. Mas era uma dor que servia para eu fazer esquecer a dor dos socos e pontapés que eu levava. Sabe, as vezes, sentir outras dores faz aliviar aquela sensação terrível de estar aprisionada na relação.” (M. 06 – 44 anos)

Novamente aqui, constata-se o quanto a violência limita, fragiliza o contexto no qual a mulher está inserida. Violência esta que se caracteriza como uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, que limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de qualquer direito, assim como o exercício da liberdade.

Outra fuga utilizada pelas mulheres, que se observou nos relatos, foi a questão do suicídio. 50% destas relataram alguma situação que as levou a pensarem nesta solução, como única solução que encontraram. Fazendo referências aos agravos à saúde da mulher, que a violência pode ocasionar, Grossi (1996) ressalta que muitas delas podem vir a tentar o suicídio a fim de terminar com o sofrimento recorrente da violência. Segundo a autora, com base num estudo realizado em Toronto, aproximadamente uma em cada quatro

mulheres que tentaram o suicídio, o atribuíram à violência conjugal. A seguinte fala demonstra esta situação:

“A situação chegou a um ponto que tudo o que eu queria era sumir! Tentei duas vezes me matar. Numa, tomei tanto remédio que fui acordar no hospital. Foi uma vizinha que me socorreu. Se não fosse ela, eu teria morrido. Na verdade, era o que eu queria. Quer saber? Me culpo ela por ter me salvado. Quem sabe noutra vida eu estaria melhor!”

Um estudo realizado em São Paulo e Pernambuco, no ano de 2006, intitulado “Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil - Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica”, confirma a fala acima, e conclui que a tentativa de suicídio é mais freqüente entre mulheres que sofrem violência. Dizem os dados que as mulheres que sofreram violência relataram de 2 a 3 vezes mais a intenção e a tentativa de suicídio do que aquelas que não sofreram.

4.1.2 A violência e suas dimensões

Quando perguntadas sobre o conceito de violência, constata-se diferentes percepções das mulheres que vivem sob essa ameaça. A grande maioria (68%) referiu-se a agressões físicas para conceituá-la; 28% apontaram situações referentes às ações como agressões verbais, falta de respeito, obrigar a fazer o que não quer; e 04% referiram-se unicamente à violência sexual. Para a presente análise, manteve-se estas três dimensões, embora ressalta-se que em todos os relatos perpassaram fatores que caracterizam a violência patrimonial, assim como a moral, ambas enfatizadas na Lei Maria da Penha, conforme se observa nas falas das entrevistadas.

Analisando a fala das mulheres, pode-se observar que os relatos de **violência física** foram os que mais apareceram, sendo que socos, empurrões, assim como tapas, foram formas de agressões presentes em todas as entrevistas. Saffioti & Almeida (1995) consideram que os homens, ao agredirem fisicamente suas companheiras, procuram atingir partes predominantemente visíveis do

corpo, dentre elas o rosto. O rosto feminino parece ter um significado especial, visto que a beleza é valorizada, e a agressão neste local implica descaracterizar aquilo que valoriza sua identidade. Tal situação também demonstra esta constatação:

“Na semana passada, brigamos por causa do controle da televisão. Eu coloquei na novela, no intervalo do jogo e ele ficou muito brabo comigo. Tomou o controle da minha mão, disse que quem mandava ali era ela e jogou um prato de comida quente no meu rosto. Com os cacos, cortou minha mão e meu rosto!” (M. 04 – 38 anos)

Diversas pesquisas relacionadas com o atendimento primário à saúde de mulheres violentadas também apontam ser a região de cabeça e pescoço a mais atingida como consequência das de agressões físicas, resultando em fraturas, contusões, queimaduras, entre outras injúrias. A passagem abaixo exemplifica esta situação:

“Apanhei muito mesmo. Ele me machucava principalmente no rosto e no pescoço. Assim, era para eu passar vergonha. Todos viam e eu tinha que inventar desculpas. Se eu contasse que tinha apanhado, todos pensariam que eu tinha feito algo errado. Várias vezes, ele me ameaçou com faca e até arma!” (M. 14 – 26 anos)

Nestas circunstâncias, a mulher é obrigada a se ausentar do trabalho por vergonha de aparecer em público com seu rosto machucado, aumentando, assim, o número de absenteísmo e acarretando consequências tanto para a economia do país quanto para a própria mulher agredida.

A violência psicológica também foi presente em 09 relatos. Relacionando com os relatos de violência física, observa-se que, possivelmente, este número foi minimizado, em razão da naturalização da violência psicológica, por muitas das mulheres. Acabam não se dando conta de que estas situações já se faziam presente no início do relacionamento, e que, possivelmente, vieram a resultar na violência física que passaram a sofrer, posteriormente. Constata-se também que

a questão das situações de humilhações, foi relatada pelas mulheres, contribuindo com que a relação com o parceiro vá desgastando sua auto-estima. Segundo os dados coletados, os homens, quando ofendem suas esposas, procuram atingir a honestidade, a fidelidade, o valor moral e a aparência física, com o intuito de deixá-las fragilizadas e com baixa auto-estima, conforme se observa:

“Ele bebia... ficava me olhando, e depois dizia: - nossa, como você é feia! Como eu pude casar com uma mulher tão feia como você?!- Aquilo era demais para mim. Machucava tanto quanto as vezes que ele me batia.”(M. 05 – 40 anos)

Considerando as agressões físicas e psicológicas, muitas das entrevistadas (85%) relatam que estas últimas são piores que as físicas, pois são cometidas impiedosamente, sem marcas denunciáveis pelo corpo, apenas na mente, o que torna muito mais difícil denunciá-las e as autoridades competentes acreditarem nas queixas relatadas (CABRAL, 2000).

Já na **violência sexual**, a relação forçada foi a mais incidente nos relatos. As seguintes falas exemplificam algumas das situações descritas:

“Quebrei os dois braços e uma costela. Foram anos tendo de aceitar aquela situação!” (M. 04 – 38 anos)

“Ele me forçava a manter relações sexuais toda a noite. Era terrível sentir aquele cheiro de cachaça misturado com perfume barato das vadias que ele visitava, e depois ter de agüentar aquele peso em cima de mim!” (M. 14 – 26 anos)

Comparando com a violência física e a psicológica, constata-se o quanto a violência sexual, segundo o relato das entrevistadas, é a mais omitida e a mais silenciada. Segundo próprias falas, isso ocorre porque a grande maioria delas acredita que manter relações sexuais com o seu companheiro faz parte do casamento, querendo ou não. Segundo Giffin (1994), a saúde física e mental das

vítimas de violência sexual é afetada por vários agravos são eles: lesões, traumatismos, gravidez indesejada, DSTs, aborto espontâneo, problemas ginecológicos, asma, disfunções sexuais, distúrbios alimentares, depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas. O relato abaixo demonstra esta situação:

“Tudo começou com alguns xingões, aí vieram os empurrões, e uma ou outra agressão. Apanhei sim, mas acho que mereci. O pastor disse que cada um carrega o seu Karma. Devo ter feito coisa errada na outra vida. Olha só como está o meu rosto. Foi de tanto apanhar.” (M. 05 – 40 anos)

Observa-se na fala transcrita que a religião aparece aqui como forma de revitimização e culpabilização da mulher. Acaba aceitando as agressões em nome de uma suposta “lei” que lhe é incumbida. Esta auto-culpabilização foi constante na fala das entrevistadas, principalmente naquelas que seguem no relacionamento, mesmo sofrendo situações de violência doméstica. Preferem auto-culpar-se do que responsabilizar o agressor pela situação, o que acarreta que estejam ainda mais vulneráveis às situações de violência doméstica.

Diante desses dados, verifica-se que a violência doméstica ocorre de forma combinada com agressões que, em muitas vezes, segundo os relatos, se iniciam com as psicológicas (humilhações, privações de afetos, dentre outras) e evoluem para as físicas, perpetuando a sexual, como fraturas de costelas e/ou braços, espancamentos, dentre outras, desencadeando conseqüências à saúde da mulher, seja à saúde física – queimaduras, hematomas e manifestações psicossomáticas (taquicardia e dores no peito) – ou mental (medo, isolamento social, ansiedade, depressão). (COSTA & RIBEIRO & MOREIRA, 1992).

Observaram-se nos relatos diferentes combinações de tipos de violência que as mulheres entrevistadas relatam ter sofrido, psicológicas, físicas e sexuais, como espancamentos com escoriações e até fraturas de costelas e/ou braços; humilhações, obrigações de fazerem sexo de maneira que elas não aprovam e privações de afeto (indiferença afetiva) por parte de seus agressores. Constata-se que maior relação que existe é entre as mulheres que sofreram violência física e psicológica. Enquanto relatos de violência física, em suas variadas dimensões

são o maior número de situações observadas nos relatos, novamente constata-se o número baixo referente a violência sexual. Novamente ressalta-se que isso se deva ao fato que, provavelmente, muitas das mulheres não vêem estas como situações de violência, mas sim como obrigação de mulher em satisfazer as necessidades sexuais do marido, quando ele assim desejar.

De acordo com as entrevistas realizadas, elaborou-se a figura abaixo que define as principais consequências da violência doméstica contra a mulher:



Figura 4: Conseqüências da violência doméstica contra a mulher.

Considerou-se aqui as conseqüências fatais e não fatais para as mulheres, tomando como base as categorias propostas por Heise (1995), adicionando as situações voltadas para as redes de relacionamento das usuárias, sejam as redes primárias, como as secundárias. A tabela abaixo procura dimensionar as principais conseqüências não fatais, conforme se observou nos relatos das mulheres em situação de violência doméstica:

Tipo	Número de relatos	%
Saúde Física		
DSTs	6	37,5%
Lesões	16	100%
Gravidez Indesejada	9	56,2%
Comportamentos danosos à saúde (fumar, sexo inseguro, auto mutilação)	16	100%
Problemas ginecológicos	9	56,2%
Dor Pélvica	6	37,5%
Dor de cabeça	15	93,7%
Total	77 relatos de problemas relacionados à saúde física	
Saúde Mental		
Depressão	16	100%
Disfunção sexual	4	25%
Desordens de alimentação	6	37,5%
Problemas de personalidade	4	25%
Internalização da culpa	9	56,2%
Medo	16	100%
Total	55 relatos de problemas relacionados à saúde mental	
Redes Sociais		
Falta de Autonomia	16	100%
Privação financeira	16	100%
Ausência de cidadania	8	50%
Identidade Fragilizada	7	43,7%
Total	63 relatos de problemas relacionados as redes sociais	

Tabela 1: Conseqüência das Violências sofridas pelas mulheres

As questões voltadas para a saúde física das usuárias, em razão das violências sofridas, foram as que mais apareceram nos relatos das mulheres participantes deste estudo. As lesões, assim como comportamentos danosos à saúde foram relatadas por todas as usuárias entrevistadas. Os relatos abaixo se mostram como significativo:

“Passei oito dias internada com ameaça de parto prematuro, acho, às vezes, que toda aquela situação foi mesmo dos chutes, dos gritos e das coisas que ele me fazia. Teve uma vez que ele me esmurrou, fiquei com o olho escuro, passava pó, botava óculos, para as pessoas não verem.... tinha muita vergonha daquela situação!”(M. 13 – 31 anos)

“Eu já peguei duas doenças sexualmente transmissíveis, e até o momento eu nunca falei isso para ninguém. Passei vergonha no local de trabalho, pois foi lá que eu me tratei.” (M. 07 – 49 anos)

Outra consequência destacada pelas usuárias em diferentes relatos, foram as seqüelas na gravidez, assim como nos filhos, após o nascimento, conforme se observa na seguinte fala:

“No início achava que nos dávamos bem. Ao engravidar pela primeira vez, percebi que ele mudou o comportamento comigo. Começou a reclamar e a ficar irritado. E foi nesta época que ele me bateu pela primeira vez. Dizia que eu só queria saber da gravidez, e por isso não dava mais bola para ele. Me fez perder meu filho, quando estava de cinco meses de gravidez. Foi hemorragia profunda, fiquei três semanas no Hospital. Os médicos me orientaram para fazer um boletim de ocorrência, o que acabei não fazendo, por pena do José. Ele me pediu desculpas, e prometeu que tudo seria diferente dali para frente. Diferente nada. Tudo só piorou. Acabei tendo três filhos, mas todos vieram com problemas em razão das agressões que eu sofria.” (M. 04 – 38 anos)

Através das análises realizadas nas falas, constata-se que cada mulher que vivencia a violência, expressa as marcas descritas de diferentes formas. Heidegger (1997) diz que “*é a violência que se faz habitual e o corpo é o instrumento sinalizador. É nele que estão às marcas do seu modo de viver humano*” (p.11). Ou seja, as marcas da dor se expressam de diferentes formas, trazendo conseqüências que acompanham a mulher por anos e anos de sofrimento.

Além das conseqüências físicas, conforme acima destacado, observou-se que os relatos deixaram transparecer efeitos negativos voltados para a saúde mental destas mulheres. A questão da depressão apareceu na fala de todas as usuárias. Destas, 63% recebem um atendimento continuado junto de psicólogos. O medo foi outro sentimento que acompanha o cotidiano destas usuárias, constantemente, segundo seus relatos. A seguinte fala traduz essas situações:

“Mesmo tendo me separado, ficaram marcas que acho que para sempre vão existir. Tenho muito medo de sair na rua, de me relacionar com outras pessoas. Meu médico disse que eu tenho depressão e me encaminhou para atendimento com uma psicóloga daqui mesmo. É muito triste viver assim. Parece que todo homem vai me agredir. Tenho muito medo de passar por toda aquela situação novamente” (M. 05 – 40 anos)

O sentimento de temor se faz constante nos relatos das usuárias e acaba trazendo outras conseqüências, aqui denominadas sociais. Aparecerem em todas as entrevistas, relatos que traziam como conseqüência da violência, as privações financeiras e sociais. Miller (1999) define as questões **financeiras** e **sociais** como dimensões centrais na situação de vida destas mulheres, o que, de fato, se verificou nas entrevistas realizadas.

Quanto ao abuso econômico, pode-se ouvir diferentes relatos onde, seguidamente, as mesmas referiam-se às privações que se submetiam, em razão das exigências do agressor, conforme se destaca:

“Ele já me deixava trancada em casa, todo o dia. Não me deixava trabalhar nem estudar. Minha vida era cuidar dos filhos e da casa. Eu podia ajudar, tinha condições de trabalhar para melhorarmos nossa situação. Tava faltando comida. Faltava dinheiro. Mesmo quando ele tinha, quando recebia, ele não me dava. Fazia chantagem. Dizia que não tinha. Mas eu sabia que ele tinha, sim.” (M. 13 – 31 anos)

Souza (2004) explica que no abuso econômico, o homem geralmente oferece quantias tão pequenas de dinheiro que a mulher é forçada, como uma criança, a pedir mais. Aceitando (se humilhando) ou recusando, ela permanece indefesa sobre o seu controle. Observamos nas entrevistas realizadas, que muitas das mulheres não recebem dinheiro algum. Torna-se esta, outra estratégia para que a mulher não tenha condições de buscar auxílio, seguir um tratamento, procurar formas de crescer enquanto pessoa para se desvincular das situações de violência na qual está submetida. Outra forma de abuso financeiro observa-se na seguinte fala:

“O L, além de não me dar um centavo, tá gastando com as amantes, por aí. Não me dá um real para eu ir até o postinho me tratar, mas gasta com as vagabundas pelas noitadas. Sai nas sextas e volta só na segunda. E ainda cheio da razão. Se eu xingar, ele me bate.” (M. 10 – 46 anos)

Explica Miller (1999) que esta seria uma forma do agressor tornar a mulher ainda mais dependente dele. Além de elas terem de necessitar dele para sobreviver, tratam de rebaixá-las ainda mais, pelos gastos que mantém com outras mulheres.

Além da privação financeira, observa-se que outra estratégia do agressor é a privação social. Nos dizeres de Miller (1999), o isolamento constitui-se como uma poderosa arma de controle por parte do agressor, o que resulta em desespero do abandono e da solidão, “*tornando a mulher totalmente dependente da única pessoa que lhe resta, o seu vitimizador*”. (p.66) O relato profissional abaixo demonstra a percepção da Assistente Social:

As mulheres em situação de violência doméstica mostram-se sempre submissas, e a grande maioria, deixa-se aprisionar pelo companheiro. Este aprisionamento se faz no espaço doméstico e são relatados como não poderem mais sair de casa, não visitarem os familiares e, amigos. (AS 01 – SL)

Privando a mulher do convívio social, seu espaço de convívio passa a se resumir ao lar, a casa, os filhos, o marido, e, principalmente, à violência. A questão da escolaridade da mulher se mostra associada com a privação social. O agressor considera que a escola é um lugar proibido para a mulher. Miller (1999) destaca que um dos motivos seria que a escola lhe proporciona a oportunidade de fazer amigos e trocar idéias que “derrubam a parede de isolamento que o agressor construiu” (p.62)

A grande maioria destas tem o ensino fundamental completo. Um número significativo também tem o ensino médio completo, demonstrando que muitas das mulheres receberam instrução, partilharam de conhecimentos, valores, assim como experiências com demais pessoas. O gráfico abaixo demonstra o perfil de escolaridade das entrevistadas:

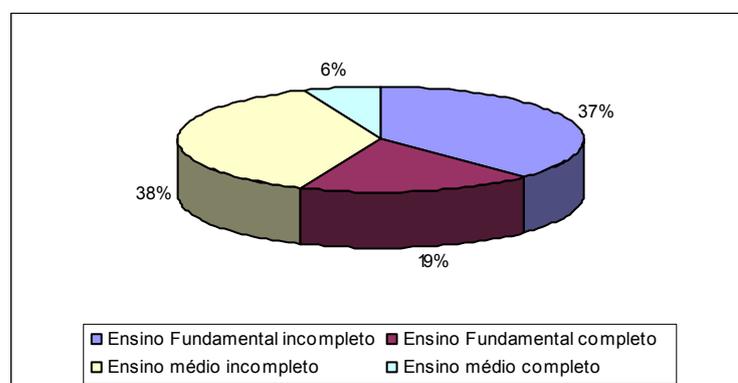


Gráfico 5: Escolaridade da Mulher

A grande maioria das mulheres relataram que tiveram de abrir mão do crescimento intelectual, assim como de qualquer projeto que tinham para si, em nome das exigências do marido/companheiro. Outro motivo, que destaca Almeida (1999), é que a escola lhe oferece uma maneira de “transpor a parede”. Ou seja,

Com a aquisição de habilidades, ela se torna capaz de conseguir um emprego e sustentar a si mesma e aos filhos. Educação significa independência, uma condição que o seu vitimizador não permitirá. (p.111)

De acordo com os relatos obtidos, compreende-se que o agressor não somente fará a mulher afastar-se de seus vínculos significativos e de apoio, como também de qualquer outra atividade que lhe propicie formar novas amizades. Miller (1999) ainda destaca que a mulher, além de estar privada de manter contato com amigos, colegas e ex-colegas, deverá também estar a disposição dos colegas de trabalho dele, representando o papel que ele exige.

Das mulheres participantes do estudo, a grande maioria têm por ofício ser dona de casa (62%). Nota-se que 75% destas, responderam que adotam esta atividade em razão da exigência do agressor. Destas, também, poucas tiveram algum emprego em suas vidas. Quando assim ocorreu, tiveram de abrir mão destes em razão das exigências do marido/companheiro.

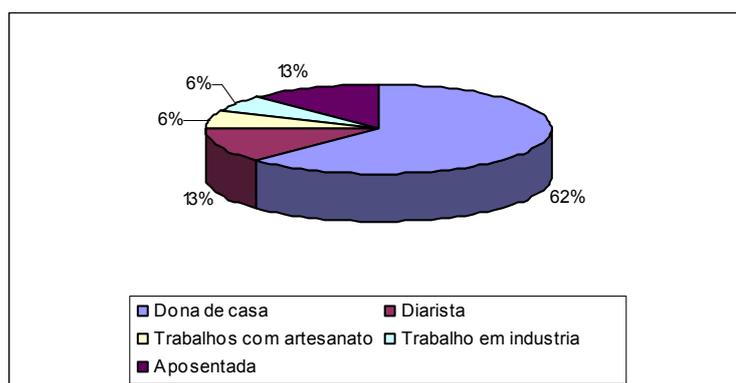


Gráfico 6: Ocupação da Mulher

Quando ocupam o mercado de trabalho, na sua grande maioria, segundo Strey (2004), estas mulheres acabam ocupando cargos e salários inferiores do que os homens. São várias as pesquisas que evidenciam este fato. Acabam elas ocupando o exército de reserva, o que Marx (1988) conceitua como sendo a massa de trabalhadores que são submetidos às oscilações do capital. Estes são chamados a integrar o mercado, sendo que em outras, são dispensados. Dessa forma, o capitalismo pode desenvolver políticas que permitam reduzir os salários e, conseqüentemente, ampliar as taxas de mais valia que propiciam a acumulação de capital. Segundo a autora, as mulheres são candidatas

preferenciais para comporem o exército industrial de reserva, devido à facilidade com que se inserem (ou são levadas a se inserir) e abandonam (ou são levadas a abandonar) o mercado de trabalho. (STREY, 2004, p.19)

As mulheres se submetem às exigências do capital em razão de que se tem instituído que cabe ao homem prover o sustento o próprio, assim como o da mulher e dos seus descendentes; e que o lugar da mulher é no lar, cuidando dos filhos e do marido. Das mulheres entrevistadas, apenas duas relataram serem as “*chefes do lar*” no que concerne a situação financeira. Relataram que o companheiro está desempregado, e cabe a elas trazerem o sustento para o lar, enquanto que estas dedicam suas horas em trabalhos esporádicos, ou então momentos partilhados junto de amigos. Miller destaca que para muitas mulheres em situação de violência doméstica, o trabalho é o único vínculo com a sanidade (p.61). Nos dizeres da autora:

Por mais devastadora que tenha sido a noite anterior, quando o alarme do relógio toca Às 6 ou 7 horas, em vez de resmungar como todas nós, elas suspiram de alívio: oito maravilhosas horas de liberdade!(...) sentem-se bem consigo mesmas, ganham salário, almoço com colegas e participam de um mundo maior. Tem uma identidade. Naturalmente, a hora de voltar para casa é inevitável. Abandonam a pessoa real e rastejam para dentro de suas conchas, enfrentando timidamente o lar, o marido e o abuso. (MILLER, 1999, P.61)

Explica a autora que, sintonizados com este roteiro, muitos dos agressores acabam privando-as deste ofício. Embora alguns deles as mantenham em casa sob o pretexto de proteção, o resultado é o rompimento da única ligação que a mulher tinha com a vida, ficando presa à armadilha do relacionamento abusivo. Essa é uma das estratégias do agressor, segundo Saffioti (1995), fazendo com que a mulher tenha cada vez mais suas redes fragilizadas, e acabe sendo uma dependente financeira do marido/companheiro, dependendo deste para todas as situações que carecer de dinheiro.

4.1.3 As redes de pertencimento das mulheres em situação de violência doméstica

Tem-se que a violência doméstica acarreta amplas repercussões psicossociais, econômicas e políticas, não só no plano individual e familiar como também na esfera social da mulher. Diante da complexidade da problemática, permeada por preconceitos e diferentes discriminações, a usuária, com o passar dos anos, vai sofrendo mudanças diversas, muitas vezes drásticas, no meio em que vive e com quem convive, resultando na completa fragilização de suas redes de pertencimento.

Ouviu-se no relato das mulheres em situação de violência doméstica, diferentes concepções voltadas para a importância das redes em sua trajetória, e do significado destas no seu processo de fortalecimento. Considera-se que o conceito de redes têm vários enfoques. Num sentido etimológico o termo "rede" é derivado do latim, que significa "entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido". Loiola & Moura (1997, p. 54) ao analisarem os conceitos de redes e tomando como referência este sentido apontam que os fios e as malhas dão a forma básica da rede e, que os fios podem corresponder às linhas ou às relações entre atores e organizações, os quais representariam as malhas ou os "nós".

Faleiros (2001) diferencia entre as redes primárias e secundárias e ressalta a importância de sua articulação na formulação de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social. No entendimento do autor, as redes sociais primárias são constituídas por todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida. Cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho, organizações das quais participa: políticas, religiosas, sócio-culturais, dentre outras. A socialização dos seres humanos começa desde a infância e já nesse momento a rede de relacionamentos que a criança vai construindo a sua volta é importante para o desenvolvimento da identidade individual e coletiva.

As redes sociais permitem o exercício da solidariedade em situações diversas, principalmente em casos específicos de violência doméstica. Cada

usuária é o centro de sua própria rede, que, além dela, passa a ser constituído pelos familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho, entre outras. Conforme encontramos em Duarte:

...a socialização dos seres humanos começa desde a infância e já nesse momento a rede de relacionamentos que a criança vai construindo a sua volta é importante para o desenvolvimento da identidade individual e coletiva (DUARTE, 2003, p.45)

No cotidiano das mulheres em situação de violência doméstica, constata-se que as redes primárias encontram-se fragilizadas, e são poucas aquelas que conseguem manter relações consideradas importantes em seu convívio. Segundo a percepção dos Assistentes Sociais entrevistados, tem-se a seguinte fala:

“A rede primária é fundamental para o apoio da mulher. Geralmente, elas se abrem com a mãe, com a irmã ou com a amiga. Num primeiro momento resistem em buscar os serviços por acreditarem ser situações de baixo potencial agressivo. A rede de pertencimento da mulher é tão fundamental que pode até influenciar a decisão de rompimento e de seguir suas vidas contando inicialmente com esse apoio e suporte.” (AS 16 – NH)

A importância atribuída pelas usuárias às redes primárias, também pode ser observada em seus relatos. Quando se pediu para que elas descrevessem quais seriam as pessoas mais significativas com quem poderiam contar, obteve-se o seguinte resultado:

Pessoas Lembradas pelas Mulheres	Número de relatos	%
Mãe	12 relatos	75%
Pai	9 relatos	56,25%
Amigos	8 relatos	50%
Profissionais (Assistentes Sociais e psicólogos)	8 relatos	50%
Irmãos	7 relatos	43,75%
O próprio agressor	6 relatos.	37,5%
Filho (a)	4 relatos	25%

Quadro 2: Redes Primárias das Mulheres em Situação de Violência Doméstica

Tomando como base estes números, as redes das mulheres em situação de violência doméstica, deste estudo, estariam constituídas da seguinte forma:



Figura 5: Redes Primárias das Mulheres em Situação de Violência Doméstica

Além de familiares, destaca-se a confiança atribuída pelas mulheres aos profissionais de apoio, Assistentes Sociais e Psicólogos. Consta-se que este vínculo é que propicia com que estes possam desempenhar o trabalho de fortalecimento junto destas usuárias, procurando trabalhar no seu fortalecimento

enquanto sujeitos. Aproximação esta que só é adquirida com o transcorrer dos atendimentos, e da confiança mútua que vai se constituindo.

Chamou a atenção, também, que 06 mulheres referiram-se ao agressor, como única pessoa significativa com quem poderia contar. Ou seja, nestas situações, o homem é a única referência, e a mulher vive num completo estado de isolamento social. Tem-se na fala de um dos Assistentes Sociais, a seguinte explicação para esta contradição:

“O agressor sufoca e isola a mulher que fica ligada a ele (dependência), assim se afasta da família e amigos. Por vezes a mulher está desacreditada pelas pessoas que lhe rodeiam por ter vivido diversas situações de violência. O agressor passa a ser sua única referência. Sua única rede de apoio! Assim ela precisa resgatar seus vínculos e fortalecer sua rede interna e externa. (AS 14- NH)”

As usuárias também destacaram que por vezes os agressores as acompanham a todas as atividades de lazer, assim como em possíveis atendimentos que estariam participando. Quando se perguntou a estas sobre a permissão delas em participarem de atendimentos no CRAS¹⁴, local da entrevista, ela assim respondeu:

“Ele não me deixa sair sozinha, não! Olha só, ele tá lá fora me esperando de bicicleta. Se souber que conversei com algum homem aqui, ele pode até me bater de noite. Sempre que eu venho buscar ajuda, ele vem comigo. Falta serviço e não me deixa sair sozinha! De certa forma, me sinto protegida” (M. 04 – 38 anos)

¹⁴ O CRAS é um equipamento estatal de base territorial localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo a um total de até mil famílias, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção básica da política assistencial. (...) sua finalidade é assegurar as condições fundamentais mínimas para que esses sujeitos sociais desenvolvam capacidades, superando as situações de vulnerabilidade social, a médio e a longo prazo. (SIMÕES, 2007, p.289)

Esta situação foi freqüente na fala das mulheres, principalmente naquelas em que se observava uma maior fragilização, além da permanência no ciclo de violência.

Já as **redes sociais secundárias** seriam aquelas formadas por profissionais e funcionários de instituições públicas ou privadas; organizações sociais, organizações não governamentais, grupos organizados de mulheres, associações comunitárias e comunidade. Estas teriam a incumbência de fornecerem atenção especializada, orientação e informação.

No Brasil, nos últimos 20 anos, foram criados serviços voltados para a questão da violência, como as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher. As Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher, os Postos de Saúde, a Defensoria Pública, as Casas Abrigo, o IML, dentre outros, se constituiriam como acessos significativos no atendimento a mulher em situação de violência doméstica. Na última década, foram criados os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for o caso. Desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as mulheres, em seu 4º tópico, orienta as ações voltadas a erradicação desta violência que se perpetua diariamente no cotidiano destas usuárias.

Deslandes (2002) conceitua ainda as **redes sociais intermediárias**. Estas seriam constituídas por pessoas que receberam capacitação especializada - denominadas promotoras - que podem vir do setor saúde, da educação, igreja, ou da própria comunidade. Suas funções são a prevenção e apoio. No contexto da violência contra a mulher, a experiência de promotoras populares é um exemplo na prevenção destas situações.

Compreende Deslandes (2002) que as redes secundárias e intermediárias formam-se pela atuação coletiva de grupos, instituições e pessoas que defendem interesses comuns. Dependendo do grau de liderança e da força de seus componentes elas podem ter um grande poder de mobilização e articulação para atingir seus objetivos.

Contemporaneamente, a sociedade tem estabelecido, cada vez mais, redes de saberes e práticas com intuito de enfrentamento as diferentes situações de exclusão que se perpetuam. Constata-se que o trabalho em rede apresenta-se como estratégia fundamental no trabalho de fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica. Essa nova forma de articulação em rede requer a inclusão de instituições parceiras e atores que se mobilizem em torno a um tema que afeta, negativamente, o cotidiano, aqui destacando a violência doméstica contra a mulher, para o melhor reconhecimento de suas causas, assim como de suas soluções potenciais. Nesse espaço, seguramente, são reforçados valores como colaboração, confiança e solidariedade. Dessa forma, esses atores se dispõem a pesquisar, monitorar, avaliar e promover a materialização de idéias, fomentando a distribuição de responsabilidades, a tomada democrática de decisões, controles coletivos sobre o que está a ser feito e avaliações sistemáticas dos resultados obtidos.

A proposta inovadora nesse tipo de organização em rede é que os atores envolvidos assumem uma ação combinada e decidem participar, engajam-se nessa ação como sujeitos de seus compromissos. Em suma, conforme destaca Solier (2007), a organização em rede tem como valores fundamentais: “*co-responsabilidade; liberdade; respeito mútuo; democracia; e transparência.*” (P.19)

Todas as mulheres em situação de violência doméstica relataram histórias de vida que em muitos aspectos se assemelham, vivendo sob tensão num ciclo de violência que se perpetua cotidianamente, com situações que vão se ampliando. Já com as redes sociais fragilizadas, sem qualquer pertencimento ao contexto social em que convivem, a procura por serviços de auxílio torna-se a única solução. A seguinte fala descreve bem o momento vivenciado pela usuária:

“Apanhei muito naquela tarde. Ele chegou bêbado, querendo abusar de mim, e eu disse: “sai daqui”, ele não me ouviu. Tentei pegar uma faca para me proteger, mas ele é bem mais forte do que eu. Tem uma mão enorme! Primeiro me deu um soco. Quando cai, ele veio por cima de mim e continuou a me bater. Não tinha o que fazer. Não dava para reagir. Ele me segurou de jeito. Tentei gritar, mas os vizinhos não fizeram nada. Todos tem medo do L. Ele me violentou. Depois, me

deixou ali, deitada feito trapo. Só esperei ele dormir para fugir. Peguei as crianças menores e fui para a Delegacia.” (M. 06 – 44 anos)

Quando um ato de extrema gravidade para a usuária, ocorre, como a agressão sofrida pelo relato descrito, é que a mulher sai, como destaca Walker “*espacial e temporalmente do relacionamento, conseguindo ampliar o seu horizonte, visualizar a situação e buscar ajuda.*” (WALKER,1981, p.81) Enquanto ela estiver enrolada no relacionamento, enredada nos preconceitos culturais e religiosos e em si mesma, na ilusão de que consegue lidar com o problema sozinha, dificilmente acessará a rede de serviços oferecida. Durante as entrevistas, as mulheres disseram não ter conhecimento dos serviços que poderiam ser acessados. A grande maioria, sequer tinha conhecimento das Instituições de apoio. Destaca-se que os Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo estão em processo de implantação da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, e segundo uma das Assistentes Sociais entrevistadas:

A informação é nossa principal chave para rompermos com o silêncio que hoje se perpetua frente a todas as violências que a mulher tem sofrido. Sejam nas Igrejas, nas Reuniões, nos clubes de mães, assim como jornais, revistas e programas de televisão locais, temos procurados transmitir essa informação para as mulheres. Sabemos que elas têm carência em sua cidadania, em seu processo de informação. Sabemos também que este é um trabalho árduo e só com muito esforço, colaboraremos para que cada uma tenha ciência dos seus direitos enquanto mulher. (AS 04 - SL)

Outra dificuldade relatada pelas Assistentes Sociais entrevistadas, é que muitas das mulheres até tem o conhecimento dos serviços, sabem de seus direitos, mas, em razão de circunstâncias aqui já descritas, acabam não realizando qualquer tipo de denúncia, frente à violência sofrida.

Quando se perguntou as mulheres em situação de violência doméstica sobre qual o primeiro serviço acessados logo das violências, destacaram-se como

principais: pronto-socorros, ambulatórios e hospitais da rede de saúde, Delegacias da Mulher e CRAS. O quadro abaixo os dimensiona quanto à procura:

Serviço Procurado	Número de usuárias que procuraram o serviço em razão da violência	Relatou a violência neste primeiro atendimento	
		Sim	Não
Pronto Socorro	6	2	4
Ambulatório e Hospitais	4	0	4
CRAS	3	0	3
Delegacia da Mulher	3	3	0

Quadro 3: Rede de serviços procurada pelas mulheres em situação de violência doméstica

Constata-se que o pronto socorro, em razão de geralmente ser uma agressão física grave o que as impulsiona para as denúncias, foi o mais acessado quando da violência sofrida. Observa-se também que muitas das usuárias não relataram que sofriam violência, neste primeiro atendimento. Segundo relato, o profissional, preocupado em resolver as queixas delas, não percebia que se tratava de um diagnóstico de violência doméstica, e, conseqüentemente, acabavam não a encaminhando para um serviço de apoio especializado. Somente com o transcorrer dos atendimentos, assim como dos serviços oferecidos (grupos de apoio, atendimentos individuais, oficinas) é que a confiança se estabelecia, e elas traziam então aos atendimentos as agressões que cotidianamente sofriam.

Quando perguntadas da forma que ficaram sabendo dos serviços oferecidos, as mulheres responderam que ficam sabendo através do contato com outros profissionais, assim como dos meios de comunicação, de programas de rádio e televisão. As falas abaixo destacam esta situação:

“Fiquei sabendo através dos grupos que participo, aqui na Comunidade. Faz uns dois anos que andam falando muito sobre a violência contra a mulher. Sabe, eu nem me dava conta que sofria essas violências. O M. me xingava muito. Um dia eu falei para a Assistente Social. Conteí algumas situações e perguntei se era violência. Então ela me ajudou. Me falou dos serviços, e me fez alguns encaminhamentos.” (M. 02 – 23 anos)

“Fiquei sabendo na televisão. Assisti uns programas sobre a lei que defende as mulheres. Quando decidi denunciar o meu companheiro, já sabia onde ir o que eu tinha como direito. Hoje ele não encosta mais em mim!” (M. 03 – 29 anos)

Conforme a fala acima, verifica-se que os meios de comunicação também se tornam forte aliado para que o silêncio destas mulheres seja rompido. Muitas agüentam a dor em razão da crença que a união a dois deve ser eterna, e que qualquer dificuldade deve ser superada pelo bem estar da família. Tantas outras tem alertada esta situação e passam sim a buscar forma de se libertarem do Ciclo da Violência doméstica.

4.2 OS INSTRUMENTOS DO AGIR PROFISSIONAL

Os números apresentados na Pesquisa IBOPE realizada pelo Instituto Patrícia Galvão¹⁵ comprovam que a mulher em situação de violência, hesita em recorrer ao aparato repressivo, só o fazendo em casos extremos, quando as agressões são reiteradas, e mesmo assim, segundo os profissionais entrevistados, *“desejam obter um “pacto doméstico”, que somente pode ser explicado porque sua auto-estima está baixa e porque o medo que a invade, é um sentimento muito intenso.”* (AS 12- NH)

¹⁵ Trata-se de uma pesquisa inédita sobre violência contra a mulher, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão ao Ibope Opinião, com apoio da Fundação Ford. Realizada em setembro de 2004. A pesquisa trabalhou com uma amostra representativa da população adulta brasileira.

E é com esta expressão que as usuárias chegam até os atendimentos, aqui destacando o Serviço Social, fragilizadas, e sem condições de se libertarem do ciclo no qual estão envolvidas. Conforme destaca Grossi (1996), muitas vezes fica difícil compreender o porquê destes “segredos conjugais” em relação à violência. Quando ocorre o ato de violência contra a mulher, na maioria das vezes, o episódio agudo e mais grave é o fim de linha de uma situação crônica, insidiosa, que aos poucos foi desmontando as defesas da usuária até deixá-la completamente à mercê do agressor, sem condições até de acessar seus direitos, assim como a rede de apoio.

E é a partir daí que o Assistente Social passa a se utilizar do seu instrumental para desenvolver a intervenção junto de cada usuária. Embasado no objeto, na demanda que se apresenta no atendimento, o profissional passa a planejar estratégias de atuação que venham a contribuir para o fortalecimento desta usuária, operacionalizando o seu processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica.

Para Santana (2000, p.81), o projeto profissional do Serviço Social nega o projeto societário, hoje hegemônico, e posiciona-se a favor da construção de uma nova ordem sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Tem ainda, como princípios, a defesa dos direitos humanos, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito, e o reconhecimento do pluralismo.

4.2.1 Perfil dos profissionais

Explica Yamamoto (2005), que pensar o processo de trabalho do Assistente Social requer os “*olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação (p.75)*”. Pode-se constatar na fala dos profissionais entrevistados, a importância que atribuem em romper com uma visão endógena da profissão, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira, conforme sugere Yamamoto, em seus muros internos. Para a autora, um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e

capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Ser um profissional propositivo, e não só executivo. Iamamoto complementa:

Condiz em romper com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, cumpridor de horários, atividades preestabelecidas; para ser um profissional propositivo, defenda o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2005, p.20-21)

Cabe, portanto, aos Assistentes Sociais apropriarem-se dessas possibilidades, e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Nos dizeres de Iamamoto (2005), a conjuntura não condiciona unidirecionamento às perspectivas profissionais; todavia, impõe limites e possibilidades.

Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. (IAMAMOTO, 2005, p.21)

Compreender dessa forma, condiz não cair na armadilha de encarar a realidade como se já estivesse dada de forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional.

Segundo o relato dos Assistentes Sociais que intervêm junto das mulheres em situação de violência doméstica, torna-se necessário apreender como o objeto de seu exercício profissional se enquadra no seu ambiente de trabalho, planejando sua ação, utilizando de instrumentos capazes de desenvolver mecanismos que lhe permitam atingir seu objetivo.

Referindo-se a estes profissionais, tem-se que a grande maioria (87%) dos entrevistados são do sexo feminino. Conforme destaca Barroco (2003), a questão do gênero esteve sempre enraizada desde os primórdios da profissão. Foi sempre característica a presença da grande maioria ser composta por mulheres. Isso se dá, segundo a autora, pois a mulher sempre traduziu um perfil adequado a padrões morais conservadores, o que era exigido, nos anos 30, quando a profissão tinha um caráter conservador e moralista. Nos dizeres de Montaña (2000), o reconhecimento do significado da presença majoritária feminina, vem geralmente para explicar a subalternidade da profissão, centrando seu reconhecimento no âmbito da dominação, característica histórica de gênero, apontada pelo autor.

A questão de gênero se fez presente durante as entrevistas. Na sua grande maioria, as mulheres solicitaram a presença da Assistente Social que as acompanhava, tanto pela questão do vínculo, assim como, por se sentirem mais a vontade do que estarem a sós com o pesquisador. Quando questionou-se uma das Assistentes Sociais sobre esta situação, obteve-se a seguinte resposta:

Muitas mulheres acabam reproduzindo no atendimento a situação que sofrem em seus lares. Muitas relatam encontrarem muitas dificuldades em manterem um vínculo com profissionais homens, pois trazem consigo toda uma representação negativa do gênero masculino, demonstrando uma grande resistência, já que sofreram agressões por homens. (AS 01-SL)

A fala da seguinte usuária entrevistada, também demonstra esta situação:

“Nunca mais eu confiei em homem algum. Me desculpa, tá, mas é difícil. Depois de anos e anos apanhando, para mim, vocês são tudo “sem-vergonha mesmo! Acho que jamais vou conseguir confiar em alguém de novo, principalmente num homem! E tudo igual! Só muda de endereço!” (M. 03 – 29 anos)

Dos Assistentes Sociais entrevistados, apenas 02 eram homens. Ambos afirmaram que o vínculo formado com a usuária tem de ser construído com respeito e seriedade, e a confiança, de fato, só é estabelecida com o transcorrer dos atendimentos, a partir do momento que a mesma passa a se sentir segura e confiante no profissional. Em ambas as situações, os profissionais disseram se utilizar de diferentes estratégias para realizar com eficácia os atendimentos, conforme se observa no relato:

“Torna-se importante demonstrar para a mulher que estamos ali como profissionais. Quando encontramos muita resistência, geralmente, acabamos realizando o atendimento junto de uma profissional feminina, Assistente Social ou Psicóloga. Demonstramos que estamos ali para procurar fortalecê-la, mostrar-lhe que existem caminhos e formas de superarem as adversidades que encontram cotidianamente.” (AS 13-NH)

Dos Assistentes Sociais a grande maioria possui entre 25 e 40 anos de idade (68%), sendo que os demais se dividem em até 25 anos (13%), assim como acima de 40.

A maioria dos entrevistados concluiu o curso de Serviço Social após o ano de 1993, ou seja, ingressaram no campo profissional já utilizando dos saberes éticos promulgados no Código de Ética daquele ano, conforme se observa no gráfico abaixo:

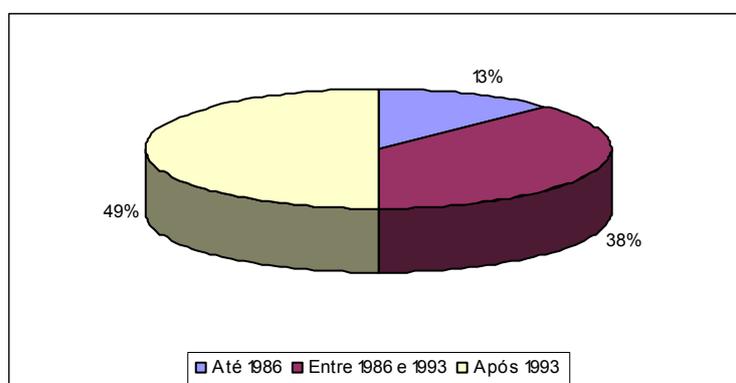


Gráfico 7: Ano de Conclusão do Curso de Serviço Social

Explica Barroco (2003) que o novo código é situado como parte do processo de renovação profissional, no contexto da luta dos setores democráticos contra a ditadura, e em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 88. Representa um marco para a categoria, pois, elaborado democraticamente, afirma não apenas um conjunto de normas, mas um novo perfil profissional, cuja direção social, fundamentada sob a Teoria Social Crítica. Postula-se o exercício profissional através da formulação de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania e democratizem as políticas públicas e seu acesso diante do padrão de acumulação vigente e do modelo de proteção que lhe é inerente.

Tem-se então que a partir de 1993, o Código de ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos Assistentes Sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. É neste contexto, segundo Barroco,

... que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético político referenciado nas conquistas dos códigos de 82 e 96 e no conjunto de seus avanços teóricos práticos construídos no processo de renovação profissional a partir da década de 60. (BARROCO, 2003, p.97)

As Assistentes Sociais entrevistadas, em sua grande maioria disseram fazer uso do Código de Ética em seu processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica. Ele estaria implícito no cotidiano profissional. As seguintes falas demonstram esta compreensão:

“Utilizo o Código enquanto defesa intransigente dos direitos humanos (Princípios éticos Fundamentais). Inclusive na luta pela equidade que assegure as condições frente às diferenças (gênero) que transcendem as biológicas, ainda hoje são salariais, de direito e de responsabilidades e de força.” (AS 09 – NH)

“Sempre que necessário a fim de garantir suporte nas ações e sustentação nas intervenções além de claro garantir direitos.” (AS 13 – NH)

A consolidação ao que se propõe o projeto ético-político da profissão está no desafio de uma articulação e uma direção estratégica para a profissão. Essa consolidação acontece quando há um respaldo teórico nas ações interventivas do profissional, ação que está implicada na competência, aprimoramento e na qualidade dos serviços prestados pelos Assistentes Sociais.

O comprometimento com o projeto ético-político da profissão não só é possível em qualquer espaço institucional como é obrigação do Assistente Social para uma prática educativa, libertadora e transformadora da atual realidade independente do contexto social em que está inserido. Portanto, os profissionais passam a ser responsáveis pela transformação da sociedade contemporânea, com vistas a subtrair a desigualdade social.

Fazendo referência às relações dos Assistentes Sociais com os usuários, destacam-se os seguintes deveres, assim como o que lhe é vedado, conforme o Código de Ética:

I Das relações com os Usuários	Deveres	- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
		- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;
		- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
		- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
		- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
		- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
		- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
	- esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional;	
	É vedado	- exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
		- aproveitar-se de situações decorrente da relação Assistente Social-usuário, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;
- bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos		

Quadro 4: Princípios do Código de ética que embasam as relações do Assistente Social com os usuários

Informar, esclarecer, contribuir, democratizar, desenvolver, são atos que se destacam e que certamente contribuem na operacionalização do processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica. Quando perguntadas sobre os principais princípios que embasam a prática profissional, as Assistentes Sociais destacaram os seguintes:

“Defesa dos direitos humanos, autonomia; ampliação e consolidação da cidadania.” (AS 08 – SL)

*“Eqüidade, comprometimento, seriedade, sigilo, responsabilidade e principalmente consciência de desempenhar a atividade com rigor seguindo o Código de Ética Profissional.”
(AS 15 – NH)*

Em suma, os profissionais consideram o código de Ética como coerente com seus fundamentos, e trata da dimensão prático-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social. Dessa forma, contribui para que se trabalhe junto das usuárias as questões pertinentes aos seus direitos, a igualdade de oportunidades, assim como condições que estas possuem enquanto sujeitos.

Compreende-se que o Assistente Social só conseguirá ampliar sua inserção como agente transformador dessa realidade quando tiver uma postura crítica frente à realidade em que vive. Para Souza (2004), essa postura diz respeito à ruptura com o *“senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-juízos”*, aos fatos cotidianos que nos cercam e à capacidade de interrogar sobre o que são as coisas, os porquês, na problematização e no enfrentamento das questões sociais cotidianas, dentre elas a violência contra a mulher. Dessa forma, o processo de trabalho do Assistente Social tem seu fundamento no projeto ético-político da profissão, e construído nas relações de trabalho e nas demandas técnicas da gestão da força de trabalho.

A grande maioria dos Assistentes Sociais entrevistados diz que já se interessa pela área da violência doméstica há anos, mesmo antes do ingresso no campo profissional. Quando perguntados o que levou a atuarem junto deste segmento, obteve-se o seguinte resultado:

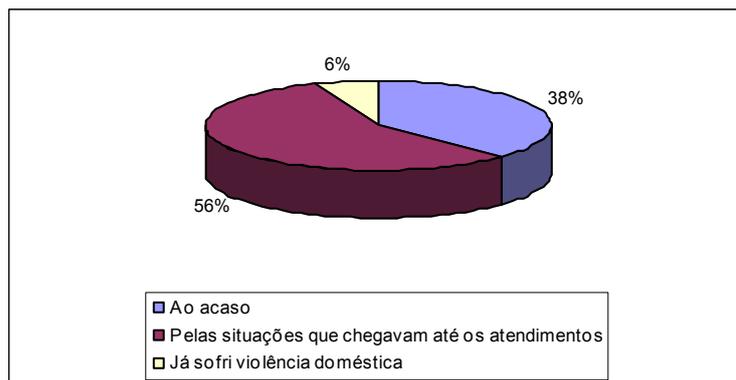


Gráfico 8: Interesse dos Assistentes Sociais pela área da violência

Três Assistentes Sociais mulheres relataram que já sofreram violência doméstica através de relacionamentos abusivos junto do marido. Ambas disseram ter recebido um acompanhamento sistematizado o que possibilitou com que rompessem com o círculo de violência que estavam submetidas. Através do agir profissional, procuram fortalecer as usuárias, utilizando do próprio exemplo de vida, conforme se observa no relato:

“Minha história de vida sempre foi relacionada à violência doméstica. Vi minha mãe apanhar, e depois, quando casei, também fui vítima. Sofri muito com meu primeiro marido. Ele me batia. (...) Minha filha nasceu prematura, quando eu estava com oito meses de gravidez. Ele queria que eu fosse pedir dinheiro para os meus pais, como me neguei ele me atirou contra a parede e começou a chutar minha barriga. Fiquei com marcas na pele dos arranhões e socos. Fui no hospital naquela mesma noite, quando dei a luz para minha filha. No início foi difícil assumir que eu sofria essa violência. Só com o tempo é que contei, num grupo que eu participava no Hospital. Contei com um apoio importantíssimo da Assistente Social. Levei quase um ano para me libertar daquela situação de violência. E foi dali que passei a admirar o trabalho do Serviço Social. Ali nasceu o interesse por ingressar na área. Hoje atuo com mulheres em situação de violência doméstica, e procuro fortalece-las para que superem, assim como eu, aquelas agressões que pareciam infundáveis.” (AS 02 – SL)

Histórias de vida como no relato acima foram um dos principais motivos relatados pelos Assistentes Sociais a se interessarem pela área da violência doméstica contra a mulher. Mesmo não sofrendo diretamente as violências, a grande maioria relatou já ter presenciado alguma situação na família ou em grupos de amigos, ou no próprio cotidiano profissional, o que instigou a atuarem junto desta demanda.

No relato das mulheres em situação de violência doméstica, podem-se perceber sentimentos de ambivalência nos discursos e no desejo de cada uma. Para que os profissionais possam interagir com essa realidade sem julgamento ou frustração, acredita-se que faz-se necessário uma maior compreensão desse tema, assim como especializações continuadas. Souza (2004) aponta que estudos sinalizam para um maior investimento tanto das Universidades quanto das Instituições de Saúde no sentido de capacitar os profissionais para compreender a problemática da violência, assim como prestar-lhe apoio social e psicológico para entender os conflitos originados do cotidiano de violência.

Dos Assistentes Sociais entrevistados, a grande maioria disse que já atendem situações de violência doméstica entre 01 e 05 anos, conforme se observa no gráfico que segue:

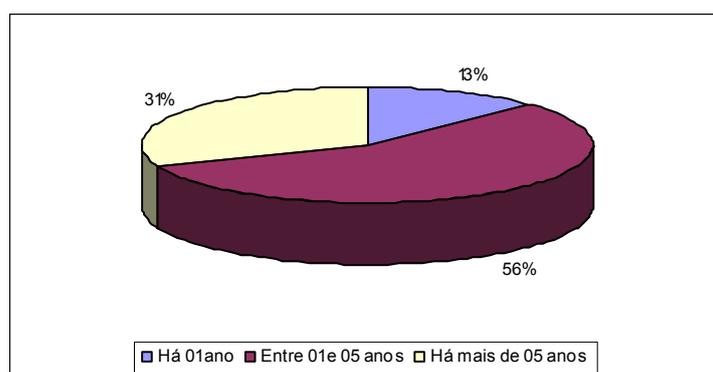


Gráfico 9: Tempo em que atende mulheres em situação de violência doméstica.

Destacam que nestes atendimentos a ênfase foi sempre buscar o fortalecimento da mulher em situação de violência doméstica. Analisando as falas, tem-se que justamente aqueles que atuam há mais anos, são os profissionais que mais tem se aperfeiçoado, e da mesma forma, atingido segundo suas falas, os

resultados considerados positivos no fortalecimento das mulheres. São também estes os que relatam histórias de usuárias que superaram as situações de violência doméstica que se encontravam, conforme se observa na seguinte fala:

“... é gratificante poder falar dos resultados positivos alcançados junto destas usuárias. São vários os limites que encontramos em nosso processo de trabalho, mas certamente, quando alcançamos o que nos propomos, nos sentimos ainda mais motivados a continuar a crescer, a nos capacitar, para assim, sempre podermos oferecer formas estratégicas, e construir, junto das usuárias, maneiras que possam romper com o ciclo de violência que vivenciam cotidianamente.” (AS 08 – SL)

Ressalta-se negativamente que dois dos profissionais entrevistados responderam que não se sentem preparados para atuarem na área da violência, assim como não possuem qualquer interesse de se aperfeiçoarem para obterem resultados significativos junto das usuárias. Justificam que estão no serviço apenas por questões políticas, tendo de cumprir atividades que lhes são exigidas.

Compreende-se que a partir do momento em que os reflexos da violência doméstica extrapolam o âmbito estritamente familiar, tendo reflexos na sociedade, no trabalho, ocasionando um déficit nos índices de produtividade, ela deixa de ser preocupação exclusiva dos movimentos feministas, mas também uma problemática aguda de desenvolvimento social e econômico.

Diferentes correntes procuram explicar as razões pela qual se proliferam tais ocorrências, e muitas chegam ao consenso de que a violência contra a mulher pode ser considerada como um exemplo das relações assimétricas de poder entre as mulheres e os homens, onde a violência torna-se o recurso empregado para garantir os poderes físicos, econômicos, psicológicos e sociais masculino. Quando se delimita, aqui, a violência doméstica contra a mulher, não se pretende apenas referir suas formas de expressão mais contundentes e de resultados lesivos de natureza física grave. O universo desta expressão de violência engloba todo e qualquer ato de dominação que reduza a mulher, enquanto sujeito, à impossibilidade de expressar sua vontade e preservar sua

própria identidade enquanto criatura inserida num universo desejanste de amplitude verdadeiramente humana.

Pode-se observar nas entrevistas realizadas que a violência nas relações de casal, nas relações afetivas, íntimas, no interior das famílias, expressa dinâmicas de afeto/poder, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação que, conforme já assinalado, fazem parte de toda a constituição histórica familiar. E no contexto atual, na maioria das vezes, a mulher ainda está em posição desfavorável. Segundo a fala de cada entrevistada, o efeito da violência contra a mulher - o maltrato, as humilhações, as agressões físicas, sexuais e psicológicas - é devastador sobre a auto-estima desta.

Quando se perguntou aos profissionais sobre a sua compreensão sobre a violência doméstica contra a mulher, se obteve diferentes compreensões, quase que todas embasadas no cotidiano profissional, assim como na experiência acadêmica. Destes, destacam-se as seguintes falas:

“Entendo a violência como sendo histórica. Desde a Era da Antiguidade existia e permanece na sociedade práticas discriminatórias, que colocam a mulher em situação de risco. Trata-se de uma expressão da questão social, que passou tardiamente a obter reflexos positivos quanto ao seu status de proteção social. (AS 13 – NH)”

“Violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause a morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher. (...) Todo ato de agressão psicológica ou física ou situação de humilhação colocando a mulher em situação de submissão.” (AS 16 – NH)

A violência é então um processo orientado para fins determinados a partir de diferentes causas, com formas variadas, produzindo determinados danos, alterações e conseqüências imediatas ou tardias. A fragilização dessas usuárias pode incluir, segundo a fala dos Assistentes Sociais entrevistados, efeitos permanentes na auto-estima e auto-imagem, deixando-as com menos possibilidade de se proteger, menos seguras do seu valor e dos seus limites

peçoais, e mais propensas a aceitar a vitimização como sendo parte de sua condição de mulher.

Ainda em relação ao conceito de violência, houveram relatos que a consideraram relacionada a todo o contexto no qual a mulher está inserida, tal como se observa:

“No meu entendimento, a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno intrigante, cujo alcance se estende ao coletivo, uma vez que atinge, não apenas diretamente a vítima mas toda a família, bem com a sociedade. As conseqüências podem ser percebidas no desajuste social e familiar, filhos que reproduzirão vivências de violência e mulheres vitimadas física, sexual e psicologicamente.” (AS 15 – NH)

Ao se referenciar á sociedade, constata-se na seguinte fala a compreensão da violência estrutural:

“Acredito que temos de compreender a violência como relacionada a toda a situação de exclusão que a sociedade vivencia. Entendo-a como estrutural. Violência esta que se origina nas amplas desigualdades da sociedade, e tem como expressões significativas, atos e gestos que escravizam, que isolam a mulher em situação de violência doméstica”.
(AS 06 – SL)

A violência contra a mulher aqui é entendida de forma relacionada as mudanças que estão ocorrendo no contexto neoliberal. Tais situações te reflexos nas situações de violência que muitas mulheres conhecem na “vida à dois”: o lado sombrio da intimidade, onde ocorre o desejo de certos homens de transformá-las em objeto de seu poder e controle absolutos. Vieira assim explica:

Na violência doméstica, a mulher sofre danos em seus próprios lares, dentre as quais, físicas, verbais e psicológicas. São maus tratos, estupros, humilhações, espancamentos, cárceres privados, assédio sexual e assassinatos. (VIEIRA, 2005, p.45)

Os Assistentes Sociais entrevistados responderam que, em média, atendem 10 novas situações de violência doméstica a cada semana. Este número poderia ser ainda maior, já que muitas das mulheres que chegam aos atendimentos, não relatam, num primeiro momento, que sofrem as violências. Na percepção dos profissionais, muitas delas acabam abandonando qualquer tipo de tratamento, sem relatar tais situações.

Assistentes Sociais que trabalham em serviços voltados diretamente para o atendimento as situações de violência doméstica, destacaram o grande número de usuárias que são atendidas e que trazem esta situação, conforme se observa na seguinte fala:

“Posso relatar que das 300 mulheres que são atendidas semanalmente todas já sofreram algum tipo de violência doméstica. Nosso grupo tem encontros semanais, e em muitas semanas temos novas situações. Muitas destas mulheres que já freqüentam há meses se sentem fortalecidas para revelar seus segredos e desvelar novas possibilidades e principalmente que é possível dizer “chega, basta, não quero mais.””
(AS 08 – SL)

Segundo a fala dos profissionais, é em torno de 50% as mulheres que relatam situações de violência doméstica que seguem nos atendimentos. Algumas destas, inclusive, conforme já referido, seguem sofrendo a violência, mas acreditam que estas se findarão com o passar dos meses. A seguinte fala traduz esta situação:

“Muitas das mulheres acabam cedendo às chantagens do marido/companheiro e abandonam os atendimentos. Não se tem o que fazer nestas situações. Procuramos sim fortalecê-las, a cada atendimento, clarificando seus direitos, e fazendo-as perceberem enquanto sujeitos de uma situação que pode ser modificada, basta que se proponham a isso.” (AS 10 – NH).

Fazendo referência àquelas mulheres que não relatam a violência sofrida, tem-se que, segundo a maioria dos entrevistados, mesmo atuando cotidianamente junto das mulheres em situação de violência doméstica, torna-se difícil diagnosticar aquelas que possivelmente estariam sofrendo algum tipo de violência doméstica. A seguinte fala expressa essa opinião:

“Não há formula pronta, é muito peculiar e particular este processo. Alguns casos se manifestam de forma clara, outros a postura retraída, a fala baixa e tremula, em outras situações a fala agressiva e falta de tolerância... ou seja... fica difícil de sabermos num primeiro momento, aquelas que sofrem qualquer tipo de violência.” (AS 02 – SL)

Daqueles profissionais que referiram ser possível diagnosticar, logo do início dos atendimentos, mulheres que estejam sofrendo situações de violência doméstica, assim destacam:

- Através da escuta sensível e do acolhimento à mulher se sente confiada a partilhar que sofre violência doméstica, embora a demanda seja por algum motivo (doação de roupas – inscrição em programa de geração de trabalho e renda, dentre outros).
- Por parte dos filhos que demonstram na escola atitudes e/ou comportamento agressivo que levam ao atendimento ao núcleo familiar.
- Quando efetivam o registro de ocorrência;
- A demanda chega através de telefonemas realizados por Instituições (Unidades de Saúde, Delegacias de Polícia, Hospitais, organizações não governamentais, a rede socio-assistencial) que solicitam um olhar para a mulher ali atendida;
- Denúncias por parte de vizinhos ou familiares.

Os Assistentes Sociais entrevistados descrevem que nas trajetórias das usuárias em situação de violência doméstica, ocorre um processo de fragilização, uma perda de valores destas, que chegam aos atendimentos completamente desamparadas, visualizando nos profissionais responsáveis pela acolhida, a última solução para libertarem-se do ciclo em que se vêem aprisionadas. O

constante contato com estas mulheres, segundo os entrevistados, demonstra que muitas sequer distinguem esta lógica que perpassa o seu cotidiano, fazendo com que sua vida seja um constante processo de acomodação, submissão e resistência em seus esforços de lidar com a dominação. Torna-se então preciso, segundo a concepção da maioria dos entrevistados, propiciar o empoderamento desta usuária¹⁶.

Dessa forma, o processo de trabalho que se desenvolve junto das mulheres em situação de violência doméstica, pode ser entendido como um serviço para e com as usuárias, na medida em que visa facilitar o acesso das mesmas, não só a prestações que para elas são destinadas, como também, ao usufruto de direitos dos quais estão excluídas, valorizando em todo este processo o papel que as próprias devem desempenhar, tanto na resolução das suas necessidades imediatas de constantes agressões sofridas, como na modificação das suas condições de vida.

4.2.2 Operacionalizando o processo de trabalho

O conceito de processo de trabalho desenvolvido por Marx (1988) se embasa na concepção de que o trabalho é um processo do qual participam o homem e a natureza. Neste processo o ser humano, com sua ação, põe em movimento as forças naturais do seu corpo com a finalidade de se apropriar dos recursos da natureza, imprimindo-lhes utilidade à vida humana. Constitui-se numa atividade exclusivamente humana, diferentemente da ação animal, por mais perfeita que esta possa ser. Pondera o autor:

¹⁶ A perspectiva de empoderamento do poder/força das mulheres em situação de violência doméstica, vem tendo ampla repercussão no exercício profissional. Cabe salientar que não se trata de aumentar o poder abstrato destas, mas de considerá-las em sua história, em seu processo, em suas relações, mesmo que deficitárias

[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente a sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 1988, p.202).

Concepção e planejamento, portanto, na visão de Marx (1988), são atividades inerentes ao trabalho humano, o qual em hipótese alguma, pode se restringir à mera execução. Esclarece Soares (2005), que historicamente, a concepção de trabalho foi permeada por uma visão negativa, torturante, seletiva e elitista, a começar pela sua etimologia. A palavra trabalho – originário do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, aparelho de tortura para amarrar os condenados ou os animais difíceis de ferrar. Daí, explica Antunes (2005), foi feita a associação do trabalho com tortura, sofrimento, labuta, dentre outras. A seletividade e o elitismo vêm desde a Antiguidade grega, onde o manual e tudo que se relacionava a ele era desvalorizado, enquanto que a atividade teórica, intelectual, era considerada a mais digna do homem. Moreno, (1996, p.28), disserta que:

Os ofícios artesanais gozavam de grande descrédito, o que lhe parecia muito natural, pois obrigavam os artesãos a levarem uma vida reclusa, sentados na penumbra do seu ateliê, devendo às vezes passar o dia inteiro isolado junto ao fogo. Tudo isso produziu um efeito nefasto, pois, considerando a demanda destas artes mecânicas inferiores, o tempo daqueles que se dedicam a elas não lhes deixa nenhum momento de ócio para poder consagrar à amizade ou o Estado. O resultado final que estas atividades produziam naqueles que as cultivavam era enfraquecer o corpo e avaliar a alma. (MORENO, 1996, p.04)

Analisa Marx que é através do trabalho que o homem se reproduz: desenvolve as suas habilidades, a imaginação; aprende a conhecer suas próprias forças e limitações; altera a visão que tem do mundo e de si mesmo; produz cultura.

Marx (1988), como nenhum outro pensador, apresenta um entendimento do trabalho humano enquanto uma categoria contraditória, pensado de forma dialética: há nele uma faceta de positividade, pois "*com ele o homem humaniza a natureza e, dessa maneira, se faz homem*" (p.8). Porém, de acordo com o pensamento materialista de Marx (1988), o homem se faz, fazendo e, ao fazer-se

no trabalho, encontra-se submetido ao capital através de forças objetivas e subjetivas, materializadas pela mais-valia e a dominação de classe.

Os elementos constitutivos do processo de trabalho, para Marx (1988), são três:

- 1) a atividade adequada a um fim, o trabalho propriamente dito;
- 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3) os meios de trabalho, o instrumental utilizado pelo trabalhador.

O objeto de trabalho tanto pode ser a matéria em seu estado natural, como objetos resultantes de trabalho anterior, as matérias-primas. Os meios de trabalho são os instrumentos de que o trabalhador se utiliza. É o instrumental disponível para a realização de suas atividades. Depois de passar pelos diversos momentos de processo de trabalho, o produto será colocado à disposição do consumo humano. Consumo individual, se um sujeito ou família usarem imediatamente o produto. Consumo produtivo, se o objeto servir como matéria-prima para outro processo de trabalho. Ao se conformar como algo adequado ao consumo, passa a integrar o mundo humano e perde seu estatuto natural.

Para Marx (1993), o processo de trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza. As mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele; são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: *a socabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.*

Nas últimas décadas, favorecido pelo movimento social ascendente, o Serviço Social foi consolidando a revisão de sua atuação, redefinindo melhor sua identidade, assumindo seu caráter contraditório, passando a articular-se e apoiar a luta das classes subalternas, organizadas nos movimentos sociais populares. Passou a definir sua atuação como processo de trabalho, intervindo junto as diferentes expressões da questão social que se apresentam, dentre elas, as quais enfatizam, as mais diferentes formas de violência vivenciadas por estas mulheres.

Santana (2000) destaca que contemporaneamente emergem novas demandas para o exercício profissional dos Assistentes Sociais. Entende que o processo de trabalho se renova, se altera, tudo vinculado às transformações em curso no processo capitalista brasileiro, articuladas às demandas internacionalmente. Compreende o autor que as situações macro acabam refletindo no cotidiano das famílias, principalmente nas situações de violência que as mulheres estão submetidas.

Entende-se que os profissionais de Serviço Social, além de atuarem na implementação de políticas públicas e de benefícios sociais, interagem cotidianamente com os sujeitos em seu cotidiano permeado pelas diferentes expressões da questão social. O processo de trabalho dos Assistentes Sociais entrevistados junto das mulheres em situação de violência doméstica ocorre em diferentes espaços ocupacionais do profissional, desde os Centros de atendimento em serviços específicos a esta problemática, assim como em Instituições que, ao diagnosticarem tais situações, realizam o processo de acolhida, e tratam de articular junto da rede de serviços local oferecida.

Para trabalhar no fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica, torna-se preciso, além do conhecimento teórico, o saber profissional, o instrumental, ambos voltados à construção dessas novas estratégias de poder que possibilitem o enfrentamento concreto dos abusos e agressões que estas usuárias sofrem cotidianamente. Para que os profissionais do Serviço Social realizem seu processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica, torna-se necessário o conhecimento do cotidiano, assim como institucional, tendo como referência os princípios ético-políticos da profissão, sendo necessário identificar e desvelar, na realidade, a questão da violência e suas múltiplas manifestações no dia a dia de cada usuária.

Quando a mulher procura ajuda, ela está dando o primeiro passo para a recuperação dos patrimônios fragilizados em sua trajetória. A procura por ajuda é fundamental, pois, para a maioria, é muito difícil sair sozinha de uma condição tão complexa como é a situação da violência doméstica. Esta mulher precisa, principalmente, de alguém que a escute de forma verdadeira e sem julgamentos. É de suma importância que o profissional seja sabedor da função de aliados da usuária em vez de, como coloca Faleiros, *um gerenciador de recursos da*

instituição em função dos critérios, normas e itinerários por ela estabelecidos. (FALEIROS, 2001, p.78)

Contribui Yamamoto (2005) que a realidade está em processo contínuo de transformação e para se pensar no seu deciframento, os Assistentes Sociais devem *“construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”* (p. 20).

Quando questionados quanto ao entendimento do processo de trabalho do Assistente Social, foi possível constatar que esta compreensão faz parte do entendimento de cada profissional, e que muitos se embasam nesta perspectiva para a operacionalização do seu agir. Dentre as respostas obtidas, destacaram-se:

“Entendo o processo de trabalho do Assistente Social da seguinte forma: – Objeto - a demanda que chega quanto expressões da questão social que impacta/repercute na vida da pessoa e a partir dos instrumentos - (dimensões técnica-operativa-metodológica) e da sua prática (entrevista/grupo/visita domiciliar/planejamento) busca como resultado garantia do acesso de direitos e de políticas públicas que dêem conta da demanda do(a) usuário(a).” (AS 05 – SL)

“Por processo de trabalho do Assistente social, entendo todo o dinamismo profissional, este pode ser uma entrevista, visitas domiciliares, um momento de escuta, saber ouvir, a sensibilidade de intervir com discrição, ser ético, o Assistente é um mediador e por isto se detém de vários instrumentos de trabalho”. (AS 12 – NH)

Todos os entrevistados ressaltaram a importância de se ampliar os conhecimentos pertinentes ao processo de trabalho do Assistente Social, tendo em vista os diferentes espaços, públicos ou privados, em que este profissional atua. Além disso, o enfrentamento às diferentes expressões da questão social exige diferenciadas estratégias de ação, partindo do reconhecimento da realidade contraditória e cada vez mais excludente.

O processo de trabalho, segundo os entrevistados, se inicia a partir do momento em que se contextualiza a demanda emergente, a partir da situação apresentada pelo usuário. A partir daí, relaciona-se com o macro, e posteriormente retorna ao usuário, e junto deste, elaboram-se estratégias de intervenção que visem o seu fortalecimento, considerando todas as contradições existentes no contexto capitalista. Quando o Assistente Social intervém em uma dada realidade, que tem uma determinada demanda, aqui destacando a violência doméstica contra a mulher, ele deve, através do processo de trabalho, intervir naquela parte do real, do total, sem perder o foco de fazer o movimento de visualizar naquela particularidade a totalidade. A seguinte fala expressa esta contextualização:

“Muitas das vezes as mulheres vem em busca de algum recurso, pedindo inclusão em algum programa sócio-assistencial. Procuramos oferecer um espaço de confiança, constituindo-se desta forma um vínculo inicial”. (AS 12 – NH)

“Uma acolhida com respeito, uma escuta que possibilite compreender exatamente o que o sujeito veio buscar, e ai sim junto com o sujeito questionar e levantar hipótese de atingir o que este esta buscando.Fazemos com cada usuária, um exercício de relacionar a sua situação com todo o contexto social na qual está inserida.” (AS 16-NH)

Os entrevistados consideram que a violência está imbricada a todo o contexto social que se apresenta. Compreende-se, portanto, que, assim como a violência contra a mulher, não existe um fenômeno social que não tenha um caráter de totalidade, ou seja, que não implique relações com outros sistemas mais ou menos complexos, mas nunca simples. Deste modo, o profissional não pode se ater somente a aspectos pontuais de uma intervenção, mas sim, deve realizá-lo de modo articulado, tendo consciência que sua ação interventiva está inclusa na totalidade social.

Segundo os profissionais entrevistados, logo do inicio dos atendimentos, as usuárias apresentam um alto grau de ansiedade devido ao ciclo de violência

no qual está inserida, perdendo sua identidade ao ter sua rede social fragilizada, afastada do convívio familiar e social. O preconceito quanto a violência doméstica surge na fala dos familiares, amigos das mulheres, de forma bastante difusa comprovando que também no contexto familiar é bastante complexo tratar desta questão. Observa-se que existe o distanciamento, o abandono, a rejeição. Situações justificadas em razão da mulher permanecer vinculada ao ciclo da violência doméstica.

Quanto perguntados sobre o cotidiano profissional junto das mulheres em situação de violência doméstica, a grande maioria dos entrevistados citou os seguintes serviços realizados:

- coleta de informações sobre a situação sócio-econômica de cada usuária atendida;
- liberação de determinados recursos e serviços;
- divulga e esclarece as mulheres sobre as normas institucionais e sobre os serviços oferecidos pela Instituição, assim como a rede de atendimento local que pode auxiliá-la no tratamento às situações de violência vivenciada.

Constata-se na fala de alguns profissionais, que sistematicamente tem havido um esforço considerável no sentido de mudar uma prática historicamente marcada pela burocratização e restrita aos contornos legais da instituição.

“Tem havido uma preocupação de elaborar um plano de ação profissional que leve em consideração a conjuntura do país e da instituição, bem como as novas leis que pontuam a atuação do Serviço Social junto das mulheres em situação de violência doméstica.” (AS 10 – NH)

Os profissionais procuram dar mais visibilidade às ações do Serviço Social no interior da Instituição e buscam fortalecer as articulações com organizações da sociedade civil. A socialização das informações colabora para o aumento do nível de esclarecimento das mulheres em situação de violência doméstica, o que se torna um meio de incentivá-las a buscar seus direitos.

É consenso que no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, o processo de trabalho ultrapassa o nível das providências

administrativas e exige uma intervenção de natureza mais subjetiva, junto a cada usuária. Nesses casos, verificou-se que os profissionais procuram uma abordagem pautada no apoio psicossocial, havendo uma tendência de aliar instrumentos terapêuticos, que proporcionam conforto emocional, com o desenvolvimento de reflexões, que procuram situar as mulheres em situação de violência doméstica dentro de seu universo sócio-econômico, inclusive com ênfase nas determinações sociais da situação vivenciada.

Constata-se nas falas das Assistentes Sociais que existiria certas qualidades, como “saber ouvir”, “empatia”, “clareza na linguagem”, como sendo imprescindíveis ao exercício profissional, posto que a perspectiva de atuação exige, principalmente no trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica, o contato com as pessoas, o estabelecimento de vínculos, o conviver nas múltiplas dimensões que definem os sujeitos sociais.

Durante os atendimentos, conforme coloca Faleiros (2001), o Assistente Social deve ter a capacidade de ouvir com atenção, paciência e respeito a problemática de cada uma das mulheres, valorizando suas potencialidades na situação de inferioridade que se encontra na relação com o agressor. Um dos pontos principais que se deve preservar é a capacidade para escutar a linguagem verbal e não-verbal da usuária e a sua interação, quando estiver acompanhada. Conforme destaca Benjamin (1996), a escuta também pode ser definida como “*o espaço em que o profissional e a usuária concedem para poder construir uma interação adequada e recíproca*”.

Diz Rezende, “ouvimos com nossos ouvidos, mas escutamos também com nossos olhos, coração, mente e vísceras.” Seguindo este preceito, o objetivo do Assistente Social na interação com as usuárias é o de ouvir com compreensão. Na medida que se aprende a escutar com compreensão os outros, mais se aprende a escutar com compreensão a si próprio. Dessa forma, complementa Benjamin (1996, p.54) “*poderemos ouvir o entrevistado e nós mesmos simultaneamente, sem nos colocarmos no caminho do outro.*” E complementa:

- não estejamos preocupados;
- devemos escutar o modo como as coisas estão sendo ditas, o tom usado, as expressões, os gestos empregados;

- tenhamos esforço de perceber o que não está sendo dito, o que apenas é sugerido, o que está oculto, o que está abaixo ou acima da superfície;

Através de uma escuta ativa, na qual se oferece compreensão e participação, o profissional estará direcionando o atendimento em caminhos que apoiem plenamente, manifestando a própria presença real e emotiva. Turck ressalta:

O Assistente Social tem que desenvolver, junto à escuta sensível, o processo de Observação. Necessita estar atento à linguagem que emana do silêncio, através da compreensão de que as relações vão-se constituindo no espaço afetivo e vão sendo contextualizada na conduta afetiva do indivíduo-sujeito, de se colocar no lugar do outro, de ampliar a capacidade de acolhimento de compartilhamento e de solidariedade. (TURCK, 2003, p.16)

Os relatos dos profissionais que atuam diretamente com a demanda da violência doméstica contra a mulher comprovam que uma escuta atenta é fundamental, pois induz á corretas atribuições de significados, criando condições para que sejam formadas concepções de mundo, de identidade completas da usuária, conhecendo as suas potencialidades. A fala abaixo demonstra isso:

“a escuta é fundamental em nosso processo de trabalho. Tanto nos atendimentos individuais assim como nos em grupo. É através do ouvir, do falar, da comunicação, que estabelece-se o vínculo com as usuárias. E é a partir desta confiança que ela se sentirá segura em relatar as situações de violência, de se libertar da situação que se encontra!” (AS 04 –SL)

O relato anterior destaca a questão da empatia entre profissional e usuária. Segundo Benjamin, *“empatia significa você sentir-se por dentro, participar do mundo interior da outra pessoa, embora permanecendo você mesmo”* (1996, p.19). Conforme o autor, ao ser empático, o profissional estará:

- explorando com a usuária o mundo interno de pensamentos e sentimentos desta, visando aproximá-la mais de seu próprio mundo.
- Possibilitando uma preocupação com o eu da usuária;

- compreendendo a usuária, mas somente quando retorna a si mesma, ao seu próprio espaço vital.
- envolvendo dois “eus” separados distintamente. A identificação resultará em um.

Ao ser empático, se estará favorecendo o estabelecimento da relação e incrementando a exploração por parte da usuária. Assim estas darão informações em função de como são escutadas, tanto que a direção de um atendimento pode ser profundamente diferente de acordo com o modo que se seleciona, percebe, compreende, vive-se esta experiência inter-relacional. O relato abaixo demonstra a importância atribuída a questão da empatia durante a realização dos atendimentos:

“Trago comigo que para se estabelecer um canal comunicativo com a usuária, permitindo que se desvele as situações de violência que esta sofre, na grande maioria das vezes, por anos, é fundamental que se crie a empatia com ela. É um processo complexo que envolve muitos fatores, desde que a usuária se sinta acolhida/segura nos atendimentos, até a capacidade do profissional em objetivar a subjetividade do outro. E são somente nestes atendimentos que tenho tido continuidade, contando com a busca da mulher em melhores condições de vida. Por mais que o agressor tente persuadi-la, ela já compreende que os serviços oferecidos estão ali para contribuir a uma nova perspectiva de vida, novos caminhos que podem contribuir com seu fortalecimento.” (AS 08 – NH)

No relato acima, o profissional demonstra que o processo de empatia foi fundamental para que a usuária transmitisse á cada atendimento, com clareza, toda a situação de fragilidade que se encontrava.

Dizem os entrevistados, que durante os atendimentos, primeiramente, procuram ser ouvintes da situação das usuárias que chegam, não exercendo qualquer juízo de valor, compreendendo sim toda a cotidianidade na qual ela estava submetida. Através de uma comunicação clara, procuram sempre propiciar

um ambiente calmo e sem pressões para que a mulher sinta-se livre para expressar seus sentimentos.

Conforme destaca Freire (1972) *“por meio das palavras que transmitem não só conhecimento, mas que também tocam sentimentos, as pessoas podem se encontrar na linguagem.”* (p.54) Para despertar na usuária a sensação de estar sendo compreendida, é útil o uso da linguagem simples, demonstrando que não somente se quer compreendê-la, mas também que a usuária compreenda aquilo que se quer comunicar. Porém, como já colocado, empatia não quer dizer confundir-se ao outro, os limites devem estar sempre presentes para manter aquela separação emotiva útil para a reflexão sobre a o processo interventivo.

Quando questionados da forma que desenvolviam sua atuação, assim descreveram:

“Acolhimento; Escuta sensível; Fortalecimento enquanto sujeito social; Atendimento sistemático (organização em conjunto do plano de atendimento); Explicação da rede de proteção social e direitos”. (AS 07 – SL)

A questão dos direitos foi sempre referenciada na fala dos profissionais. Segundo estes, no exercício profissional, deve-se negar todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Deve-se almejar uma condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmar o compromisso com a cidadania de cada uma das usuárias, conforme sugere Iamamoto (2005), exige a defesa dos direitos sociais delas, tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva. Propondo a este objetivo, tem-se o seguinte relato:

“No primeiro momento (encontro), acolho e proporciono um espaço onde esta se sinta livre de culpas ou valores de juízo para se expressar. Após a escuta sensível procuro identificar através de sua fala o que ela quer, porque veio até a Ong. Após estas respostas faço um momento de reflexão a fim de que ela consiga se escutar e

ter clareza de seus desejos. Acho primordial com que se esclareça os seus direitos! Se esta mostrar força para denunciar e romper a situação de agressão, adentro deste contexto passarei os meios desta situação ser efetivada. Se observar que esta não esta pronta para esta etapa de denúncia não assustarei nem a julgarei, irei intervir dentro da possibilidade permitidas, com objetivo de construir vínculos de confiança e fortalecimento para que esta faça o rompimento do ciclo. Outra possibilidade, é se houver risco de vida, afastá-la da residência mobilizando familiares e as autoridades respectivas. Após os primeiros contatos, esta mulher é convidada a participar de um grupo de apoio a fim de se fortalecer compartilhando vivências e projetando possibilidades, sempre trabalhando sua cidadania.” (AS 09 – NH)

Compreende-se que colocar os direitos sociais da mulher como foco do trabalho profissional junto desta demanda, é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa, segundo lamamoto (2005), “*é uma das frentes de luta que move os Assistentes Sociais nas micro-ações cotidianas que compõem o seu trabalho*” (p.64).

Conforme destaca Faleiros (2001), durante o processo de trabalho, o Assistente Social poderá se reproduzir como mero agente burocrático na era dos serviços, como também poderá ampliar alternativas de ação para a defesa da cidadania destas mulheres tão fragilizadas. Cabe ao profissional, garantir espaços de parceria no que tange aos cuidados, entre a instituição que atua e esta usuária que chega até o atendimento, como assinala o autor:

[...] fomentando tal discussão no interior destas, desconstruindo cotidianamente conceitos e reconstruindo os princípios do direito social e da democratização dos serviços prestados. É fundamental ainda que se possibilite espaços internos (reflexivos, terapêuticos, de participação efetiva, etc...) onde se exercite um canal de comunicação com o usuário, que chegam até o serviço fragilizadas. (2001, p.90)

Assim como se trabalha a questão dos direitos, observa-se nas entrevistas a importância atribuída ao respeito que é estabelecido junto da usuária. Rezende destaca que a postura de respeito nasce:

...do saber que valoriza a dignidade e a unidade de cada ser humano e é demonstrada sobretudo pelo comportamento que se tem nos seus confrontos, assim como nos próprios. Não se pode transmitir respeito por meio das ações se este não nasce da genuína sensibilidade e da consciência do valor humano. Respeito ocorre quando se presta atenção à pessoa, obtendo colaboração e estímulo.(REZENDE, 1998, p.64)

Intervir com eficácia junto de cada usuária, manifesta-se principalmente pelo respeito que o profissional terá pela mulher, assim como, pela situação fragilizada que esta apresenta. Conforme destacam os entrevistados, torna-se muito importante que durante o exercício profissional, sejam evitados comportamentos que possam indicar controle ou manipulação, os quais prejudicam a relação de confiança entre profissional e a usuária. Tomando como base os ensinamentos de Rezende:

...como profissionais, percebemos haver entrado em contato com as necessidades e os problemas do outro quando conseguimos entrar na junção entre aquilo que as pessoas normalmente diriam e não diriam a qualquer um.(1998, p.74)

A partir do momento que se trata a usuária com o devido respeito, se terá maior eficácia nos atendimentos, quando se busca enfatizar a reconquista da auto-estima, de dignidade e a possibilidade de novas opções de vida desta. Através deste processo de fortalecimento, de conscientização da mulher, a mesma não se submeterá tão facilmente a maus-tratos nem suportará um relacionamento abusivo. É fundamental a afirmação da dignidade da mulher.

Nos dizeres das mulheres entrevistadas, nota-se uma grande importância atribuída ao trabalho realizado pelo Serviço Social. A seguinte fala de uma das mulheres em situação de violência doméstica sintetiza bem esta percepção:

“Me sinto muito bem sendo atendida aqui. Somos como uma família. Posso me abrir, contar tudo e temos apoio entre nós. A Assistente Social sempre ajuda em tudo o que precisamos. Ela até mostra formas diferente de pensar a situação. Jamais tinha tido um apoio assim. Nunca tinha falado as violências que eu sofria”. (M. 07 – 49 anos)

Observa-se na fala das mulheres que o trabalho realizado é visto com respeito e comprometimento. Durante todo o processo de trabalho desenvolvido, é propiciado este sentido de compreensão da situação, onde busca-se fortalecer a mulher, para que essa decida, ou não, de que decisões tomar em sua trajetória vivenciada. O profissional, nesta situação, exerce um papel de suporte, de apoio, diferente de meros conselhos e repasse de recursos, considerados ultrapassados para o contemporâneo exercício profissional.

“Me sinto acolhida e sempre tenho as informações que desejo. E graças a estas informações que consegui sair da situação de violência que eu sofria. Hoje estou separada, e continuo vindo aqui. Me sinto bem. Me sinto “aliviada”. (M. 06 – 44 anos)

Compreende-se que o Assistente Social operacionaliza seu processo de trabalho comprometido com os interesses coletivos da sociedade e na perspectiva da transformação social. Para isto, pauta-se no Código de Ética profissional, assim como, com os princípios e diretrizes que norteiam a intervenção profissional, tanto a nível de formação acadêmica como do projeto coletivo da categoria, delineado por suas entidades representativas em todas as instâncias.

Conforme ressalta Faleiros (2001), durante o processo de trabalho, o Assistente Social poderá se reproduzir como mero agente burocrático na era dos serviços, como também poderá ampliar alternativas de ação para a defesa da cidadania destas mulheres tão fragilizadas que chegam até os serviço oferecidos. Cabe a cada profissional, garantir espaços de parceria no que tange aos cuidados, entre a instituição em que atua e esta usuária que chega até o atendimento, como destaca o autor:

... fomentando tal discussão no interior destas, desconstruindo cotidianamente conceitos e reconstruindo os princípios do direito social e da democratização dos serviços prestados. É fundamental ainda que se possibilite espaços internos (reflexivos, terapêuticos, de participação efetiva, etc...) onde se exercite um canal de comunicação com o usuário, que chegam até o serviço fragilizadas. (FALEIROS, 2001, p.90)

É no momento em que os sujeitos se fragilizam, perdem poder e patrimônio que buscam o Serviço Social. Segundo Faleiros (2001), *“temos aí justamente a nossa especificidade nessa relação de descapitalização e de fragilização/fortalecimento”*. (p.90).

Em relação aos atendimentos as mulheres em situação de violência doméstica, constataram-se que os profissionais os realizam de forma individual, através de entrevistas; atividades grupais com as mulheres; assim como encontros coletivos, abertos a comunidade, potencializados, segundo a grande maioria, por um conjunto de instrumentos e técnicas que possibilitam a operacionalização do processo de trabalho.

- Atendimentos individuais.

Todos os entrevistados reportaram ao atendimento individual como uma das formas de operacionalizar o processo de trabalho junto da mulher em situação de violência. A grande maioria referiu que é dessa forma que se inicia o seu agir, junto da demanda. É realizado então um acompanhamento sistematizado, e havendo a necessidade, a articulação com a rede de serviços de proteção a mulher, assim como o convite para que a mulher participe dos grupos que são oferecidos semanalmente. O Plantão Social foi destacado como uma das formas principais que os profissionais entram em contato com as vítimas:

“Utilizo-me da entrevista individual, no Plantão Social, principalmente num primeiro atendimento, onde é feito o levantamento de informações sobre a usuária, e na orientação sobre as normas e condutas institucionais.” (AS 08- SL)

O que é aparentemente uma coleta de dados que ocorrem nos primeiros atendimentos, segundo os Assistentes Sociais, se torna um meio apto a introduzir informações na estrutura perceptual da usuária, já codificada segundo uma série de valores atribuídos aos elementos nela contidos e interligados por uma rede relacional. A *“união é um meio de junção e um instrumento de mudança.”* (Becker, 2001) Através da construção do processo de trabalho junto às usuárias, torna-se possível que elas consigam dar um salto qualitativo e se rompa, conforme coloca Walker (1981), com: *“os argumentos emocionais, culturais e religiosos que afirmam a permanência e subjugação, a manutenção das aparências, a resignação à violência.”*(p.25)

Por meio do desenvolvimento de vínculo nos atendimentos individuais entre o profissional e a mulher, o Assistente Social passa a ser referência para a usuária, construindo junto dela, estratégias viáveis de superação da situação que se encontra. Essa vinculação vai propiciar com que a usuária obtenha no profissional uma confiança e que possibilite desvelar segredos, que tornam-se fundamentais para o processo de fortalecimento das mesmas. Ressaltou-se também que nos atendimentos individuais continuados, além do trabalho do Assistente Social, também recebem acompanhamento de psicólogos, enfermeiros e terapeutas ocupacionais.

Considerando que o atendimento individual muitas vezes não contempla o aprofundamento de questões ligadas a violência doméstica, e que a troca de experiências entre as pessoas que vivenciam a mesma realidade possibilita a maior clareza e desmistificação de mitos, os profissionais entrevistados optam também, por trabalhos em grupo para tratar destas questões.

- Atendimentos Grupais.

Em relação ao trabalho em grupos, instrumento muito utilizado pelos profissionais no trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica, salienta-se que todo o ser humano faz parte de grupos ao curso de sua vida, desde o nascimento, passando pelo relacionamento familiar, escolar, em creches, na igreja, na comunidade, dentre outros. Vive em grupos de pertencimento, tais como suas redes primárias e secundárias. Nesse sentido, conforme destaca

Osório (2000), observa-se que o ser humano é um ser gregário, *buscando “constantemente o relacionamento grupal como forma de identidade individual, grupal e coletiva” (p.66).*

Na fala dos profissionais, o trabalho em grupo visa a envolver as mulheres que se reúnem em busca de um objetivo comum, mesmo que a situação de violência, inicialmente não seja expressa, relacionado com seus desejos e necessidades, a fim de exercerem e vivenciarem melhor seu estado de cidadania, sua qualidade de vida. A seguinte fala exemplifica alguns dos temas tratados nos trabalhos em grupos:

“Nos trabalhos em grupo, trabalhamos temas tais como educação em saúde, de modo especial saúde sexual e reprodutiva, assim como noções de auto-cuidado e promoção da autonomia e cidadania da mulher.” (AS 06 -SL)

Conforme desta Monteiro (2002), experiências com grupos mostram que, dessa reunião, desse encontro de idéias, valores e culturas, nasce uma força que deriva da própria emergência de seus potenciais. A fala a seguir exemplifica a metodologia que era utilizada em um dos grupos:

“Geralmente, nas atividades grupais, iniciávamos com alguma atividade reflexiva ou descontraída e posteriormente abordávamos o tema daquele encontro, no final escolhíamos o tema para o encontro seguinte. Os temas discutidos nos encontros foram desde fases da gestação, parto e puerpério, cuidados com recém-nascido (devido à presença de usuárias grávidas), métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras. Na fala das mulheres, em muitas situações, emergiam as questões de violência doméstica. Além dos dias específicos que trabalhamos sobre a temática, procurávamos sempre tratar sobre questões voltadas para esta dificuldade.” (AS 02-SL)

A utilização de dinâmicas reflexiva ou descontraída, segundo os profissionais, facilitava a integração do grupo, fortalecendo o seu vínculo, e possibilitando que desta forma, a confiança se instaurasse entre os participantes. Conforme se observa no relato, na grande maioria das atividades realizadas, o foco eram temáticas diversas, onde a questão da violência acabava emergindo. A partir daí, sempre se reservavam momentos para se tratarem destas questões. Na fala de uma das profissionais, essa era uma forma instigante de tratar da questão, já que:

“Em muitos eventos voltados para especificamente para tratarmos de violência, as mulheres não participavam. Segundo as próprias, haviam vários motivos, desde a proibição do marido/companheiro, assim como o próprio medo que elas mesmas tinham de admitir da violência que sofriam.” (AS 11 – NH)

“Trabalhamos também com grupos. São dois encontros semanais, com diferentes temas, de interesse delas, tais como: grupo de integração; grupo de mães, e o grupo de reflexão. Em todos perpassa a questão da violência e se privilegia a expressão de sentimentos em relação à violência vivida.” (AS 05 – SL)

Tratar de outras questões, para posteriormente aprofundar na temática da violência, era uma forma muito utilizada pelos profissionais. Dessa forma, os grupos serviam de mecanismo de facilitação para a interação dos participantes, despertando sentimentos e instigando os mesmos para a discussão.

- Encontros abertos à comunidade.

A realização de ações educativas, abertas à comunidade, realizadas em média duas vezes ao mês, tratando de questões que envolvem a saúde, assim como a prevenção da violência contra a mulher, também são atividades em grupo empreendidas por esses profissionais, conforme se constata na seguinte fala:

“Como produto de amplas pesquisas e estudos, temos oferecido às pessoas da comunidade, oficinas sobre a prevenção da violência contra a mulher. Trata-se de um trabalho educativo, aqui no Município, onde temos por objetivo, transmitir informações que venham a auxiliar as próprias participantes, assim como vizinhas e amigas que possam já estar, ou venham a vivenciar as situações de violência doméstica contra a mulher.” (AS 11- SL)

“Trabalhamos também em caráter comunitário, com oficinas abertas a todos. Estas ocorrem aos sábados, com temas desde oficina de beleza, relacionamento no trabalho, negociações do cotidiano ou outros temas que as mulheres sugerissem.” (A.S 12- NH)

Destacam os profissionais que o número de participantes destas atividades tem sido até maior do que o esperado. Participam destes momentos não só a mulher, mas também o marido, companheiro. Em algumas situações, no qual se alcançou êxito com a intervenção, o próprio agressor passou a participar de tais oficinas.

Segundo os entrevistados, as palestras têm sido bastante utilizadas para a comunidade, em sua grande maioria, voltada para normas jurídicas quanto a Lei Maria da Penha, assim como esclarecimento das redes de apoio que as mulheres podem acionar. Tais serviços, segundo os profissionais, *servem para impulsionar denúncias, assim como possibilitar com que toda a comunidade tenha noções quanto ao exercício de seus direitos.* (AS 05 – SL). Constata-se que estes espaços têm representado momentos de expressão e exercício para tomada de decisão, promovendo o exercício de auto-gestão, por meio da mobilização de conhecimentos para o alcance de objetivos socialmente significativos, além de criar ambiente de socialização de conhecimentos a partir de vivências do cotidiano.

Fica claro na fala dos entrevistados que o desenvolvimento dos atendimentos individuais, trabalhos em grupo, assim como atividades envolvendo a comunidade complementam-se, visto que a realização de grupos e oficinas trabalham, também, com temas ligados ao cotidiano das mulheres, relações de trabalho, de cidadania, de autonomia, e desejo de romper com relacionamentos

violentos que a grande maioria, direta ou indiretamente, vivenciam. Conforme destaca Bravo (1996), ainda que alguns instrumentos e técnicas constituam o acervo interventivo dos Assistentes Sociais desde os primórdios, eles são acionados como parte dos procedimentos que constituem um processo de intervenção nas relações sociais. Assim, o instrumental coloca-se como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de necessidades reais, permeadas pelas relações sociais. Não se constituindo, portanto, um acervo neutro e meramente técnico, embora assim seja *“apresentado pelo pensamento dominante, racionalista-formal.”* (p.54)

As mudanças contemporâneas na intervenção do Estado nas políticas sociais têm colocado novas requisições que não necessariamente conseguem ser respondidas nos termos teórico-práticos oferecidos pelos antigos ‘modelos’ de “Caso, Grupo e Comunidade”. Assim, conforme se constata nas entrevistas, os procedimentos desenvolvidos no processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica, permanecem com características relativas ao individual, ao grupal e ao coletivo, mas são viabilizados sob diferentes pressupostos teórico-metodológicos. Por isso, os instrumentos podem até ser os mesmos utilizados quando os profissionais atuavam na perspectiva do Caso, Grupo e Comunidade, mas o contexto em que o exercício profissional se desenvolve é outro e os efeitos da utilização do instrumental se concretizam numa direção social diferenciada.

Ao se debater a violência doméstica no contexto do Serviço Social, tem-se claro que este torna-se um campo de suma importância para o agir profissional. Os profissionais entrevistados relatam que, a partir dos atendimentos, buscam mudar o comportamento, o meio, a motivação da usuária, e a principal estratégia para isto é leva-la a adotar uma mudança ou inovação através de um processo de autonomia, estímulos, informação, que possam parecer mais vantajosos ou ser aceitos como vantajosos. Conforme descreve o Faleiros (2001), não é apenas linguagem o instrumento de ação do Assistente Social, mas o trabalho complexo de relacionar, correlacionar, propor, acompanhar, avaliar e se implicar em trajetórias e estratégias visando o empoderamento desta usuária. Quando questionados referente aos instrumentos utilizados durante o processo de trabalho, os Assistentes Sociais destacaram:

Entrevistas, Visitas Domiciliares, trabalhos em grupo, atendimento individual, elaboração de projetos sociais, articulação das redes, organização de palestra na instituição para as famílias. (AS 01 – SL)

Os instrumentos que eu utilizo são a entrevista, a documentação e as visitas domiciliares. Temos a função de sermos educadores sociais, junto destas usuárias. Muitas encontram-se em situação completamente fragilizadas, e carecem de motivação, de esclarecimentos quanto a direitos, de recomendações para o seu cotidiano. Não aconselhamos, mais sim mostramos que existem muitos outros caminhos além do que aqueles geralmente adotado pelas usuárias. (AS 03 – SL)

Conforme a fala acima, constata-se que na grande maioria dos profissionais entrevistados, existe a compreensão de que o Assistente Social deva exercer o papel de um “educador social”, isto é, interferir nos comportamentos, atitudes e visão de mundo das mulheres em situação de violência doméstica. Podem-se verificar essas características nas atribuições relatadas pelos profissionais, que constituiria em: informar; esclarecer; recomendar mudanças de atitudes; promover a conscientização sobre questões de violência doméstica, assim como os problemas sociais; sobre a necessidade das usuárias assumirem determinadas posturas diante das situações de violência. Conseqüentemente, os instrumentos e técnicas relatadas pelos profissionais colaboram para uma atuação voltada à promoção de atitudes e comportamentos das mulheres em situação de violência doméstica.

Além da perspectiva do educador social, Iamamoto (2005) ressalta que o Assistente Social ao realizar suas ações profissionais, exerce a função de um “educador político”, comprometido com a política democrática, envolvido com a política dos donos do poder. Nos dizeres da autora, será neste campo atravessado por “feixes de tensões que se trabalha e nele que serão abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional”. (IAMAMOTO, 2005, p.79)

Iamamoto (2005) também explica que a noção restrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o *conhecimento como um meio de trabalho*, sem o qual, o profissional não conseguirá efetuar sua atividade ou trabalho. As bases *teórico-metodológicas*, explica a autora, são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento

não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. (2005, p.62-63).

Nessa perspectiva, segundo a autora, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. Segundo a fala dos entrevistados, os Assistentes Sociais em seu cotidiano profissional situam-se em posição estratégica para diagnosticar os riscos e possíveis situações de violência doméstica, uma vez que as mulheres, muitas vezes, procuram serviço de assistência em consequência de carências materiais, assim como danos físicos ou emocionais. No entanto, em muitas situações, o problema da violência fica oculto, e o tratamento se encaminha para outras consequências destas, voltadas para privações físicas, emocionais e fragilização das redes de pertencimento. A seguinte fala descreve:

“Inseridas em trabalho junto da comunidade, principalmente aqui no CRAS, é comum atendermos uma grande demanda de mulheres em situação de violência doméstica. Como o serviço é voltado ao atendimento de várias demandas, muitas vezes as mulheres não relatam que sofrem tais situações. Para sermos eficazes no atendimento, compete sabermos diagnosticar possíveis situações, para que dessa forma possamos intervir da maneira apropriada.” (AS 03 – SL)

Conforme relata a profissional, sem conhecer mais da história de vida desta usuária, os atendimentos podem até ajudar, embora as situações de violência, permaneçam numa constante. Souza (2002) explica que a reprodução dos atendimentos no quais os profissionais dispensam à mulher, sem dar-se conta da situação de violência que a mesma está envolvida, decorre da falta de capacitação e sensibilização durante a formação profissional e nos serviços que por sua vez, fecham os olhos a esse problema que tem se proliferado cotidianamente.

O Serviço Social, por muitas vezes, representam a única chance que tem a mulher para romper o ciclo de violência no qual está inserida. Cabe ao profissional desvelar esta situação, ter a capacidade de diagnosticá-la, assim como elaborar estratégias metodológicas que trabalhem no fortalecimento desta usuária. Diagnosticar tais situações requer conhecimento e o desenvolvimento da escuta qualificada e de olhar treinado para identificar os possíveis casos de violência doméstica.

50% dos Assistentes Sociais responderam que diagnosticam as situações de violência a partir de relatos da própria mulher, sendo que na maioria das vezes, essas falas acompanhavam alguma queixa de danos físicos ou emocionais, demonstrando a estreita ligação entre violência e saúde da mulher. A seguinte fala descreve esta percepção:

“é comum ouvirmos queixas quanto a vida sexual, lesões corporais, justificadas por outras formas, que não seja a violência, além de problemas psicológicos constantes. Com o transcorrer dos atendimentos vamos percebendo que estes são pontos sempre presente naquelas mulheres que posteriormente venham a contar sobre situações de violência doméstica.” (AS 05 – SL)

Dessa forma, observa-se que carece aos profissionais, um olhar qualificado, no sentido de observar as usuárias além de suas queixas; poder-se-ia comparar tal situação à ponta do *iceberg*, enquanto a problemática da violência seria a parte encoberta pela água, a qual necessita de aproximação ou de um olhar atento a tais situações. Portanto, faz-se necessário capacitação e sensibilização dos Assistentes Sociais para esta temática, bem como Políticas

Públicas que responsabilizem e ofereçam condições para que os serviços possam identificar, acolher e tratar as mulheres em situação de violência.

Sugere Iamamoto (2005, p.52), que o profissional deva pesquisar e conhecer a realidade que intervém. Torna-se imprescindível, segundo a autora, decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese, e suas novas características que assumem na contemporaneidade, atribuindo transparência a iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato. Portanto, conhecer todas as especificidades que envolvem estas violências, constituem no conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora. Conforme explica a autora,

dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas. (IAMAMOTO, 2005, p.28)

Os instrumentos de trabalho deixam de ser um mero conjunto de técnicas se ampliando para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o qual, o trabalhador especializado não conseguirá efetuar sua atividade ou trabalho. O conhecimento, portanto, explica Iamamoto (2005), passa a ser um pressuposto essencial na prática profissional, contribuindo para clarificar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Através do conhecimento, é então permitido ao profissional decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Segundo a autora:

O conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 2005, p.62-63)

Fontes (2004) também se refere a capacitação continuada dos profissionais como maneira de se otimizar os resultados no processo de trabalho realizado junto das mulheres em situação de violência doméstica. Na visão do autor, as situações são as mais diversas, e somente através do contínuo

aprendizado é que o profissional terá instrumentos para intervir junto desta realidade. 62% dos Assistentes Sociais disseram ter feito algum curso de pós-graduação. Destes, 63% realizaram em nível de pós-graduação Mestrado/Doutorado, e os demais, cursos de especialização em diferentes áreas.

Quando questionados sobre cursos na área da violência doméstica, 56% disseram se capacitar frequentemente. 23% disseram esporadicamente, e o restante, 21% disseram que não realizam qualquer curso ou capacitação na área. Das falas obtidas, dimensionaram-se os seguintes dados:

Capacitações na área da violência doméstica contra a mulher	
Cursos de mestrado/doutorado	08
Cursos de especialização	07
Cursos de Extensão	12
Palestras	14
Eventos voltados para a violência doméstica (grupos de estudo, de discussão)	04
Leituras de livros/revistas referente a temática	14

Quadro 5: Capacitações na área da violência contra a mulher

As leituras, assim como palestras relacionadas a temática da violência contra a mulher são as capacitações mais utilizadas pelos Assistentes Sociais. Das falas mais significativas, destacam-se:

Através de leituras, participação em seminários, eventos, palestras e através da própria prática profissional. (AS 13 – NH)

Leituras e eventos como o Seminário de Capacitação e Sensibilização da Rede de Apoio às Mulheres em Situação de Violência promovido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em 26, 27 e 28/04/2006 na FIERGS. (AS 14 – NH)

Ao destacarem a questão das leituras, perguntou-se aos Assistentes Sociais se estes utilizavam de referenciais teóricos para embasar o exercício profissional. A grande maioria respondeu utilizar-se de autores do Serviço Social, assim como de áreas afins de conhecimento, o que possibilita com que se tenha uma melhor compreensão da questão da violência contra a mulher, assim como de estratégias para realizar as intervenções. Destacam-se os seguintes autores, como os mais lembrados, que mais surgiram nas falas:

“Faleiros, Paulo Freire, Yolanda guerra, Benjamin, Edgar Morin, Alice Fernandes, lamamoto, Wigoski.” (AS 01 – SL)

“Foucault, Habermans, Capra, lamamoto.” (AS 08 – SL)

“Télia Negrão, Susana Braun (Delegada DECA), Jussara Prá (Cientista Política), Sônia Rovinski (Psicóloga e Pesquisadora) e Patrícia Grossi (pesquisadora)” (AS 16 – NH)

Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras. São diferentes as correntes teórico-metodológicas que norteiam o conhecimento para o exercício profissional. Todas elas fundamentadas na busca do fortalecimento do sujeito, de lhe proporcionar formas e maneiras de se superar as situações de vulnerabilidade social que são vivenciadas.

Ressalta-se que 75% dos entrevistados, fizeram referências à importância da pesquisa para a eficácia do exercício profissional, conforme se destaca na seguinte fala:

“Considero a pesquisa como importante instrumento para que se desvele as situações de violência contra a mulher. Destaco os Núcleos de Pesquisa que trabalham nesta perspectiva, que trazem números, dados, e contribuem para que o silêncio das usuárias seja rompido, definitivamente!” (AS 06 – SL)

Segundo a fala da Assistente Social, a pesquisa torna-se significativa para que se possam mensurar as diferentes situações de violência, nas quais as mulheres ficam submetidas, assim como, ter o aprofundamento teórico metodológico, da mesma forma que uma renovada compreensão da totalidade social. Iamamoto (1995, p.05), assim complementa:

A aproximação do Serviço Social ao movimento da realidade concreta, às várias expressões da questão social captadas em sua gênese e manifestação é fundamental. A pesquisa concreta de situações concretas é condição para se atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa e da profissão, resguardados, os seus componentes ético – políticos.

Assim como a pesquisa, os profissionais lembraram de diferentes áreas de estudo que contribuem para a eficácia do processo de trabalho. Das áreas de estudo mais lembradas, e que contribuem para a operacionalização dos serviços, são a psicologia, a filosofia e a sociologia. Além dos conhecimentos oriundos do próprio Serviço Social, foram estas as mais lembradas, quando questionadas sobre a utilização de referenciais de outras áreas. Embasados nesta compreensão destaca-se a seguinte fala:

“O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, que utiliza um instrumental científico multidisciplinar para análise e intervenção em situações da realidade do sujeito em que estão presentes as diversas expressões da questão social – matéria prima de seu trabalho”. (AS 09 - NH)

Constata-se neste relato a descrição do trabalho interdisciplinar realizado pelos profissionais como estratégia de atuação junto das mulheres em situação de violência doméstica. Observou-se nas entrevistas que a troca entre as áreas torna-se relevante para o resultado das intervenções realizadas, conforme se destacam as seguintes falas:

“Não somos detentores de todo saber, por isso torna-se necessário circular por diferentes áreas: filosofia, sociologia, psicologia, medicina, entre outras. Considero importante o trabalho interdisciplinar. A proposta dos CRAS tem possibilitado a eficácia destes atendimentos. A psicologia tem contribuído e muito para que compreendemos de forma mais ampla a questão da violência que sofre a mulher.” (AS 04 – SL)

“Nosso grupo é constituído por profissionais de diferentes áreas, além de nós, Assistentes Sociais: Enfermagem, Psicologia e Pedagogia. Temos reuniões semanais onde os assuntos são tratados, assim como planejados continuamente, principalmente no atendimento as mulheres em situação de violência doméstica. É mesmo gratificante se observar os resultados obtidos, através das diferentes trocas de saberes entre as áreas.” (AS 11 – NH)

Todos os Assistentes Sociais entrevistados referiram à importância de se contar com outros saberes, que, segundo estes, certamente contribuem para que muitos dos resultados almejados, sejam alcançados no agir profissional. Na sua grande maioria, o trabalho de acompanhamento é realizado por diferentes profissionais, com destaque para Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e Educadores. Faz-se, após o acolhimento e detecção do caso de violência, um plano de atendimento em parceria com o serviço de atendimento especializado a mulheres vítimas de violência e, ainda se inclui o conselho tutelar quando há crianças ou adolescentes na família. No acompanhamento há a escuta, orientação, encaminhamentos e inclusões em projetos sociais.

63% dos profissionais entrevistados disseram se ressentir de um referencial teórico-técnico que facilitasse esse estreito contato individual mantido com as usuárias, em condições emocionais bastante peculiares. As atividades ligadas ao aconselhamento individual, o apoio dispensado aos familiares e amigos – individual ou em grupo – exigem um preparo psicossocial que nem sempre o Assistente Social demonstra possuir.

Segundo a fala dos Assistentes Sociais, o embasamento teórico possibilita com que se ampliem as diferentes percepções quanto à violência

doméstica contra a mulher. Permite também que se tenha ciência de estudos, dados, das mais diferentes situações e quais estratégias foram utilizadas para a sua superação, contribuindo assim para que se obtenham os resultados almejados nos exercício profissional.

A questão das redes sociais perpassa em todas as falas dos profissionais, como instrumento fundamental para que se obtenha os resultados almejados durante a intervenção. As redes de serviço têm sido pioneiras na criação e manutenção de relações entre Instituições que operam nos níveis local, regional, nacional e internacional, que surgem como uma organização estratégica e política para estimular as iniciativas de compartilhamento de idéias, de intercâmbio de experiências e de articulações políticas para a implementação de ações conjuntas.

Whitaker (1993) afirma que a organização de qualquer estrutura grupal, por meio de pessoas/Instituições articuladas em redes, torna-se um importante instrumento metodológico, capaz de organizar pessoas e instituições a partir de um objetivo comum. Diz ainda que os elos representam a troca de informações e a comunicação entre os atores sociais que formam um grupo, conjunto de pessoas e organizações conectadas pela intencionalidade de planejar ações conjuntas para o atendimento às necessidades de uma localidade. Nos dizeres do autor,

[...] os nós representam o momento da composição, do comprometimento em torno da causa comum, que formam subgrupo(s) condensados em propostas para a implementação de ações planejadas.
(p.55)

Duarte (2000) explica que as ações estratégicas de articulação das redes sociais se definem em três dimensões:

- o enredamento, que ocorre pela reunião e conhecimento das pessoas e causas sociais da localidade;
- a sensibilização que ocorre no processo do conhecimento dos atores e do diagnóstico da situação social, e

- o comprometimento, que se firma na composição das forças e na responsabilidade social e cidadã de cada um dos envolvidos para a implementação de ações que promovam a melhoria de vida das comunidades.

Nos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, constata-se que existem serviços sendo realizados que tem por propósito operacionalizar, de maneira eficaz, o atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Seguindo o Plano Nacional de Políticas para as mulheres, os municípios caracterizam-se pelo pioneirismo no estado do Rio Grande do Sul em otimizar tais serviços, que tenham por intuito oferecer serviços de prevenção, apoio, assim como acompanhamento a estas usuárias. Os Assistentes Sociais entrevistados disseram exercer importante influência na realização dos trabalhos que visam a otimização destes serviços. Segundo eles mesmos, a busca pela constante interlocução entre as diferentes instituições que realizam atendimentos as mulheres em situação de violência doméstica, é uma constante. Quanto questionou-se para que relatassem experiências da rede de serviços, destacam-se as seguintes falas:

“Posso destacar que um dos avanços do trabalho em rede, no nosso Município, foi a implantação do Centro Jacobina, que representa um grande avanço. Acredito que os CRAS também são uma porta de entrada, já que garantem uma maior aproximação com as mulheres, facilitando com que estas participem de atendimentos, grupos, e possam falar da situação vivenciada. As promotoras Legais também desempenham um exercício eficaz, que contribui com a eficácia dos serviços.” (AS 05 – SL)

“Destaco em Novo Hamburgo, a implantação da Delegacia da Mulher, em 2006, que tem contribuído muito, principalmente para a denuncia contra as mulheres em situação de violência. Os trabalhos realizados nos CRAS também servem de suma importância para uma primeira acolhida. É ali que os casos são relatados, muitas vezes”. (AS 12 – NH)

Conforme se constata nos relatos acima, os entrevistados atribuem significativa importância, principalmente, para recentes serviços disponibilizados que permitem a facilitação dos trabalhos junto das mulheres em situação de violência doméstica. As redes sociais tornam-se instrumentos importantes para que se alcancem os objetivos estipulados no exercício profissional.

Quando se questionou os profissionais quanto a sua percepção quanto a lei Maria da penha, obteve-se a aprovação da grande maioria quanto as normas sancionadas em 7 de agosto de 2006. Todos os entrevistados disseram conhecer basicamente a lei, da mesma forma que reconheceram que tem de ampliar seus conhecimentos quanto a referida legislação. Compreendem os Assistentes Sociais participantes deste estudo, que a lei é *“uma das mais importantes conquistas para a sociedade e das mulheres brasileiras, tornando-se um direito das mulheres e dever do Estado.”* (AS 06 – SL)

Explica Fonseca (2006) que a Lei trouxe inúmeras providências nas searas civil e penal, assim como modificações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, fazendo referência expressa à aplicação subsidiária de outros diplomas legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

Em relação aos avanços da referida Lei, Dias (2006) destaca que estes são muitos e significativos. Dentre eles, a devolução à autoridade policial a prerrogativa investigatória, podendo ouvir a vítima e o agressor e instalar inquérito policial. A vítima estará sempre assistida por defensor e será ouvida sem a presença do agressor. Também será comunicada pessoalmente quando for ele preso ou liberado da prisão. Além disso, a lei proíbe induzir o acordo bem como aplicar como pena multa pecuniária ou a entrega de cesta básica. Serão criados Juizados Especiais contra a Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal. Assim, a queixa desencadeará tanto ação cível como penal, devendo o juiz adotar de ofício medidas que façam cessar a violência: o afastamento do agressor do lar; impedi-lo que se aproxime da casa; vedar que se comunique com a família, ou encaminhar a mulher e os filhos a abrigos seguros. Além disso, poderá o juiz adotar medidas outras como revogar procuração outorgada ao agressor e anular a venda de bens comuns.

Relacionando com as percepções dos entrevistados, têm-se as seguintes considerações:

“Acredito que houve avanços com esta lei. Ela cria e estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos.” (AS 11 – NH)

A fala demonstra a compreensão dos profissionais de que a Lei Maria da Penha vem reafirmar o que as mulheres brasileiras têm alertado ao Estado brasileiro e a sociedade sobre a importância das políticas públicas que ponha fim a todos os tipos de violência, que tem levado milhares de mulheres à morte dentro dos seus próprios lares. Os Assistentes Sociais também mostraram compreender o surgimento desta legislação, conforme se observa:

“A criação desta lei se dá através do cumprimento da determinação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, além de alterar o Código de Processo Penal – o Código Penal e a Lei de Execução Penal.” (AS 01 – SL)

Quanto aos resultados obtidos até aqui com a Lei, tem-se diferentes percepções por parte dos entrevistados. É consenso de que a aplicação da lei aponta novos mecanismos que possibilitam um maior encorajamento das mulheres para denunciar e formalizar as agressões ou qualquer outro tipo de violência sofrida por elas. Destaca-se abaixo, os principais resultados apontados pelos Assistentes Sociais, em razão da Lei Maria da Penha:

Resultado apontado	Número de vezes relatado durante as entrevistas
Maior vizibilidade para a Violência contra a mulher	12
Maior número de denúncias realizadas pelas mulheres	08
Novas formas de proteção à mulher	06
Assistência Social para a mulher	04
Violência doméstica nos conteúdos escolares	02

Quadro 6: Contribuições da Lei Maria da Penha no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica

Entende-se que a Lei serve também como instrumento de necessário conhecimento para o Assistente Social que realiza a sua prática voltada para as situações de violência que sofrem as mulheres. Torna-se fundamental a sua importância como forma de fortalecer as usuárias que vivenciam diariamente as diferentes agressões que acabam as fragilizando. Além de uma maior visibilidade para a violência contra a mulher, 50% das entrevistadas referiram que há um crescimento no número de mulheres que denunciam a violência doméstica. A seguinte fala expressa essa consideração:

“A partir da divulgação da Lei as mulheres aos poucos começam a reagir após anos de silêncio e submissão, pois entendem que se trata de crime e covardia por parte do agressor.” (AS 12 – NH)

Ressalta-se que participaram deste estudo, profissionais de diferentes organizações, vinculados aos já referidos municípios, e nem todas realizam diretamente o atendimento voltado à mulher em situação de violência doméstica, embora esta demanda tenha ganhado destaque, conforme os entrevistados, em razão do aumento de denúncias que tem ocorrido, principalmente no último ano. Isso se dá, segundo os entrevistados, em razão de toda a sensibilização que está

sendo feita, assim como ampla divulgação, que ganhou ainda mais significância com a Lei Maria da Penha.

Outro resultado significativo que se tem com a lei, lembrada por 06 profissionais foi a questão da prevenção de medidas inéditas para a mulher em situação de violência ou sob risco de morte. As penas pecuniárias, por exemplo, que puniam os agressores com multas ou cestas básicas, foram extintas. A seguinte fala demonstra esta compreensão:

“Um dos fatores positivos e que após a denúncia a mesma não possa mais retirar, assim permite que o processo se desenvolva e o agressor seja punido.” (AS 06 – SL)

Esclarece a lei que, dependendo do caso, o criminoso pode ser proibido de se aproximar da mulher e dos filhos. Em outras, conforme prega a lei, a mulher pode rever seus bens e cancelar procurações feitas para o agressor. Para o caso de detenção, a pena triplica: a punição que era de seis meses a um ano pode chegar a três anos.

Outro avanço lembrado pelas profissionais é que o combate a violência não se restringe a tornar mais severas as medidas contra os agressores. A lei também estabelece medidas de assistência social como, por exemplo, a inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal. Também inclui informações básicas sobre o tema “violência contra a mulher” nos conteúdos escolares.

A criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é apontado como o grande avanço que se obteve com a Lei. Explica Dias (2007), que foi afastada a aplicação da Lei dos Juizados Especiais, deixando muito clara a repulsa à forma de como a violência vinha sendo tratada – e segundo a autora, “mal tratada” – pela justiça. Além das ameaças à usuária para desistir da representação, eram forçados acordos e a pena, quando aplicada, era a entrega de cestas básicas. Porém, ressalta Dias (2007), infelizmente, não houve a determinação para a criação desses juizados especiais. Não foram impostos prazos para sua instalação. E, enquanto eles não forem criados, haverá o

deslocamento da competência para as varas criminais e não para as varas de família. Restringi-se aí a primeira grande crítica quanto a implementação da lei.

Dias (2007) adverte que a burocracia para a implementação da lei estaria referida “em face da enorme má vontade da Justiça em criar juizados, sob a alegação de falta de recursos” (p. 18). Complementa ainda que, no primeiro ano da lei, foram instalados juizados em pouquíssimos estados, sendo que no Rio Grande do Sul, apenas um, na capital. O resultado, explica Sousa, está sendo desastroso.

Os juízes acabam dando preferência aos processos de réus presos. Depois, os mais afeitos a julgar ações criminais não estão qualificados para aplicar medidas protetivas, que tem natureza familiar. (...) Diante desse quadro, é forçoso reconhecer que a violência doméstica está em situação muito pior do que estava antes do advento da lei que veio coibi-la. A responsabilidade é do Poder Judiciário que continua condenando à invisibilidade a agressão contra a mulher, como se fosse uma questão privada, onde a Justiça não precisa “pôr a colher”. (SOUSA, 2007, p. 34)

Os entrevistados também relataram outras dificuldades encontradas, tais como:

“A Lei Maria da Penha referencia a oferta de abrigo à mulher quando persiste a situação de risco e presença do agressor, o que é uma lacuna em São Leopoldo.” (AS 07 – SL)

“Num primeiro momento as mulheres acreditavam que bastava fazer a denúncia e seus agressores seriam presos ou afastados do lar, agora vêem que não é tão simples assim, a lei garante direitos porém a burocracia tem impedido sua legitimidade, principalmente aqui em Novo Hamburgo.” (AS 16 – NH)

“Não ter lugar e segurança para fugir com os filhos, não há abrigos especializados em Novo Hamburgo para vítima de violência doméstica. A lei mesmo com grandes avanços ainda não garante a retirada imediata do agressor da casa. muitas após a denúncia voltam pra casa e são novamente agredidas, sem falar do descaso de alguns espaços especializados neste atendimento. (AS 14 – NH)”

Todas as mulheres em situação de violência doméstica entrevistadas destacaram a Lei Maria da Penha, embora a maioria não soubesse de fato explicar as vantagens e apoio que passam a receber com a lei. Duas das usuárias já consideraram serem privilegiadas em terem acessado a lei. Compreendem que esta é um instrumento que certamente contribuirá para que suas situações possam ser resolvidas. A seguinte fala descreve esta percepção:

“Graças a esta lei, eu estou salva! Ele teve que sair da minha casa, e agora não pode mais nem chegar perto de mim. (...) fiquei sabendo desta lei pela Assistente Social. Ela explicou diretinho, numa palestra que deu no grupo! (...) Acho importante. Principalmente nos pontos que eu entendi!” (M. 04 – 38 anos)

Compreende-se que os profissionais que trabalham diretamente com estas usuárias são fundamentais para esclarecerem os direitos que estas possuem, assim como a compreensão de que não necessitam viverem submersas neste contexto de dor e situações de violência. O trabalho do Assistente Social passa a ser fundamental neste processo de fortalecimento das usuárias.

De acordo com os relatos, observam-se avanços e retrocessos quanto da implementação da Lei. Autores, assim como os profissionais participantes deste estudo, ressaltam divergências quanto a própria Lei, sendo que enquanto alguns a julgam inovadora, tantos outros ressaltam que a problemática da proteção à mulher, está longe de receber o respaldo que lhe seria necessário, e assim, que a violência fosse coibida.

Quando se referiram à legislação, em diferentes momentos das entrevistas, fez-se lembrança ao Sistema único de Assistência Social – SUAS que, em seu modelo de gestão descentralizado e participativo, se propõe a executar a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, efetivando a assistência social como política pública e direito social e sem contrapartida.

Em sua dimensão ética, o SUAS busca a inclusão e a equidade dos sujeitos – progressivamente vulnerabilizados- apreendendo-os em sua coletividade – enfocando a família em seu contexto natural como eixo central da

assistência – e considerando não apenas suas necessidades, mas também suas capacidades, rejeitando, ao menos na retórica, aproximações seletivistas e individualistas. Nos dizeres de uma das entrevistadas:

“O SUAS representa mais um mecanismo que favorece a luta para reivindicação da ampliação dos canais de participação da sociedade, contra a cooptação da ideologia neoliberal e abre espaço para uma intervenção mais qualificada do serviço social junto á sociedade civil, inclusive no atendimento ás mulheres em situação de violência doméstica.” (AS 12 – NH)

Através dos SUAS tem-se a implantação dos CRAS, onde, em muitos dos relatos, observa-se que é o primeiro contato profissional com as mulheres em situação de violência doméstica. Em muitas circunstâncias, a procura por estes serviços não tem o intuito de se desvelar a situação, por parte das mulheres, o que ocorre somente com o transcorrer dos atendimentos.

4.3 SUPERANDO A DOR: AS LÁGRIMAS DA ESPERANÇA COMO PRODUTO DO PROCESSO DE TRABALHO

Iamamoto destaca que é no processo de trabalho que a atividade do homem consegue, valendo-se do instrumento correspondente, transformar o objeto sobre o qual versa o trabalho, de acordo com o fim perseguido. Este processo resultará num produto. (IAMAMOTO, 2005). Após tratar do objeto, delimitando nas situações de violência que sofre a mulher, perpassando pelo instrumental utilizado no exercício profissional, passa-se a destacar os principais resultados obtidos pelos Assistentes Sociais, conforme seus relatos.

Através do trabalho realizado junto das mulheres em situação de violência doméstica, os profissionais responderam que buscam sempre fortalecer as usuárias em diferentes dimensões que lhes garantam um processo de conscientização quanto da importância da dignidade da sua existência. Esta garantia pode ser concretizada na reconfiguração de seu projeto de vida, no

acesso aos seus direitos sociais, na vivência de sua cidadania, no resgate de sua identidade humano social difundida pelas constantes agressões sofridas, que á levam á um isolamento. O caminho para esta garantia, entende Kern (2003) é *“a construção da articulação das redes sociais da usuária, competindo aos profissionais a mediação destas relações para com as suas redes.”*

Na fala dos entrevistados, a articulação das redes sociais são fundamentais para que se alcance os objetivos propostos. Elas influenciam, sustentam, e dariam legitimidade para que o produto almejado fosse alcançado. Assim se observa na seguinte fala:

“O produto da prática é alcançado fundamentalmente em razão da articulação das redes sociais. São elas que possibilitam com que um arsenal de recursos possa ser articulado, visando o fortalecimento de cada usuária. Todos os resultados positivos que temos com nossos atendimentos, são em razão desta articulação, que é fundamental.”

“Quando a rede não está estruturada e organizada, temos como resultado a ineficácia de nossas ações. Quando as legislações não são seguidas, nosso processo de trabalho fica fragilizado, impotente.”

Os entrevistados consideram que pensar e agir em rede é desafiante. Isso se dá, devido a provocação existente, entre outras coisas, quanto ao questionamento de antigas matrizes de aprendizagem, instigando a compreender o novo, a mudar. As associações e federações de entidades sociais já existem há muito tempo. No entanto, elas são fundadas em moldes muito semelhantes aos das próprias entidades, com suas estruturas piramidais (hierarquizadas), estatutos rígidos (burocratizadas) e com poucos diretores e conselheiros realmente ativos. Schlithler (2005) entende as redes sociais como *“meta e meio de transformação”* porque, além de seus objetivos serem sempre transformadores, o ato de formar e fazer parte de uma rede desperta o protagonismo assim como, *“ensina”* a ser facilitador do protagonismo de muita gente. O relato abaixo demonstra a articulação da rede de serviços do município

de São Leopoldo, assim como as estratégias utilizadas pelo Assistente Social para sua efetivação:

“Uma senhora da comunidade chega no CRAS aos prantos pedindo atendimento. É uma mulher bonita com idade aproximada de 40 anos. Suas mãos trêmulas e geladas tentam se agarrar em algo como pedindo proteção. L. relata que estava tendo um relacionamento com J. seu monitor (cargo de chefia em seu trabalho) há 1,5 anos e devido as constantes brigas resolveu que não quer mais ele como companheiro. Ele não aceita a situação e está ameaçando sua família de morte. O filho do ex-companheiro fica armado nas redondezas fazendo com que ela nunca saia sozinha. Já jogaram gasolina na casa dizendo que colocariam fogo e deixam recados que irão atrás de suas crianças se ela não voltar para J. Depois da escuta e acolhimento adequados encaminhamos L. a Delegacia de Polícia mais próxima para registrar ocorrência e também a Coordenadoria da Mulher – Centro Jacobina para dar continuidade ao processo. O Conselho Tutelar também foi informado da situação por medida de proteção das crianças. Coordenadoria da Mulher, Conselho Tutelar e CRAS estão em contato freqüente para que L. e sua família recebam o melhor acompanhamento da rede municipal.” (AS)

O relato acima demonstra a importância atribuída a situação que chegou até o CRAS, instituição que não atende diretamente as mulheres em situação de violência doméstica, e de como uma rede estruturada pode favorecer para a continuidade do processo, servindo de apoio para a usuária. As mulheres que sofrem violência enfrentam uma grande dificuldade em romper com esta situação. Em geral, o medo e a vergonha de denunciar as tornam prisioneiras de uma realidade, que só poderá ser rompida com apoio de serviços especializados. Nesse sentido, observa-se que os Assistentes Sociais por muitas vezes representam a única chance de ajuda para mulheres em situação de violência e, se isso não for compreendido, é possível que essas situações permaneçam e não

se encontrem soluções para as usuárias. A fala abaixo também demonstra a otimização do atendimento:

“Em relação ao atendimento, destaco a importância da articulação em rede, como exemplo o contato e auxílio da Guarda Municipal, acesso aos serviços do Centro de Referência da Pessoa Adulta em Situação de Rua-CREPAR, Conselho Tutelar, Secretaria da Habitação, etc. Atualmente muitas situações são direcionadas diretamente ao Centro Jacobina evitando que a mulher precise se expor em vários locais e para profissionais de diferentes serviços numa espécie de encaminhamento aqui, encaminhamento ali...Inclusive foi proposto a criação de um Formulário que norteie a mulher junto a rede.” (AS 08 – SL)

“De outubro/2005 até maio/2006 as mulheres em situação de violência doméstica/intrafamiliar eram atendidas diretamente na Secretaria de Assistência Social de São Leopoldo. Após junho/2006 foi criado o Centro Jacobina vinculado a Coordenadoria da Mulher. Faço essa distinção para colocá-lo a par de como foi realizado o atendimento e como hoje é desenvolvido.” (AS 05 – SL)

A implementação do centro Jacobina é sempre referenciado com destaque por todos os profissionais entrevistados, assim como pelas próprias mulheres em situação de violência doméstica. Os serviços oferecidos tem contribuído para uma melhor articulação com os demais, na localidade, oferecendo atendimentos direcionados as situações de violência contra a mulher.

Compreende-se que trabalhar em rede, visando se alcançar o produto final almejado, exige com que **se trabalhar em grupo** e não agrupamento. A diferença entre os dois foi estabelecida por Sartre (2002), que dizia que o agrupamento (ou série) é uma situação de passividade e impotência porque nele cada indivíduo é um número e não se importa com o outro, enquanto que no grupo cada sujeito é multiplicado pelos outros e pode interferir na História.

De acordo com Sartre (2002), no agrupamento há objetivos comuns mas a comunicação é unilateral e não há visão crítica da realidade externa. De fato, no

início do processo os representantes das organizações expressam interesses em comum, mas estão auto-centrados, voltados para as suas necessidades. Por isso sua comunicação se destina a “ser escutado” e não a “escutar o outro”. É um momento contraditório: embora exista um reconhecimento expresso da necessidade do outro para atingir os objetivos, resiste-se a interdependência, mesmo que implicitamente. Para este agrupamento tornar-se um grupo, aqueles objetivos comuns e individuais precisam ser re-elaborados e passarem a ser “comuns a todos”, grupais. Para isso, é necessário que as pessoas/Instituições estabeleçam vínculos, condição para que haja compromisso com o grupo e pela causa escolhida por todos. Estaria aí, na concepção de Schlithler (2005), o grande desafio para a eficácia do trabalho em rede.

O produto final do trabalho realizado se orienta, segundo a fala dos profissionais, através do comprometimento do Assistente Social junto da violência doméstica contra a mulher. Compreender a situação vivenciada pela usuária, assim como seus medos, seu mundo vivido, sua forma de desvelar a realidade, assim como estratégias possíveis de fortalecimento, são de compreensões fundamentais para o profissional. Através desta perspectiva, o comprometimento profissional permite uma nova alternativa de trabalho, colocando a usuária frente à frente com sua situação vivida, com o acionamento de recursos, onde ela mesma torna-se sujeito do processo. O processo de fortalecimento da usuária, para que articule suas redes, tanto primárias quanto secundárias, contribuem para que se tenham os resultados finais almejados. Esta articulação visa produzir:

...efeitos de exigência de direitos, ruptura de laços de opressão e dominação no cotidiano, desenvolvimento da esfera da compreensão e da identidade pessoal no seu relacionamento. Deste modo é que os problemas vão aparecer em novas dimensões para serem enfrentados, mudando-se a metodologia banal de se responder a problemas com recursos preestabelecidos, de se controlar o comportamento com regras impostas, de se contentar a necessidade com argumentos postergatórios ou de escuta aliviadora.(FALEIROS, 2001, p. 137)

De acordo com a o relato dos profissionais a posição de inferioridade das mulheres no relacionamento é tido por elas mesmas, como natural. Para se trabalhar no fortalecimento da usuária, deve-se intervir nesta forma se ser e estar

que ela se coloca na relação. Viabilizar a articulação dos serviços, propiciar informações relevantes que tenham por objetivo o seu discernimento quanto a diferentes caminhos a seguir, também são primordiais e contribuem no seu processo de fortalecimento. A seguinte fala demonstra esta compreensão:

“Acredito que o produto do nosso trabalho se dá a partir do momento que fortalecemos as mulheres em sua autonomia e auto-estima, pois elas carregam consigo sentimentos de culpabilização e por vezes justificam ter sofrido violência por terem provocado o agressor. Temos de sensibilizá-las que é crime independentemente do cenário, do pano de fundo.”

Quando questionou-se quanto aos resultados positivos obtidos no processo de trabalho realizado junto das mulheres em situação de violência doméstica, os 16 profissionais participantes do estudo, relataram ao menos um.

Destacam-se aqueles considerados mais significativos, onde perpassam todas as questões até aqui tratadas referente ao exercício profissional:

Situação 01- *A usuária em torno de cinco anos vinha sofrendo violência intra-familiar por parte do filho Narciso (19a) usuário de Crack. Através do atendimento realizado pela equipe CRAS/CREAS/Centro Jacobina fez o boletim de ocorrência “com representação” e Narciso foi preso pela aplicação da Lei M^a da Penha. Trabalhamos numa perspectiva de responsabilização ao invés de reforçar o sentimento de culpabilização que essa mãe nutria em relação ao filho. A usuária participou inicialmente de grupos, e, ao relatar as situações de violência, também realizamos atendimentos individuais, que foram importantíssimos para que se alcançasse os objetivos propostos com a intervenção.*

Observa-se nesta situação a eficácia da articulação das redes, dos serviços, assim como fazendo valer a Legislação em vigor que institui condições a favor da mulher em situação de violência doméstica. Conforme se constata, para

seguir adiante e retomar seus projetos de vida, existe a necessidade de uma articulação entre os setores de saúde, justiça, segurança e essencialmente com as instituições de assistência social. A falta de integração dos recursos existentes prejudica a qualidade do atendimento e reduz as chances das pessoas terem seus direitos básicos assegurados: integridade corporal, alimentação, moradia, educação e saúde.

A situação a seguir demonstra o relato de superação das situações de violência, onde a articulação das redes também serviu de significativa importância para que a mulher fosse fortalecida da forma almejada:

Situação 02- *Usuária após ter sido violentada sexualmente na presença dos filhos pelo companheiro, foi abrigada no Centro de Referência da pessoa Adulta em Situação de/na Rua – CREPAR após ter realizado intervenção médica pela ingestão de 10 comprimidos de Gardenal. Durante uma/duas semanas foi realizada a sondagem e o contato telefônico com sua família de origem que reside em Santa Vitória do Palmar. Dentre as pessoas da família um irmão se sensibilizou e veio até São Leopoldo reencontrá-la e se encantou com os sobrinhos. O irmão foi à pessoa significativa e de apoio para que os demais membros aos poucos se reaproximassem de H. e seus filhos que foram viver na cidade. Acompanhamos a mesma com a Brigada Militar e Guarda Municipal para resgatarmos alguns pertences na casa que residia em São Leopoldo, como a máquina de costura que significava sua autonomia (trabalho).*

Aqui as redes novamente aparecem como estratégia fundamental para que se trabalhe no fortalecimento da mulher. Seguindo a proposta de Faleiros (2001), as estratégias de intervenção devem combinar as mediações da rede de relação primária com as da rede secundária para fortalecer o patrimônio, poder, a crítica e autonomia da usuária. No processo de construção destas articulações, as redes sociais não são percebidas a partir de uma ordem lógica, pois apresentam-se interligadas, podendo ser trabalhadas individualmente ou simultaneamente. A

ênfase estratégica na mudança de trajetórias significa, ao mesmo tempo, uma mudança da representação da questão para a vítima e de suas relações nas diferentes redes, conforme se constatou.

Conferir a importância das redes para a usuária é refletir com elas sobre possibilidade de repensar a existência social. Se estará então construindo uma consciência reflexiva de sujeito social e de certa forma, contribuindo para que a violência passe a ser repensada no cotidiano de cada usuária. O relato abaixo demonstra mais uma situação de superação obtida pela usuária:

Situação 03- Usuária sofria de violência há mais de cinco anos. Passou a acompanhar os nossos grupos operativos, realizados semanalmente. Num dia, me procurou para relatar que não estava mais agüentando as situações de violência. Passamos a trabalhar com ela, individualmente, e, depois que concordou, passou a participar de um grupo de auto-ajuda para pessoas que sofrem, ou estão envolvidas indiretamente com situações de violência doméstica. Com o passar dos atendimentos ela passou a ter sua auto-estima valorizada, passou a impor limites ao companheiro. Hoje segue casada, mas não sofre mais violência. Tornou-se uma de nossas voluntárias e trabalha como palestrante com temáticas voltadas para a área da violência.

Pensar na violência, suas conseqüências na vida de cada usuária, torna-se uma atividade mental constante nos processos interventivos, segundo os profissionais entrevistados. Fortalecê-las significava reconstruir os seus ciclos de vida perdidos ou fragilizados, relacionando a visibilidade de sua rede social como uma possibilidade de fortalecimento. Antigos relacionamentos de cada usuária eram retomados, assim como a rede de serviços acessada, para que dessa forma, cada usuária pudesse sentir-se, novamente, sujeito de autonomia, conforme se observa no relato abaixo:

Situação 04- A usuária tinha câncer de útero. E mesmo com o agravamento da doença, seguia sofrendo as mais diferentes violências pelo marido. Trabalhamos na perspectiva de fortalecer seus laços

familiares. Rearticulamos suas redes primárias. As redes secundárias foram importantíssimas para que o tratamento para o câncer seguisse. Separou do marido, ficou com todos os pertences. Infelizmente ela veio a falecer, mas certamente viveu seus últimos dias rodeada de apoio, incentivo, e distante daquele homem que só a maltratava e abusava dela, por anos.

Nesta situação evidencia-se a problemática do Câncer, doença que acompanha um número elevado de mulheres em todo o mundo, as fragilizando ainda mais, quando se perpetua as situações de violência no contexto familiar. Numa das Instituições pesquisadas, cujo atendimento é voltado diretamente às mulheres com esta doença, constatou-se que cerca de 80% relataram sofrer algum tipo de violência doméstica em suas trajetórias, e que esta situação até se intensificou com o diagnóstico da doença. Além de enfrentar a problemática da doença, o Assistente Social da Instituição referiu que em muitos dos atendimentos, tinham de lidar com a violência doméstica que se perpetuava nos diferentes contextos familiares.

Segundo o relato dos entrevistados, os Assistentes Sociais buscam propiciar uma valorização da ação das usuárias no seu processo de mudança, porque, só a partir do momento em que lhes são atribuídas responsabilidades por intermédio da sua participação ativa, não só nas ações desenvolvidas, mas também na planificação/concepção das mesmas e nos processos decisórios, é que possivelmente estarão sendo criadas as condições mínimas para o minorar esta violência do dia-a-dia à qual estão submetidas. Conforme destaca Kern (2003) o processo de fortalecimento é que *“visa a sua capacidade de discernir entre a tomada das decisões referente à sua futura trajetória que se constituirá.”*

Na fala das usuárias, que superaram o ciclo de violência que vivenciavam, também foi possível destacar falas significativas, que, em muitas, faziam relação com o processo de trabalho do Assistente Social. Apresentam-se relatos das próprias mulheres que se libertaram do ciclo de agressões, de cada situação anteriormente contextualizada, conforme se destaca no quadro abaixo:

Situação 01	<i>“Jamais teria conseguido superar aquelas agressões, se não fosse pela participação nos grupos. Hoje estou feliz. Jamais me senti assim antes. Por anos fui uma prisioneira, hoje, estou liberta, e ele é quem está preso!”</i>
Situação 02	<i>“Foi muito importante contar com o trabalho do Assistente Social. Antes, meu mundo se resumia ao do meu marido. Hoje, vejo que existem muitas outras formas de viver, de levar minha vida, e de, principalmente, não aceitar as agressões que sofria! Hoje estou com minha família, pessoas que não via há anos, e que colaboram comigo em todos os sentidos!”</i>
Situação 03	<i>“Considero que fui responsável, por muito tempo, por aquelas situações, já que não tomava nenhuma atitude. Agora tudo mudou. Quero continuar a procurar por meus direitos, por fazer valer o que mereço! Hoje palestro para passar meu exemplo, e mostrar que temos de denunciar, romper o silêncio!”</i>
Situação 04	<i>“Não sei quanto tempo de vida ainda terei. Mas sinto-me feliz por hoje estar rodeada de amigos que até alguns anos atrás, não fazia idéia que existiam. Não só pela doença, hoje eles estão comigo porque são minha rede. É bom saber disso.”</i>

Quadro 7: Relato das mulheres que se libertaram do ciclo de agressões

Através do processo de trabalho do Assistente Social, constatou-se que foram reconstruídos junto das usuárias, os patrimônios perdidos e a importância da reconquista dos mesmos com uma condição de conferir o poder e o reconhecimento da mesma, o que seria a abertura do caminho na sua emancipação e autonomia. A fala de cada usuária, relata a sua concepção de poder, de fortalecimento. Libertas do ciclo de violência, tiveram a capacidade de discernir da situação que vivenciavam, assim como, das novas trajetórias que lhes foram possíveis trilhar.

Além dos relatos positivos da operacionalização da rede local de serviços, obteve-se também diferentes críticas quanto a este instrumento primordial para a eficácia da prática do Assistente Social. Ressaltou-se em três relatos, a falta de experiência prática, assim como comprometimento com a causa, por parte dos profissionais (Técnicos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Psicólogos) envolvidos com este tipo de atendimento. Muitos destes, não teriam claro a questão da legislação, assim como a identificação de tais diagnósticos de situações, assim como conhecimento dos serviços disponíveis. A falta de equipamentos e infraestrutura principalmente para espaços de atendimento, o que impede a adequada intervenção nos casos onde a gravidade exigiria um acompanhamento mais sistematizado, assim como sigiloso, também foi lembrada em quase que todas as entrevistas (77%). Em razão disto, os Assistentes Sociais sentem dificuldades em proporcionar um espaço de confiança, de respeito, de acolhimento, que permita com que as mulheres se sintam seguras em expor sua situação, conforme a seguinte fala:

“Temos um compromisso ético de proporcionar ao usuário formas de solucionar as problemáticas que se apresentam no seu dia a dia. Atuar junto delas e instigar com que cresçam enquanto sujeitos, fazendo valer seus direitos. Ocorre que em muitas situações, faltam condições para que possamos colocar em prática tudo o que aprendemos por anos na Universidade. Falta respaldo dos serviços, faltam recursos adequados, e temos de resolver tudo “da forma que der” (AS 07 – SL)

Nos dizeres dos Assistentes Sociais entrevistados, o aumento da violência denunciada coloca desafios urgentes para as Instituições que trabalham no atendimento a mulheres em situação de violência. O primeiro deles seria o de garantir a segurança das mulheres que decidem fazer a denúncia, e muitas vezes romper uma relação violenta. Como nos aponta Almeida (1998), o momento da denúncia/ruptura pode significar o aumento da vulnerabilidade da mulher, no qual muitas vezes sua vida é colocada em risco. O medo deve ser considerado um

indicador válido e que muitas vezes justifica a manutenção das mulheres nas relações violentas. Segundo a fala de um dos entrevistados,

“...incentivar a denúncia significa necessariamente se preparar para lidar com o risco de morte.” (AS 11 – NH)

“Como limites, acredito que o maior seja a obtenção de recursos para a aquisição de passagens para Interior ou outros Estados quando necessário; disponibilidade de veículos para o andamento das ações; fluxo de comunicação entre os serviços para evitar duplicidade ou ações sobrepostas.” (AS 06 – SL)

Os profissionais (50%) justificam a fragilidade da articulação dos serviços de apoio a mulher, em razão de estes estarem em fase de implementação, muitos serviços mostram-se limitados, o que tem fragilizado a eficácia das intervenções. Nas falas dos entrevistados:

“Considero a rede de proteção a mulher, como sendo ainda frágil, sem articulação suficiente para garantir proteção integral a esta usuária. Ainda precisa evoluir muito. É inicial em alguns municípios.” (AS 02 – SL)

“O cotidiano profissional de atendimento as vítimas de violência, enfrenta os limites da rede, recursos e serviços. Exemplifico: acolho a usuária, fortaleço e para onde encaminho se ela não tem para onde retornar! Vai viver de favor, de clientelismo! Em São Leopoldo não dispomos de uma Casa de Passagem que acolha a mulher e seus filhos. Novo Hamburgo não permite que utilizemos o espaço e isso faz com que recorramos ao CREPAR – Centro de Referência da Pessoa Adulta em Situação de/na Rua (que atende o perfil masculino). Embora a rede de proteção tenha avançado com reuniões mensais e com participação efetiva dos serviços envolvidos pensando alternativas e buscando soluções, ainda temos muitas lacunas a serem resolvidas.” (AS 08 – SL)

“Como limites, aponto a falta de recursos financeiros, principalmente para a compra/aquisição de passagens quando necessário. Muitas mulheres têm suas redes de pertencimento fragilizadas, e necessitam viajar para o interior, quando decidem romper com o ciclo da violência. As casas de passagem também seriam necessárias. Embora a Lei diga que o homem tem de sair do lar, muitos não respeitam, e a mulher tem medo de represália. Esse é outro fato que as fazem permanecer no ciclo.” (AS 14 – NH)

As maiorias dos Assistentes Sociais compreendem que a ausência de recursos financeiros para aprimorar os trabalhos, e até capacitar a equipe técnica, assim como cursos voltados na área, é o grande impecilho para que os trabalhos tenham o resultado almejado.

Os profissionais ressaltam ainda que nos Municípios participantes deste estudo, não é oferecido qualquer trabalho de acompanhamento diretamente com o agressor, embora haja o devido interesse de que se efetive, por parte dos Assistentes Sociais. A falta de recursos humanos, técnicos especializados para o trabalho, impossibilita esta efetivação. Na fala das mulheres em situação de violência doméstica, tem-se:

“Seria muito bom para ele sim. Mas acho que ele não viria, não. É uma briga para mim vir aqui no grupo. Ele diz que o lugar de mulher é dentro de casa. Queria só ver se ele tivesse que vir também. Acho que não viria, não. Mas ia ser muito bom se viesse.” ()

Todas as mulheres entrevistadas julgaram por necessário um trabalho de acompanhamento com o agressor, sendo que atualmente, nenhum deles é atendido. Segundo elas, este seria um trabalho importante para que as situações de violência não mais se repetissem. A grande dificuldade, na visão delas, seria a presença do agressor, seja nos trabalhos em grupo, seja nos atendimentos individuais.

Ao se referirem aos serviços disponíveis para os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica, presenciou-se em algumas falas uma significativa importância atribuída ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Secretaria especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que nortearia as ações profissionais, desde 2004, junto desta demanda. O documento aponta os pressupostos, princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, sendo a política de enfrentamento da violência contra a mulher prioridade, que deve trabalhar na promoção de atendimento às mulheres, na capacitação e qualificação de profissionais e no acesso à justiça.

O Plano ficou estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação:

- a) autonomia; igualdade no mundo do trabalho e cidadania;
- b) educação inclusiva e não sexista;
- c) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- d) enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em relação a cada uma destas áreas foram contempladas as políticas e ações que devem ser desenvolvidas ou aprofundadas para que mudanças qualitativas e quantitativas se efetivem na vida das mulheres brasileiras.

Ressaltando o quarto tópico, que se refere ao combate à violência contra a mulher, atribui-se significativa importância à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a qual compreende as dimensões da prevenção, da atenção e proteção às mulheres em situação de violência e do combate à impunidade dos agressores. Tem esta por objetivos:

I. Implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

II. Garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência.

III. Reduzir os índices de violência contra as mulheres.

IV. Garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Quando se questionou os profissionais quanto ao seu conhecimento sobre esta política, somente 32% souberam referenciá-la. Estes ressaltaram a

importância que se tem em operacionalizá-la, colocando em prática o que lhes confere a lei, conforme expressam:

“Entendo a política como um conjunto de programas, projetos e serviços que, para serem eficazes, devem estar vinculados à garantia dos direitos das mulheres, também na prática. Estas políticas, quando operacionalizadas, devem ver a mulher em sua integralidade, e não enquanto fragmento de uma sociedade excludente. (...) A política pública de gênero tem que ser transversal, levando em consideração a mulher (emprego/escola/maternagem) pensar todas as dimensões da vida da mulher.” (AS 09 – NH)

Analisando o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, constata-se a proposição de uma rede de serviços, que tem por intuito agregar os diferentes níveis dos governos federal, estaduais e municipais, além da sociedade civil e dos movimentos sociais, em especial, os movimentos de mulheres e feministas. Tal rede é denominada de Rede de Cidadania. Na constituição desta rede, entende-se que alguns serviços funcionam como Portas de Entrada, que seriam os centros de referência; serviços de apoio jurídico; serviços policiais: delegacias da mulher, outras delegacias, Polícia Militar; Postos de Saúde de Serviços de Emergência, escolas e órgãos comunitários; ouvidorias; organizações não-governamentais e conselhos. Cada um desses locais teria uma importância e um papel a desempenhar no combate, na assistência e no processo de erradicação da violência contra a mulher.

Os profissionais ressaltam que, mesmo com toda a proposta de atuação articulada entre diversos setores, em muitas situações ocorre a frustração com o trabalho realizado, em razão deste ser interrompido, seja pela desistência da mulher em prosseguir com os atendimentos, assim como, aceitando os pedidos do agressor, articular-se com os serviços oferecidos. Assim se observa nos seguintes relatos:

“É comum observarmos, aqui nos atendimentos, o ciclo de violência que as mulheres estão inseridas. Trabalhamos em grupo, trabalhamos com elas individualmente, oferecemos um atendimento interdisciplinar, proporcionamos a elas o apoio necessário para reiniciar a vida com dignidade, seja pela capacitação profissional e encaminhamento para ao mercado de trabalho, ou pela possibilidade de reiniciarem suas vidas sem violência. No entanto, apesar disso tudo, algumas voltam a conviver com a violência. Desaparecem por algum tempo, e depois retornam. Novamente relatam situações de agressão.” (AS 15 – NH)

“Na comunidade já houveram casos de superação, onde a mulher rompeu com o ciclo de agressão, fez a denúncia, encontrou um espaço seguro e conseguiu emprego no mercado formal, As crianças estão em creches do município, um avanço que sempre serve de exemplo nos grupos terapêuticos, assim como há casos de mulheres que fizeram toda esta trajetória e quando estavam longe e independente financeiramente resgataram a relação e hoje já perderam seus empregos e estão novamente submetidas ao ciclo de violência.” (AS 04 – SL)

Para muitos Assistentes Sociais, a questão da mulher permanecer no ciclo de violência, foi descrita como frustrante em relação a prática realizada. Questionam-se o que faltou na operacionalização do processo de trabalho, que fez com que a mulher abandonasse o tratamento. Compreende-se que o processo de rompimento desse ciclo é longo e exige uma série de estratégias que exigem do profissional um constante aprimoramento teórico-metodológico, técnico operativo e ético político. A otimização da rede de serviços foi apontado como necessário para que os resultados sejam obtidos. Esse processo poderá ser ainda mais efetivo, na fala dos entrevistados, se os serviços especializados lançarem mão de uma política de enfrentamento à violência, capacitando os profissionais para identificação e acompanhamento de casos de violência doméstica, assim como, construindo ações intersetoriais que dêem conta dessa problemática e sua complexidade.

Durante os relatos, os Assistentes Sociais trouxeram propostas que viriam a otimizar o trabalho realizado junto das usuárias. Para garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência; e dessa forma reduzir os índices de violência contra as mulheres, seria necessário garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais, assim como, continuar a avançar na legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres. Diagnósticos quantitativos e qualitativos sobre os serviços de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência em todo território nacional, também foi apontado como essencial para a otimização da rede de proteção. Este, segundo os entrevistados, seria um bom caminho para enfrentar a questão e criar políticas públicas que apoiem o maior número de mulheres e homens que sofrem desta demanda. Essa compreensão se fez presente nas falas dos profissionais, conforme se observa:

“Acredito que se torna necessário que os serviços se articulem com os centros de referência especializados, sendo eles, as casas-abrigo, delegacias especializadas e outros centros de referência. Dessa forma, o profissional, ao prestar o primeiro atendimento, ficaria responsável pelas orientações, acompanhamento e se necessário, encaminhamento para um local especializado.” (AS 08 – SL)

“Compreendo que os serviços devam assumir uma postura de responsabilização, bem como desenvolvam uma estrutura de atendimento voltado à identificação e acompanhamento terapêutico das situações de violência.” (AS 16 – NH)

Constata-se na fala dos entrevistados que é fundamental o avanço, o compartilhamento das informações, dados e pesquisas voltados para a questão da violência contra a mulher. Somente desta forma se estará colaborando para que o ciclo do silêncio seja rompido, e que dessa forma, se alcance os objetivos profissionais propostos. Ao mesmo tempo que se instiga a capacitação profissional, pretende-se que estes se comprometam com o compartilhamento das informações apreendidas. Cria-se assim um círculo virtuoso de

aprendizagem, processo vivido pelos profissionais, com resultados em toda a rede.

4.4 Proposta teórico-metodológica para atuação profissional

Descrita as referidas análises frente aos dados coletados, tem-se o intuito de socializar uma proposta de atuação para o Serviço Social, embasada na perspectiva relacional proposta por Faleiros (2001), que concebe o empowerment como processo articulado de recursos, imaginário e redes. Relacionando com os relatos obtidos nas entrevistas junto dos profissionais e das próprias mulheres, ressalta-se que a mesma tem muito que contribuir para a eficácia do processo de trabalho do Assistente Social. Tal proposta consiste no desdobramento do objeto (as mediações indivíduo-sujeito x estrutura x superestrutura) nas suas interconexões ou multilateralidade. Este desdobramento precisa contemplar tanto as condições de vida e trabalho (re-produzir-se) quanto a formação da identidade individual e coletiva (representar-se). A articulação precisa contemplar: as relações de força/poder; recursos; problemas, ultrapassando a dicotomia problema-recursos.

Em termos de perspectivas do empowerment na ação profissional, Faleiros (2001) concebe duas: encaminhamento e interveniência. A perspectiva de encaminhamento é funcionalista: busca melhorar o funcionamento das trajetórias. Esta apenas reproduz trajetórias individuais e sociais que o poder dominante permite. Trabalha somente com a dinâmica problema-recursos existentes ou possíveis, limitando-se a transferir lugares, responsabilidades e instâncias.

Já a perspectiva da **interveniência**, o qual se propõem no trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica, trabalha-se dialeticamente com as forças em presença, com os recursos disponíveis, possíveis e necessários e com os problemas. Isto é, ela articula estrategicamente relações de forças, problemas e recursos, superando a dicotomia problema-recursos. Uma interveniência social compreende três dimensões: a compreensão das questões em jogo (as mediações existentes); o processo de envolvimento dos atores ou sujeitos na ação das forças em presença e na configuração do enfrentamento das mesmas; a dinâmica do trabalho das mediações e a construção de estratégias.

a) a compreensão das questões em jogo (as mediações existentes) implica compreender a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, bem como explicar pelo contexto geral. Implica clarificar mediações, relações e tramas, para que a trajetória do sujeito possa ser situada e compreendida no cotidiano e na história.

O mapa desta trama compreenderá quatro momentos, construídos junto das usuárias durante o processo de trabalho, nas sucessivas aproximações com a perspectiva de estabelecimento das mediações. **O primeiro momento** refere-se à consideração do tempo histórico do sujeito vinculado ao tempo histórico social. Segundo Faleiros (2001), devemos compreender que as relações de historicidade e cotidianidade do sujeito inserido numa trama de relações sociais vão além de seu espaço privado. Faz-se então necessária a tradução em linguagem compreensiva para a usuária de sua trajetória de vida. Deve-se relacionar juntamente com as mediações particulares, as macro-relações que referem-se à economia, políticas, aspectos culturais que estejam inter-relacionadas com a trajetória da mesma.

Situar a mulher em situação de violência dentro de seu tempo histórico social significa possibilita-la ao resgate de sua condição de sujeito social, muitas vezes até esquecida pelas mesmas, devido ao ciclo de violência em que se encontra. A partir do momento que se intervém solicitando que a mesma exponha o período de tempo em que vem sofrendo as agressões, se estará permitindo a compreensão do tempo desde que esta se submete às agressões, relacionando com sua própria história. Isto possibilita aos sujeitos envolvidos – o profissional e a usuária - o fato de que a trajetória seja compreendida e situada.

A partir daí, procura-se destacar os acontecimentos mais importantes neste período, como as datas significativas e os acontecimentos sociais, no qual a mesma esteve envolvida. Compreende-se que a violência a qual se submete, por ser um fenômeno estrutural, pode ter raízes mais profundas, não tendo um início apenas a partir do momento da relação conjugal. É importante que toda esta história seja contextualizada, mesmo antes do “marco”, que para ela possa ser o mais significativo, que fora as primeiras agressões físicas sofridas. Dessa forma, a usuária passará a sentir-se e perceber-se localizada dentro de uma trajetória social, e não reduzida a sua vida ao simples fato de sofrer as recorrentes atos

violentos por parte do cônjuge/companheiro, e de todas as outras agressões sofridas em sua vida.

Em seguida destacam-se as relações sociais de modo mais amplo no que se vinculam à economia, à questão política, cultural e outros espaços que se inter-relacionam com a trajetória social da vítima. Constrói-se com a usuária uma ampliação para o seu contexto social, passando a evidenciar representações de um mundo social vivido, bem como, de um mundo projetado e muitas vezes, em razão das limitações da relação a dois, não concretizado. Evidenciam-se questões como a relação com o trabalho, desemprego, modos de vida, postura e visão política. Aos poucos a usuária passa a se dar conta de um mundo social que está à sua volta, do qual não pode privar, e sim, fortalecer-se para enfrentá-lo e confrontá-lo.

O segundo momento condiz ao destaque que se atribui aos ganhos e perdas que permeiam a fragilização do ponto de vista afetivo, cultural, econômico, político, da solidariedade, dando ênfase às rupturas das trajetórias e às pressões por sua continuidade. No trabalho junto das mulheres em situação de violência, este se caracteriza como um dos mais importantes momentos, pois neste a usuária trará ao atendimento a sua subjetividade, mostrando-se, revelando os destaques de seus ganhos e perdas relacionados à violência que sofre cotidianamente, sob o seu ponto de vista afetivo, cultural, econômico, político e solidário.

A ruptura espacial e temporal com o homem, que pode ocorrer na Segunda fase do Ciclo de Violência, propicia que a mulher se reorganize e reavalie os termos do seu relacionamento, passando a vislumbrar novas possibilidades para si. Enquanto isso não acontece, ela se acomoda e se resigna à situação porque não têm confiança em sua própria capacidade. Continua se sentindo menos capaz, menos qualificada, menos importante, menos gente. O sentimento de valorização acaba vindo por intermédio de um *“ele precisa de mim”*, que perpetua a relação assimétrica entre o homem e a mulher. As próprias mulheres, de tanto ouvirem que valem menos e serem tratadas como seres dependentes e inferiores, acabam acreditando e reproduzindo esta noção.

Trabalhando com a subjetividade que a usuária traz consigo, se estará trazendo à tona as perdas afetivas relacionadas a relações sociais mais próximas,

a nova forma de vida que teve de aceitar a partir do momento que aceitou a violência como cotidiana. É neste momento que a usuária volta o seu olhar para dentro de si mesma, ao mesmo tempo que vivencia o mundo exterior. Neste momento em que se frisa os aspectos econômicos, a sua situação social, as suas dificuldades relacionadas também ao “macro” outrora esquecidas.

Num terceiro momento, se localizará as opressões, discriminações, violências, agressões, barreiras de acesso, dificuldades devidas aos preconceitos, inferiorização social, culpabilização, negação da cidadania e dos direitos sociais na trama das relações que vão do espaço privado ao espaço público do sujeito.

No trabalho junto às mulheres, cabe ao profissional desvincular das usuárias a condição de que adotam, negando as situações que lembram as opressões, discriminações, agressões. Tais atitudes devem ser identificadas e problematizadas, para que as mesmas tenham a capacidade de superar tais adversidades.

Nos casos de violência, cotidianamente nota-se as críticas que as vítimas sofrem por parte de familiares, vizinhos, que à condenam ao aceitarem a situação de constantes agressões e não conseguirem livrar-se do Ciclo exposto. As próprias usuárias acabam afastado-se de amizades que antes eram preservadas. Aprisionadas á fase de Terror, ambas se sentem ameaçadas, sem forças para agir. Para que o processo de trabalho tenha o resultado almejado, torna-se necessário que os conhecimentos/habilidades profissionais sejam colocados à disposição das usuárias e, que estas, sejam encaradas como iguais na procura de resolução dos problemas, devendo igualmente tentar-se apreender a complexidade da estrutura de poder com o intuito de a poder influenciar.

Num **quarto momento**, segundo Faleiros (2001), volta-se à valorização do ponto de vista dos sujeitos sobre o processo vivido, sobre as mobilizações, recursos apontados e necessários.

Na maioria das situações, as mulheres em situação de violência doméstica, ainda acreditam poder ter o controle da situação. Sentir-se inferior significa vivenciar o impacto da violência e a própria atitude de procurar ajuda profissional, o que caracterizaria como um elemento que contribui na inferiorização, levando ao sentimento subjetivo da culpa e de impossibilidade de saber lidar individualmente com a problemática com a qual se depara. A mesma

procurará de todas as formas evitar esta busca. Quando este pedido ocorrer, e a usuária relatar as situações de violência que vivencia, estará num processo de fragilidade intenso.

Encontra-se expressões de culpabilização por parte das mesmas, expressados numa linguagem tímida e angustiante, colocando todos e quaisquer limites à possibilidade de reconfiguração de seu projeto de vida. Quando a usuária sente-se culpada pela sua condição de vítima “calada”, expressa um significado subjetivo da estigmatização social causada pela representação á qual vivem as mulheres em situação de violência doméstica.

Deve-se perceber e reconhecer a situação fragilizada em que se encontra a usuária operacionalizando a prática profissional sem agredir, sem invadir, sem persuadir, condizendo a postura ético política esperada com relação ao Assistente Social. Faz-se necessário saber valorizar o ponto de vista das usuárias sobre o processo, que constrói-se de forma conjunta. Deve-se oportunizar a reflexão junto desta esta usuária. Solicitar e ouvir o seu ponto de vista frente a situação que vivencia é coloca-la frente a um espaço para conferir-lhe poder de decisão, jamais tomando-a por ela, tratando-a como sujeito e agente de sua história.

Compreende-se que só por intermédio dessa valorização é que se pode trabalhar a conscientização por parte das usuárias. O Assistente Social não será conselheiro, mas sim transferirá a responsabilidade da escolha para cada uma, propiciando para que autonomia seja estabelecida, e que a mesma tenha condições, de por si só, tomar as próprias decisões, estipular suas metas de vida, sem precisar subjugar-se aos atos violentos do companheiro.

Busca-se por base, uma valorização da ação destas usuárias no seu processo de mudança, porque, só a partir do momento em que lhes são atribuídas responsabilidades por intermédio da sua participação ativa, não só nas ações desenvolvidas, mas também na planificação/concepção das mesmas e nos processos decisórios, é que possivelmente estarão sendo criadas as condições mínimas para minorar esta violência do dia-a-dia à qual estão submetidas. O processo de fortalecimento é que visa a sua capacidade de discernir entre a tomada das decisões referente á sua futura trajetória que se constituirá.

b) o processo de envolvimento dos atores ou sujeitos na ação e a configuração do enfrentamento das forças em presença implicam visualizar a participação do sujeito nas ações desenvolvidas, bem como sua participação no enfrentamento das forças dominantes em presença. Implica descobrir as mediações complexas presentes nas relações particulares, pessoais, gerais e fundamentais.

Intervir na perspectiva do empowerment, junto das mulheres em situação de violência doméstica, significa compreender que não se outorga poder às pessoas, mas sim, que o poder pessoal está em cada ser humano desde o seu nascimento. Visa-se intervir na busca do acréscimo de poder - psicológico, sócio-cultural, político e econômico - que permitirá para estas, aumentarem a eficácia do exercício da sua cidadania, da sua identidade. Entende-se que através desta perspectiva, se estará trabalhando num complexo crescimento individual e grupal, na direção da autonomia, na busca de soluções para as constantes violências sofridas.

c) A dinâmica do trabalho das mediações e a construção das estratégias compreenderão, a partir e mediante a visualização das mediações existentes, a construção de estratégias para favorecer processos e projetos de vida que superem as oportunidades e forças que historicamente fragilizaram e excluíram as usuárias (individual e coletivo).

Ao caminhar estrategicamente nestas direções contemplando as diferentes dimensões, articulam-se determinadas mediações e estratégias para cada conjunto de redes. Os profissionais participantes deste estudo entendem que uma articulação de redes otimizada é fundamental para que o processo de trabalho se viabilize conforme o proposto. A sua efetividade apresenta-se como um meio facilitador para que as mulheres possam discernir, ampliar seus olhares, frente as situações de violência que vivenciam cotidianamente. A articulação destas mediações, conforme as direções acima afirmadas, dá-se num contexto complexo, articulações multideterminadas, que possam ser construídas tendo como referencia o mapeamento realizado nos momentos metodológicos descritos, onde efetivamente culmina a passagem do processo de fragilização visando o fortalecimento das usuárias, como estratégia metodológica, objetivando assim o fortalecimento desta de suas redes sociais, primárias e secundárias.

No processo de construção destas articulações, as redes sociais não são percebidas a partir de uma ordem lógica, pois se apresentam interligadas, podendo ser trabalhadas individualmente ou simultaneamente. Propõe-se primeiramente, trabalhar com as redes primárias, a rede familiar, pois comumente as mulheres em situação de violência doméstica, possuem estas muito deficitárias, pela dificuldade para denunciar a violência ou procurar ajuda, sendo difícil manter vínculos ou relações com pessoas que possam socorrer-las numa emergência. Aprisionada na fase do Terror do Ciclo, ela está nesta situação porque não encontra meios de reagir, seja porque acredita que o agressor tem direitos sobre ela, como companheiro, ou pelo medo das ameaças, por vergonha de enfrentar a situação ou por não saber a quem ou aonde pedir ajuda.

Trabalha-se com a usuária a reconfiguração de seus contatos familiares, na procura de restabelecer aqueles que ainda possa contar como apoio. Trabalha-se as relações dentro do próprio lar, os filhos, com intuito de proteção frente ao resgate de seus vínculos. Busca-se reatar as relações de amizade, mesmo as evitadas em razão do agressor, para que se possa contar com estas no processo de fortalecimento. Conferir a importância das redes para a usuária é refletir com ela sobre possibilidade de repensar a existência social. O profissional estará então construindo uma consciência reflexiva de sujeito social e de certa forma, contribuindo para que a violência passe a ser repensada em seu cotidiano.

Em si, estratégias de fortalecimento são, sem dúvida, relações complexas que envolvem tanto os sujeitos na sua vida cotidiana, como também espaços sociais onde as relações não se reduzem simplesmente as relações imediatas, mas a toda a rede de relações sociais que necessitam ser mediatizadas. No trabalho junto às mulheres em situação de violência doméstica, o compromisso ético do profissional significa utilizar de estratégias de intervenção que mediem a construção da cidadania (relações sujeito/Estado), do imaginário (relações simbólicas-identidade) e da autonomia (relações de solidariedade, trabalho, família) da usuária vitimizada, estando estas, sempre articuladas.

O processo de fortalecimento permeia toda a proposta que aqui se apresenta, assim, como se faz constante na fala dos profissionais entrevistados. Não pretendeu-se estruturar uma metodologia intacta, já que cada situação se difere, porém, procurou-se destacar elementos e questões importantes no

processo de trabalho do profissional junto desta demanda, obtidos através da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho do exercício da profissão de Assistente Social sempre acompanhou o pesquisador desde a adolescência, época esta na qual esteve mais em contato com familiares, assim como tantos outros profissionais que a exerciam com o exímio reconhecimento. Compreende-se que os sonhos foram feitos para que se acredite no amanhã, para que se tenham esperanças e para que se tenha coragem de ir em frente e procurar subir os degraus que a todos são destinados. E, um a um, deve-se subir com perseverança até que se atinja o topo. Só a coragem e a força de vontade serão capazes de levar-nos adiante.

Discussões voltadas ao cotidiano do Assistente Social, assim como a operacionalização do seu processo de trabalho, superando os limites institucionais e concretizando no dia a dia uma prática de fortalecimento e emancipação para esta classe tão desfavorecida, já se faziam presente, ampliando-se durante os anos referentes à graduação do curso de Serviço Social. No transcorrer dos semestres acadêmicos, fizeram-se comuns discussões, leituras e participações em eventos que viessem a contribuir na aquisição de conhecimentos para a futura profissão. Para a concretização deste sonho, foram precisos sacrifícios, momentos de superações, dedicação, os quais contribuíram de maneira fundamental para que a graduação fosse concluída da forma planejada. Dessa forma, o sonho se tornava realidade.

E em meio a esta trajetória, as situações de violência contra a mulher se fizeram constantes, fundamentando diferentes estudos, assim como a presente dissertação, que por ora se conclui. Sabe-se que a violência contra a mulher se expressa através das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que tem conduzido à dominação, à discriminação contra a mulher, provocando impedimentos contra o seu pleno desenvolvimento. Constata-se que historicamente a sociedade esteve inserida num sistema patriarcal, em que a dominação masculina se evidenciou na organização da sociedade. Concordando com Teles e Melo (2002), a desigualdade entre homens e mulheres não se dá por

fatores biológicos, e sim em virtude dos papéis sociais impostos a ambos, reforçados por culturas patriarcais que estabelecem relações de dominação e violência entre os sexos. Dessa forma, conforme os autores destacados, a violência de gênero se reporta à discriminação histórica contra as mulheres.

Giordani (2006) acrescenta que este fenômeno histórico se deve ao fato de que as relações construídas pela sociedade são transmitidas de geração para geração, cristalizando papéis diferenciados para mulheres e homens e evidenciando a desigualdade entre os sexos. Sendo assim, essa visão de dominação masculina e de fragilidade da mulher, entre outros fatores, impediu que as mesmas avançassem em proporção semelhante à dos homens em diversos setores, sejam eles sociais ou profissionais, motivo de tantas lutas dos movimentos feministas em prol dos direitos das mulheres.

Contemporaneamente, observa-se que a violência é vista como um fenômeno que atravessa todas as classes, ainda que os estratos mais pobres sejam mais vulneráveis do que os que estão em melhores condições. Tem-se que ela não se explica somente pelas relações de gênero, mas também, conforme explica Soares (1999), por outras variáveis como o status socioeconômico, assim como aceitação da violência, dentre outros.

A presente área temática se justifica em razão da pouca importância atribuída a questão nos últimos anos. Tem-se que historicamente a violência doméstica foi marcada pelo signo da invisibilidade. Não somente a ausência de pesquisas que a revelem, à falta de um debate público, sistemático sobre o tema ou ao isolamento das posições feministas que focalizam predominantemente a violência de gênero. A violência doméstica sempre foi tratada como momento episódico, desconectado dos demais problemas sociais, excluída, inclusive, dos debates sobre as outras formas de violência e da mobilização para enfrentá-las. Ao se analisar nas últimas décadas, vê-se que a temática da violência doméstica pouco motivou a formação de novos campos profissionais, de novos saberes, novas instituições e novos personagens sociais.

Somente nos últimos anos é que se tem evidências de uma maior atenção à esta problemática. E é procurando contribuir para a formulação de novos conhecimentos, principalmente naqueles voltados para o Serviço Social, é

que este estudo se fundamentou, como seqüência a um trabalho junto desta expressão da questão social que se iniciou desde a época da graduação em Serviço Social.

Através deste estudo, constatou-se houveram avanços considerados significativos em termos de experiências e iniciativas de prevenção contra a violência doméstica, destacando a implantação do Plano de Políticas Públicas para as Mulheres, instituído desde 2004. A pesquisa apresenta-se como de significativa importância para a formulação destas políticas. Entende-se que pensar políticas públicas locais para o enfrentamento da violência contra a mulher, implica conhecer as necessidades locais e as especificidades das relações de gênero nas diferentes regiões do Brasil. É preciso lembrar que a diversidade social cultural e econômica dos municípios brasileiros produzem diferentes regimes de gênero, que para serem compreendidos implicam em um profundo conhecimento das relações sociais e dos saberes compartilhados no cotidiano das mulheres. As pesquisas, que servem como constante desvelamento da realidade vivenciadas por estas mulheres, apresentam-se como fundamentais para que, cada vez mais, o profissional possa elaborar suas intervenções embasado em dados concretos da realidade, o que possibilitará com que os resultados possam ser obtidos da forma almejada.

Contemporaneamente observa-se diferentes espaços que tratam da questão da violência contra a mulher, os quais puderam ser contatado para esta pesquisa. Dar voz a estas mulheres, clarificando seus direitos, assim como deveres, passa a ser o objetivo destas organizações. Todos os avanços, políticas implantadas, servem de instrumentos fundamentais para que o processo de trabalho do Assistente Social alcance os objetivos propostos.

Vale lembrar que para estas políticas públicas serem eficazes, elas precisam ser horizontais, ou seja, articular os diversos setores da sociedade, responder as demandas locais e enfrentar o desafio de envolver a sociedade no processo de desconstrução de discursos que mantêm e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. Ou seja, as políticas públicas devem ser discutidas para além dos gabinetes dos gestores incluindo outros atores sociais, além dos movimentos sociais organizados. É preciso pensá-las e discuti-las com o coletivo da sociedade, seja através, das agremiações existentes como as

associações de bairro, clube de mães, igrejas, pastorais, conselhos, dentre outros. ou ainda através de convocações públicas de reuniões para a discussão e implementação das políticas voltadas ao combate da violência contra a mulher. Esta tem que ser uma luta de todas e de todos na sociedade contemporânea.

No transcorrer do conteúdo desenvolvido, acredita-se que foi possível preservar a meta de contribuir para o entendimento de como se operacionaliza o processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres que vivenciam estas situações de violência doméstica. Teve-se como ponto de partida as questões norteadoras que possibilitaram delimitar a problemática estudada. A aproximação junto do aporte teórico referente ao objeto de estudo, assim como as informações coletadas através das entrevistas com os Assistentes Sociais e as mulheres em situação de violência doméstica, trouxeram concretamente relatos que definem como de significativa importância a atuação deste profissional junto desta demanda.

Com base nas entrevistas realizadas, viu-se o silêncio que reina perante a questão, seja ele intencional ou não, expressa uma displicente naturalização da violência contra a mulher. Observou-se que as situações de violência se repetem, e muitas das mulheres estão inseridas no ciclo descrito por Walker (1981), sendo etapas, em certo ponto, padronizadas, mesmo que, conforme destacou a própria teórica, os fatos não se repetem sempre, mas sim geralmente, de acordo com o modelo proposto. O que se perpetua é que existe sim uma relação entre as três fases (tensão, explosão, lua de mel), assim como o mesmo tende a crescer em frequência e intensidade. Desta concepção, aqui adotada, deduz-se a ordem natural dos fatos: à agressão verbal seguem-se os objetos quebrados, as paredes esmurradas, o primeiro tapa, o medo, as ameaças, o terror, as agressões severas, o desespero e a morte de um dos parceiros ou ambos.

A questão do planejamento da prática realizada foi outro ponto tratado com destaque pelos Assistentes Sociais. Segundo estes torna-se fundamental ao profissional ter a clareza de delinear suas ações, da forma e maneira que contribua para que os resultados almejados sejam alcançados. A documentação das entrevistas, assim como dos relatos das visitas domiciliares realizadas,

também servem de instrumentos essenciais para que o fortalecimento destas usuárias se delinee da maneira apropriada.

O estudo demonstrou que as mudanças seguem a ocorrer no cenário brasileiro, o qual tende a se adequar, cada vez mais, aos propósitos da erradicação da violência contra a mulher. Mesmo sem ter ainda alcançado a visibilidade de que desfruta em outros países, assim como não ter se transformado em uma questão central de agenda pública, o tema tem ganho notoriedade na sociedade brasileira. Pouco a pouco a mídia vem dedicando mais espaço ao assunto, através de documentários e reportagens em jornais e periódicos de grande circulação. Mesmo que ainda em proporções muito inferiores às dos outros países, iniciam-se ou consolidam-se, em vários estados, projetos públicos e privados de apoio às mulheres em situação de violência doméstica, o que sugere que a problematização do tema começa a extrapolar as fronteiras dos movimentos feministas, comprometendo os demais segmentos da sociedade. Em algum nível, de forma ainda pouco sistemática, estabelecem-se parcerias e articulações de diferentes tipos, conforme se observou nos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, entre as instituições envolvidas com a questão. Mesmo com a rede de serviços em fase de implantação, os primeiros resultados já podem ser evidenciados, principalmente naqueles em que o Assistente Social fez uso da lei Maria da Penha, que contribuiu para que o agressor recebesse a punição devida.

Clarificou-se que a falta de outros serviços específicos a estas mulheres, assim como que para os agressores, faz com que as mesmas sintam-se desamparadas, e muitas vezes, sem qualquer orientação de que posição tomar para a busca das soluções das dificuldades que vivenciam cotidianamente. Segundo a fala destas, em muitos casos, as redes informais, constituídas por amigos, vizinhos, colegas de trabalho, é que servem de apoio para o acolhimento junto das situações de violência que sofrem.

Ao se tratar da violência doméstica contra a mulher, constata-se a complexidade do fenômeno e a multiplicidade de demandas apresentadas pelas usuárias. Verifica-se então a necessidade de que o atendimento do Assistente Social se realize numa perspectiva multisetorial, capaz de oferecer respostas

mais eficazes, em um prazo curto de tempo. A operacionalização das redes de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, procurando se trabalhar o seu fortalecimento quanto a condições de cidadania, identidade, autonomia, torna-se fundamental. Imprescindível, para isso, que estas ações possam se dar de forma articulada, para que os diferentes serviços possam conhecer seus parceiros e trabalhar num sistema de referência e contra-referência, garantindo que as necessidades das usuárias sejam atendidas.

Com a conclusão deste estudo, confirma-se a hipótese inicial de que, para se fortalecer o movimento contra a violência doméstica, torna-se necessário romper com o silêncio que se perpetua no cotidiano destas usuárias. Não basta demonstrar a generalidade do fenômeno através de estatísticas e denúncias de ativistas e profissionais. É preciso que as usuárias se exponham, se reconheçam e se identifiquem mutuamente, com base nas ações, eventos, sentimentos e reações que experimentam. Somente assim os episódios e histórias vividas individualmente se somam para formar um todo a que se pode chamar de violência doméstica e tratar, conforme define Soares (1999) como problema de natureza social.

O estudo demonstra que os Assistentes Sociais têm atuado como mediadores, proporcionando a escolha para as mulheres, do que melhor lhes convém. Tal direcionamento vai ao encontro da proposta aqui formulada, na qual considera o profissional como sendo um facilitador que, em nome de valores como liberdade individual, independência e autonomia, fornece suporte ao processo de fortalecimento destas usuárias. A mulher, e somente a mulher, escolherá o momento adequado para abandonar o agressor, se é que o fará, quando estiver convencida da necessidade de deixá-lo.

Observa-se que em muitas situações, a mulher não deseja romper com o relacionamento, mas sim que as agressões acabem. Tem-se então um novo ponto que merece destaque, que embora seja sugerido por diversos profissionais, ainda não está colocado em prática, que seria um trabalho de acompanhamento junto do agressor. Compreende-se que ao se trabalhar com as questões de violência doméstica, deve-se, da mesma forma, tratar do agressor para que, mesmo que a relação se finde, que tais atos não se repitam com uma nova

companheira, ou então, que o agressor siga a coibir a atual, através de chantagens e ameaças com ela mesma e com os filhos. Um trabalho interdisciplinar, conforme hoje se realizam com as mulheres, também evidencia-se como sendo de fundamental importância, com o homem, para que se fortaleça também a relação entre o casal. Muitas mulheres seguem num relacionamento por acreditarem que o amor existente no início do relacionamento algum dia voltará, como de fato, em alguns relatos, retomam, principalmente no período da lua de mel, do ciclo da violência descrito. Porém, ao não se tratar desta questão junto do casal, instaura-se com frequência a fase da explosão, quando as agressões tornam-se corriqueiras. Trabalhar, portanto, na perspectiva relacional, torna-se fundamental para que as situações contraditórias que se apresentam nas relações, amor/ódio, sejam rompidas e que a mulher possa decidir então, que caminho prosseguir.

O processo de trabalho do Assistente Social deve levar em conta todo o seu saber específico, edificado na experiência com a mulher, e restringir o exercício profissional ao esforço de oferecer as condições para que a capacidade de escolha seja restaurada e que a usuária possa exercê-lo livremente. Em lugar de um especialista que fala do doente, que define a sua doença e traça seu destino, o Assistente Social deve contribuir para o fortalecimento pessoal que, segundo o empowerment, permite recuperar a capacidade de escolha e autodeterminação desta usuária, ao mesmo tempo em que a instrumentaliza a resgatar o controle sobre a própria vida, suprimido pelo domínio do agressor.

De acordo com os dados coletados, compreende-se que o acolhimento, assim como o primeiro atendimento, pode influir de forma decisiva no processo de ruptura ou na manutenção da mulher no ciclo de violência. Acredita-se que a formação dos Assistentes Sociais na perspectiva de gênero, a capacitação continuada, e o apoio aos profissionais na forma de supervisão são elementos que podem pesar decisivamente na qualidade da atenção; e que devem ser incorporados de forma sistemática às políticas de violência. A Universidade torna-se também fundamental para a capacitação dos Assistentes Sociais que atuam junto desta demanda. Desde a graduação, evidencia-se a necessidade de se oferecer disciplinas que tratem desta problemática, enfatizando, principalmente o

aspecto técnico-operativo, formas de diagnosticar situações de violência doméstica, de como intervir nestas situações, assim como a discussão de legislações e demais aspectos voltados para a área. As palestras e eventos, contando com a presença de profissionais qualificados e experientes nestas situações, também se apresentam como estratégia viável visando o aprimoramento do conhecimento dos Assistentes Sociais. Eventos sistemáticos que tratem da violência, não somente em datas comemorativas às questões da violência contra a mulher, também são fundamentais para que a problemática seja tratada da forma devida, e novas estratégias de intervenção formuladas, da mesma forma em que o Assistente Social passe a ter conhecimento, então, de todos os serviços disponíveis para o atendimento à estas situações.

No trabalho realizado junto das mulheres em situação de violência doméstica, ressalta-se a importância das atividades em grupo, nos quais as usuárias se reconhecerão como vítimas de uma violência mais ampla e mais genérica do que aquela que as atingiu individualmente. Observou-se que as mulheres em situação de violência doméstica tendem a negar sua condição ou a percebê-la como sendo absolutamente singular, até se confrontarem com outras experiências, igualmente singulares, semelhantes as suas. Através da partilha de experiências, aprenderão que sua trajetória de vitimização não se constitui como um fato isolado e que leva ao uso de artifícios defensivos, estratégias para dissimular o ódio, o medo, a perplexidade, a revolta. Saber-se enquanto sujeito inserido neste processo, implica reconhecer os sentimentos que a violência legitimamente provoca e aqueles gerados pelo medo de um a nova vida, fora da relação violenta. Significa nomear as experiências através de um novo código, descrevê-la para terceiros e ouvir a experiências de outras mulheres que se encontram na mesma situação.

A presente ótica de análise terá que passar de um posicionamento que encara estas usuárias como pessoas que falharam ao tentarem usar o poder que possuíam, mantendo-se aprisionadas a um ciclo constante de violência; para um outro que, afirme claramente que ambas têm em si, presente um poder capaz de proporcionar situações de reação, de fortalecimento na busca por condições dignas de aprendizagens e vivências. Acredita-se que isto só será possível a partir do momento em que for desenvolvida uma análise crítica do todo que se

trabalha e de como o mesmo influencia a submissão das mulheres em situação de constantes violências domésticas.

Assim sendo, se estará proporcionando o fortalecimento da cidadania, da identidade e da autonomia destas mulheres. O fortalecimento da cidadania efetiva-se nas mediações concretas das políticas sociais no que se relaciona à institucionalização dos direitos sociais. Estas políticas tornam-se mediações fundamentais de fortalecimento de grupos e pessoas nas relações com o Estado. Fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica consiste em fortalecê-las em relação aos seus direitos sociais, desvinculando a idéia de que ambas sejam eternas “escravas” do ciclo de violência ao qual estão envolvidas. Procurar demonstrar que caminhos existem, e mesmo com as limitações que se apresentam em razão das limitações vivenciadas, a vida prossegue, e cada uma pode encontrar uma forma de reconstruir estratégias, planos, metas. No processo de conscientização junto aos seus direitos, expõem-se pontos significativos referente à Lei Maria da Penha, em prol do Plano Nacional de Políticas para as mulheres que, vinculado à conscientização que se procura junto das usuárias, o rompimento em definitivo do silêncio que se perpetua por anos e anos no convívio com o agressor.

O fortalecimento da autonomia efetiva-se na capacidade de reproduzir-se na complexidade da historicidade e da cotidianidade do ciclo de violência no qual estão envolvidas as usuárias. Constrói-se a autonomia auferindo a capacidade destas em manter decisões e recursos próprios, podendo representar-se criticamente, combinando o reforço do eu com a aprendizagem da dúvida, na recusa da alienação da tutela, do controle, que torna-se excessivo por parte do cônjuge/companheiro.

O fortalecimento da identidade se dá a partir do momento que se trabalha a reconstrução da auto-estima, a desconstrução e desnaturalização da idéia concebida em relação ao ciclo de violência, ao qual as mulheres sentem-se aprisionadas, o que se vincula em sua cotidianidade. Trabalha-se com a desvinculação da imagem de submissão, da cultura, de visões de mundo, de valores inferiorizados. Procura-se desvincular os preconceitos, as discriminações, as desvalorizações, as desmotivações ao qual se aceita passivamente.

Na medida em que se fortalecem estas usuárias, se estará conferindo à estas, condições concretas de enfrentamento à toda a situação que vivencia. O Assistente Social estará construindo junto da usuária, uma consciência reflexiva, uma consciência de algo, e esta consciência deve estar impregnada de autonomia, de esperanças, de perspectivas de vida, de acesso aos direitos.

O produto final que propõem-se alcançar no processo de trabalho realizado é de propiciar com que estas mulheres possuam a consciência da teia das relações estabelecidas e concretizadas pelas redes sociais, podendo essa confirmar, subjetivamente, que têm condições de se libertarem de um Ciclo que se perpetua de constantes agressões, assim como elaborar perspectivas de vida, superando as dificuldades vivenciadas por anos em suas trajetórias. Que as mesmas tenham consciência e capacidade de se desvincularem da submissão atribuída, ao isolamento imposto perante a sua rede primária e secundária. Que as mesmas tenham a capacidade de gerir sua vida, de forma fortalecida, ciente de seus direitos, com capacidade de tomarem escolhas, direções, que considerarem propícias.

As articulações de estratégias apresentadas como produto final deste estudo têm por intuito redefinir as trajetórias destas usuárias, mudando as relações de poder entre os cônjuges, como o uso do direito, da informação, dos recursos, das redes, em consonância com os patrimônios, referências e interesses em jogo. Intervir com estratégias as usuárias, implica investir em projetos individuais e coletivos das mesmas, que tragam a rearticulação dos patrimônios, referências e interesses com vistas à libertação da situação que se encontram. Como Faleiros (2001) ressalta, este processo significa a reconstrução da identidade das usuárias, através de uma política do cotidiano para poder conduzi-la nas pequenas decisões, construindo um agir comunicativo, possibilitando uma reinserção na sua autonomia e cidadania.

O processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica, na medida que contribuem para o fortalecimento destas usuárias frente as situações vivenciadas, oferece caminhos e novas perspectivas para as trajetórias destas. A partir do momento em que se fortalece as redes primárias e secundárias destas mulheres, contribui-se para o

empoderamento destas, frente as situações de exclusão no convívio a dois, assim como no contexto social no qual estas estão inseridas.

O presente estudo permitiu uma aproximação ainda maior com o tema de estudo delimitado. Foram dois anos de uma maior aproximação que muito contribuiu para uma re-leitura desta totalidade excludente, que se manifesta de maneira tão desonesta e impune para a grande maioria das mulheres participantes desta pesquisa. Através dos relatos obtidos, a leitura que hoje se faz, é bem mais ampla do que aquela do início de 2002, naquele primeiro atendimento realizado a Sônia. Seguiram-se inúmeros atendimentos, novas situações, avanços constitucionais, que servem de direção para o exercício profissional que prossegue.

Desvincular o Serviço Social de uma prática conservadora e alienante, torna-se uma constante no cotidiano profissional, e deve sim fazer parte da realidade de cada Assistente Social. O constante aprimoramento teórico, a busca pela relação com a prática que se apresenta, contribui, de forma significativa, para que os objetivos colocados em prática em cada processo de trabalho realizado, sejam alcançados.

Ressaltando as palavras de Yamamoto (2003, p.51), “o aperfeiçoamento técnico-operativo mostra-se como uma exigência para uma inserção qualificada do Assistente Social no mercado de trabalho”. Aprimoramento. Certamente esta é a palavra mais adequada. Um constante aprimoramento, seja ele de contatos, de conhecimentos, da prática cotidiana. O profissional, para ter sua prática reconhecida, assim como os objetivos alcançados, deve sim ter um aprimoramento constante, evitando estagnar-se, contentar-se com o real apresentado. E intervir junto das mulheres em situação de violência doméstica, faz com que o Assistente Social esteja sempre voltado ao desvelar desta realidade que a cada dia se complexifica, torna-se mais acentuada.

Encerram-se o presente estudo se renovando os sonhos que sempre foram constantes e que guiaram o pesquisador nesta busca pelo aprimoramento profissional, por respostas condizentes aos interesses da população usuária. Propõem-se a continuidade do presente estudo numa pesquisa de Doutorado, a nível nacional, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social

(CREAS)¹⁷, dimensionando, mapeando e verificando de que forma se operacionaliza o processo de trabalho dos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica.

Acredita-se que os louros da vitória, só recebem aqueles que não desanimam das lutas diárias. Ao se acreditar nos sonhos, haverá de galgar o patamar mais alto e chegar ao topo almejado. Em parte, ser Assistente Social é ser sonhador. É acreditar que sim, uma nova realidade é possível, e que através de esforços e competências teórico práticas, pode-se sim contribuir para uma nova sociedade, permeada por uma nova consciência, na qual, a solidariedade se faça presente, e que os números drásticos da exclusão, das situações de violência contra a mulher, que hoje se refletem, sejam, cada vez mais, diminuídos.

¹⁷ Segundo a Política Nacional da Assistência Social, o CREAS se constitui como sendo um equipamento que presta serviços de proteção social especial de média complexidade, junto às famílias, seus membros e indivíduos, em seu contexto comunitário, tendo por finalidade a orientação e o convívio socio familiar e comunitário, em atendimento especificamente provocado pela violação de direitos. (SIMÕES, 2007, p. 292)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S S de. Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro. Revinter: 1999.

ALVES, Fabrício da Mota. Advogado especialista em Direito Tributário, assessor parlamentar no Senado Federal, professor universitário. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. (Elaborado em 08.2006). in <http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto.asp?id=8764>. (acessado em 18.07.07)

ANDERSON, Jeanine trabalho "Sistemas de gênero, redes de atores e uma proposta de formação", editado pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina – REPEM –2000.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bontempo Editorial,2005.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ARAÚJO, Leticia Franco de. Violência contra mulher: a ineficácia da justiça penal consensual. Campinas-SP: Lex, 2003.

ARRIETA, Gricelda, Mulheres Abusadas: a violência de cada dia. São Paulo: Cortez, 2000.

ÁVILA, Jorge. Violência Doméstica: Por que as mulheres perdoam? (2006). Artigo disponível em http://www.jornaldedebates.ig.com.br/index.aspx?cnt_id=15&art_id=9613.

AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1988.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil. Temas de Psicologia, 1988.

BADINTER, Elisabeth. Um é o outro: relações entre homens e mulheres. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BALONEI, Giane Cristini. Instituições, gênero e violência: um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal, 2003. Dissertação - (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edições Lisboa, 1977.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2003.

- BARROS, Luis Carlos, Crimes de Gênero: um olhar contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2000.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. Mulheres nossas: crimes perfeitos, São Paulo: Artes, 1970.
- BECKER, Fernanda. As metodologias informacionais e a Sociologia da Violência no século XXI. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2001, Fortaleza.
- BENEVIDES, Maria Victoria. A questão social no Brasil – os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. São Paulo: Videtur – Letras – 3, 2001.
- BENJAMIN, Alfred. A Entrevista de Ajuda, São Paulo: Cortez, 1996.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOSELLI, Giane Cristini. Instituições, gênero e violência: um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal, 2003. Dissertação - (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília.
- BRAGHINI, L. Cenas repetitivas de violência doméstica. São Paulo (SP): Unicamp, 2000.
- BRANDÃO, Elaine R. Nos corredores de uma Delegacia *da Mulher*. um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal. 1997. 202p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- Brasil, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres- Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2004. 116p.
- BRAVO, M. Incesto e Violação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.
- BUVINIC, M.; MORRISON, A R. & SHIFTER, M. Violência nas Américas: um plano de ação. In MORRISON, A R. & BIEHL, M. L. A família ameaçada – violência doméstica nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- CABRAL MAA, Brancalhone PG. Representações da violência conjugal de 117 mulheres de Campinas – Brasil. J Bras Psiquiatria. 2000.
- CAMARGO, Y. L. As Atribuições e Práticas do Assistente Social nas Instituições Públicas e Privadas de Saúde de Manaus. Manaus, NAPPSS/DAP/CNPq/UA, 1998.
- CAMARGO, M. e AQUINO, S. de. Redes de cidadania e parcerias- Enfrentando a rota crítica. In: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher- plano nacional. Brasília Secretaria, 2003.
- Cardin MS & Azevedo BA. Repercussões sociais do alcoolismo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* 31(7): 365-370. 1991.

- CARDOSO, Friederich. Um estudo sobre família. São Paulo: Cortez, 1998.
- CASTEL, Robert. Desigualdade e questão social. São Paulo: Educ, 1997.
- _____. As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Código de Ética 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf. Acessado em 2007/01.
- Conferência de Viena em 1993. disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/index.html>.
- CONSEIL DU STATUT DE LA FEMME,1991. Artigo disponível em http://www.csf.gouv.qc.ca/fr/2006femmesreligion/?F=bios_H-Q.
- Conselho Regional De Serviço Social (CRESS). Cartilha Explicativa. Porto Alegre, 2000.
- CORSI, Jorge. Violência Familiar: uma mirada interdisciplinaria sobre um grave problema social. 3. ed. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- MOREIRA, M.I.C.; RIBEIRO, S.F. & COSTA, K.F., Violência contra a mulher na esfera conjugal:jogo de espelhos. In: *Entre a Virtude e o Pecado* (Costa, A. & Bruschini, C), pp. 169-190, Rio/ S. Paulo:Ed. Rosa dos Tempos/ F. Carlos Chagas. 1992.
- COSTA, K.O. *Violência familiar contra Mulheres, crianças e adolescentes*. Salvador: Ultragraph, 2004.
- CURY, Carlos Jamil. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria critica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.
- DIAS, Maria Berenice. - desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Bem vinda, Maria da Penha! Elaborado em 07.2006. In <http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto.asp?id=8806>. (acessado em 18.07.07)
- DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1980.
- DESLANDES, S.F. O atendimento a vítimas de violência na emergência: "prevenção numa hora dessas?". *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 81-94, 2002.
- DILLMAN, Don A. Métodos de Pesquisa. Editora Petrópolis, 1978.
- DRAIBE, Sônia M., PEREZ, José Roberto R. O programa TV Escola: desafios à introdução de novas tecnologias. Cadernos de Pesquisa, nº 106, p.27-50, mar./1999.
- DUARTE, Jorge. Redes Sociais: um novo enfoque. Disponível em: <http://www.Redessociais.senac.com.br> Acesso em 10 jun.2003.

D'ALMEIDA, André, Caminhos da Violência: em busca de recuperação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Artigo: "A Questão da Violência", Disponível em in <http://www.solavanco.com/artigos/artigo09.html> .

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. Gênero e Desigualdade. São Paulo: Cortez, 1997.

Fávero, M.H; Abrão, L.M. (2005) Gênero e telenovela: o grupo focal e a análise dos atos da fala na pesquisa das representações sociais. Em: Jornada Internacional sobre Representações Sociais (4:2005). Teoria, Metodologias e Intervenções: Textos Completos, João Pessoa, PB, UFPB/Editora Universitária, 2005.

FERNANDEZ, A.M., Violencia y conyugalidad: una relación necesaria. La Gestión de las fragilidades y resistencias femeninas en las relaciones de poder entre los géneros. In: *La Mujer y la Violencia Invisible* (E. Gilbert, & A.M. Fernández, orgs.). Buenos Aires: Editora Sudamericana. 2005.

FONSECA, Iglesias Fernanda de Azevedo. - Advogada em Viçosa (MG), mestranda em Economia Familiar pela Universidade Federal de Viçosa. A Lei Maria da Penha e o reconhecimento legal da evolução do conceito de família. (Elaborado em 08.2006). in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8911>. (acessado em 18.07.07)

Fontana, M. & Santos, S. F Violência contra a mulher. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. 2004.

FRAGA. Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.70, p.44-58, jul. 2002.

FREIRE , Paulo. Os caminhos do saber. São Paulo: Loyola, 1972.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o trabalho científico, que todo mundo pode saber, inclusive você: Explicação das Normas da ABNT. 11. ed. – Porto Alegre:S.N.,2002.

GARAUDY, Eric. Violência nossa de cada dia. São Paulo: Loyola, 1977.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação – um estudo introdutório. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GIFFIN, K., Violência de gênero, sexualidade e saúde. Cadernos de Saúde Pública, 1994.

GIDDENS, A. A transformação da intimidade. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

GORZ, Albertin. O Ontem e o Hoje sobre a Violência. Cortez, EDUC, 1973.

GOLDMANN, Lucien. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GROSSI, Patricia Krieger. Violência contra a mulher na esfera doméstica: rompendo o silêncio. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1994.

_____, Mulheres imigrantes que sofreram violência conjugal: reflexões sobre a rede de relações. Educação (Porto Alegre), v.24, n.45, Porto Alegre. 2001.

_____, Violência contra a mulher: mitos e fatos. Educação (Porto Alegre), v.18, n.29, Porto Alegre. 1995.

GROSSI, Patrícia K., 2006.

Guimarães C. Violência feminina: uma questão doméstica. <http://www.pontoeletronico.fumec.br> (acessado em 07/Fev/2002).

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

HEIDEGGER M. A questão da técnica. São Paulo: Cadernos de Tradução; 1997.

HEISE, L., Gender-based abuse: The global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10. 1995.

HELLER, A. O Cotidiano e a História . Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: espaço de uma interpretação histórico-metodológica. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9ed. São Paulo, Cortez, 2005.

IANI, Otávio. A Sociedade Global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Teorias da Globalização. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JÚNIOR, Edison Miguel da Silva - procurador de Justiça em Goiás. Direito penal de gênero. Lei nº 11.340/06: violência doméstica e familiar contra a mulher. Elaborado em 07.2006. in <http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto.asp?id=9144> (acessado em 18.07.07)

KERN, Francisco A. Os Sentidos das Teias e Redes Sociais no Cotidiano da AIDS. Tese do Doutorado. Faculdade de Serviço Social da PUC RS, 2001.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri.

KUSNETZOFF, Rodrigo As áreas do saber. São Paulo: Cortez, EDUC, 1982.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri.

LANGLEY, Roger e LEVY, Richard .*Mulheres Espancadas – Fenômeno Invisível*. São Paulo, E. Hucitec, 2º edição 1980.

LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal. Lógica Dialética. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LOIOLA, E. e MOURA, S. A Economia Globalizada e o Desenvolvimento Revisitados. In *Gestão em Debate*, Salvador, NPGA/EAUFBA, 1997.

MAGNO, A B. & ACCIOLY, D. Laços de Sangue. *Correio Braziliense*, nº 14.511, Edição do dia 09-02-03, pp 18-19, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados*. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia; RODRIGUES, Maria Lúcia. *O uno e o múltiplo na relação entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, EDUC, 1994.

MARTINELLI, Maria Lucia. *O uso de abordagens qualitativas no Serviço Social: um instigante desafio*. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*. Nº 1. São Paulo: NEPI/PUCSP, 1994.

_____. *Serviço Social: identidade e alienação*. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec. 2000.

MARX, Karl . *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1993.

MARX, Karl. *O capital: crítica de economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os economistas).

_____, Karl. *Para a Crítica da Economia Política. Do Capital. O Rendimento e suas Fontes*. Trad. de Edgard Malagodi. Colab. de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTOSO, J. E. L. A (Des) Ordem Econômica Internacional e o Brasil. *Política Hoje: Revista do Mestrado em Ciências Políticas da UFPE, RECIFE*, v. 1, n. 3, 2005.

MILLER, Mary Susan. *Feridas Invisíveis: Abuso não físico contra as mulheres*. São Paulo: Summus, 1999.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. *Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar e de ação Coletiva*. *Cadernos de Saúde Pública*. 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 5º Edição. Hucitec-Abrasco: São Paulo-Rio de Janeiro, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; Neto, Otávio Cruz; Gomes, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 10º Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

MONTAÑO, C. E. *La Natureza del Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2000.

MONTEIRO, S. *Qual prevenção! Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

Moreira, V. A Experiência Vivida do Estigma: Um Estudo sobre a Doença Mental e HIV / AIDS no Nordeste do Brasil. Projeto de Pesquisa, Mestrado em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza. 2002.

MORENO, Montserrat. Temas transversais: um envio voltado para o futuro. In: BUSQUETS, Maria Dolors et al Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1998.

MORRISON, A R. & BIEHL, M. L. A família ameaçada – violência doméstica nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo, Teoria Marxiana e Alternativa Comunista. Revista Serviço Social e Sociedade, N.º 37, São Paulo, Cortez. 1991.

ODALIA, Nilo. O QUE É VIOLÊNCIA. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos: 59).

Organização Mundial da Saúde. Informações disponíveis na página: www.opas.org.br

OSÓRIO, Luiz Carlos. Família Hoje - Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

OLIVEIRA, Vera Barros de; YAMAMOTO, Kayoko. (Orgs) Psicologia da Saúde: Temas de Reflexão e Prática. São Paulo: UMEESP, 2003.

Pesquisa Perseu Abramo (2001) disponível em www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf.

PICHON-RIVIÈRE, E. O Processo Grupal. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 1986

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

PRATES, Jane Cruz. Disciplina: Teoria do Serviço Social II. A Produção do conhecimento em Marx. Textos Marxianos e de marxistas contemporâneos. 2003\01.

REZENDE, Anita Cristina Avevedo. Fetichismo e subjetividade. São Paulo: PUC/SP, 192. Tese (mimeo). 1998.

RIBEIRO, Antônio Fraga, A Nova Família. Editora Coletânea, São Paulo: 1995.

RIBEIRO, M. A.; BORGES, L. M.; SANTANA; M. C. P. & RAMOS, S. H. M. C. A violência intra-familiar e suas conseqüências para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Pesquisa apresentada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Brasília – UCB, 2000.

ROSO, Adriane; MATTOS, Flora Bojunga de; WERBA, Graziela C.; STREY, Marlene Neves. Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RUFINO, M. D. A. A violência intra-familiar: o homem é a vítima. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, realizado em Brasília/DF de 2 a 6 de agosto de 1997. Acessado em 2007.

SAFFIOTI, H.I.B, "Violência doméstica ou a lógica do galinheiro". In: KUPSTAS, M. (org.). Violência em debate. São Paulo, Editora Moderna, 1997.

SAFFIOTI, H.I.B. "Violência de gênero — lugar da práxis na construção da subjetividade". Lutas Sociais. São Paulo, PUC, 1997.

SAFFIOTI, H.I.B. e ALMEIDA S.S. de. Violência de gênero — poder e impotência. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

SANTANA, D. A vida íntima das palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa. São Paulo: Arx, 2000.

SARTI, Lúcia. A Família ontem e Hoje. Editora Brasiliense. 3º ed. 1998

SCHNITMAN, D. F. (Org.) Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: ArTmed, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre: 16 (2): 5-22, 1990.

SELTIZ, Ane. Método de Pesquisa nas relações sociais. São Paulo: E.P.U., 1975.

SIMON, Andre. A Violência Doméstica em destaque. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Bárbara Musumeci. Mulheres Invisíveis: Violência Conjugal e novas políticas de segurança. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1999.

SOARES, Lucila. Reportagem: O Fim do Silêncio. Revista Veja. Edição 1947 – 15 de março de 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para Fazer Avançar a Política de Assistência Social no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 69, São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 55, São Paulo: Cortez, 1997.

STREY, Marlene N. ; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (Org.) Violência, Gênero e Políticas Sociais. Porto Alegre, EDUPUCRS, 2004.

TAVARES, Fabricio. MARCAS DO SILÊNCIO: Mulheres Vítimas da Violência Doméstica – Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social orientado por Dr. Francisco A. Kern. 2003/01

TELLES, Vera. A Violência Doméstica em destaque. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

TURCK, M.^a da Graça Maurer Gomes. Caderno Universitário da cadeira de Processo de Trabalho V. Editora da ULBRA, 2003.

TÜRCK, M.^a da Graça Maurer Gomes, Rede Interna e Rede Social: O Desafio Permanente na Teia das Relações sociais / Maria da Graça Maurer Türck. - Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

VEZZULLA, Juan Carlos. Atos cotidianos no dia á dia: a máscara da violência. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

YASBECK, Maria Carmelita; BELFIORE, Mariangela - Desigualdade e a Questão Social / São Paulo: EDUC, 2000.

YASBECK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social : Expressões da Questão Social no Brasil. Temporalis, Brasília, n. 3. Brasília, 2001.

VISCON, Luiz Carlos. O cotidiano das agressões. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

WHITAKER, Carl. Dançando com a família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Lei da Regulamentação da Profissão. Lei nº8.662, de 7 de junho de 1993.

WILLIAMS, L. C. A. Efeito da denúncia da mulher na violência física do parceiro: O que faz o homem parar de agredir a mulher? Projeto de pesquisa encaminhado ao Programa de Iniciação Científica. CNPq/UFSCar. São Paulo, 2002.

TELES, M.A. de A.; MELO, M. de. O que é violência contra mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.

- Páginas acessadas:

<http://www.patriciagalvao.org.br/>

<http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html>) – acesso em 20/08/05.

<http://www.aviolenciaemquestao.org.br> – acesso em 20/08/05.

<http://www.sulbrasil.org> - acesso em 25/09/05).

<http://www.paulinas.org.br> Redes – Conversando com Chico Whitaker”, Paulinas Multimídia –

<http://200.130.7.5/spmu/docs/PNPM.pdf>)

ANEXOS

ANEXO 1- QUADRO DE PESQUISA

PUCRS – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia K Grossi

Mestrando: Fabrício A. Tavares

PESQUISA: DAS LÁGRIMAS À ESPERANÇA: O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

TEMA	Problema	OBJETIVOS	QUESTÕES NORTEADORAS	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS/METODOLOGIA
<p>Processo de Trabalho do Assistente Social e Violência Doméstica contra a mulher.</p> <p>Delimitação do Tema:</p> <p>Processo de Trabalho do assistente social, realizado junto das mulheres em situação de violência doméstica, em pesquisa a ser aplicada nos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, no ano de 2007.</p>	<p>Como se operacionaliza o processo de trabalho do Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica?</p>	<p>Geral:</p> <p>Analisar o processo de trabalho realizado pelos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica, com vista a contribuir para a formulação de uma proposta de atuação que tenha como eixo norteador a busca pelo enfrentamento destas situações, desvinculando-as do ciclo de violência que se encontram.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar o processo de trabalho dos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica; - Analisar os principais fatores que envolvem a situação de submissão das mulheres em situação de violência doméstica, assim como os motivos que as levam a permanecerem inseridas no Ciclo de violência; - Verificar os limites e possibilidades da rede de Serviços de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e a influência no processo de trabalho do Assistente Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como os Assistentes Sociais compreendem a violência doméstica contra a mulher? - Quais as estratégias teórico metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas incorporadas pelos Assistentes Sociais no processo de trabalho junto das mulheres em situação de violência doméstica? - De que forma as necessidades das mulheres em situação de violência doméstica são atendidas, no processo de trabalho realizado pelo Assistente Sociais? - Quais os limites e possibilidades das redes formais e informais no processo de trabalho dos Assistentes Sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica? - Qual a compreensão dos Assistentes Sociais referente às políticas públicas de atendimento as mulheres em situação de violência doméstica? 	<p>Pesquisa Qualitativa. Método dialético critico de investigação.</p> <p>Coleta de dados através de entrevista semi-estruturada;</p> <p>Amostra:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistentes Sociais vinculados a Prefeituras dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. (16) - Mulheres em situação de violência doméstica, atendidas nos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. (16)

ANEXO 2- TERMO DE CONSENTIMENTO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO – MESTRADO

PESQUISA: Das Lágrimas à Esperança: O Processo de Fortalecimento das Mulheres em Situação de Violência Doméstica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o processo de trabalho realizado pelos assistentes sociais junto das mulheres em situação de violência doméstica, com vista a contribuir para a formulação de uma proposta teórico metodológica que tenha como eixo norteador, a busca pelo enfrentamento destas situações, desvinculando-se do ciclo de violência que se encontram.

A pesquisa de campo envolve entrevistas semi-estruturadas com Assistentes Sociais vinculados as Prefeituras dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, assim como as mulheres em situação de violência doméstica atendidas nos respectivos locais.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e as entrevistas com duração de aproximadamente 01 hora, serão gravadas digitalmente e transcritas posteriormente. O entrevistado não responderá a questões que possa considerar inoportunas, bem como poderá interromper a gravação se assim desejar. Os resultados serão devolvidos aos participantes da pesquisa após o término do Curso de Mestrado em Serviço Social através da entrega de uma cópia da Dissertação para as Unidades da Organização participante do estudo.

Atesto que as informações aqui presentes neste termo de consentimento informado foram lidas pelo entrevistado e esclarecidas quaisquer dúvidas pelo entrevistador. Os resultados poderão ser publicados e/ou divulgados assegurado o sigilo das informações e a anonimidade dos participantes.

Agradecemos a contribuição e estamos à disposição para quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa pelo fone (51) 98180714 (Mestrando Fabrício André Tavares) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 33203345.

Entrevistado

Local e Data

Fabrício André Tavares
Matrícula nº 06191170
Prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi
Matrícula 069366

ANEXO 3- ROTEIRO DE ENTREVISTA

INSTRUMENTO 01 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeitos: N1 – Assistentes Sociais vinculados às Prefeituras dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Universo: 16 Assistentes Sociais. (08 de São Leopoldo; 08 de Novo Hamburgo).

A. Aquecimento

- Apresentação pessoal;
- Apresentação dos Objetivos e das etapas da pesquisa;
- Descrição de como será a entrevista, e apresentação das categorias centrais de análise;
- Solicitação de permissão para a gravação da entrevista;

B. Desenvolvimento da Entrevista.

- Confirmação de dados Profissionais

Idade

Sexo

Ano de conclusão do curso de graduação em Serviço Social

Instituição de Ensino

Realizaste cursos de Pós Graduação?

Atua na área da violência há quanto tempo?

Atende mulheres em situação de violência doméstica há quanto tempo?

De que forma te capacitas para atuar na área da violência doméstica contra a mulher?

De onde partiu o interesse pela temática da violência?

- Processo de Trabalho

1. O que você entende por Processo de Trabalho do Assistente Social?

2. Qual o processo de trabalho desenvolvido pelo Assistente Social junto das mulheres em situação de violência doméstica?

3. Utiliza-se de embasamentos teóricos?

4. Quais as estratégias teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que embasa o processo de trabalho realizado junto das mulheres em situação de violência doméstica?
5. Números de atendimentos/médio ao mês junto de mulheres em situação de violência doméstica.
6. Percentual de atendimentos continuados junto das mulheres em situação de violência doméstica.
7. Como se identifica que a usuária sofre violência doméstica?
8. Como se realiza o processo de acolhimento com a usuária?
9. Como se forma o vínculo com cada usuária?
10. Quais as principais dificuldades relatadas pelas mulheres em situação de violência doméstica?
11. Como elas fazem para superarem estas dificuldades?
12. Como se apresentam, no início das intervenções, as redes primárias das mulheres em situação de violência doméstica?
13. Como se apresentam, no início das intervenções, as redes secundárias das mulheres em situação de violência doméstica?
14. Qual seu entendimento sobre a rede de proteção a mulheres em situação de violência doméstica?
15. Tens conhecimento da Lei Maria da Penha? Procuram discuti-la junto de outros profissionais? Operacionalizá-la?
16. Quais as possibilidades e limites Institucionais vivenciados na intervenção profissional?
17. Quais as possibilidades e limites do trabalho em rede, visando o fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica?

- Principais resultados

1. Como se evidencia o processo de fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica?
2. Quais os resultados mais expressivos evidenciados? (citar exemplos)
3. Teria algo mais a falar?

C. Encerramento

- Agradecimentos
- Informar como será o seguimento da Pesquisa

- Solicitar e-mail para envio do texto da entrevista para validação
- Fornecer contatos para eventuais complementos/correções
- Despedidas

INSTRUMENTO 02 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeitos: N2 – Mulheres em situação de violência doméstica, atendidas nos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Amostra: 16 mulheres em situação de violência doméstica.

A. Aquecimento

- Apresentação pessoal;
- Apresentação dos Objetivos e das etapas da pesquisa;
- Descrição de como será a entrevista, e apresentação das categorias centrais de análise;
- Solicitação de permissão para a gravação da entrevista;

B. Desenvolvimento da Entrevista.

- Confirmação de dados da usuária
 - Idade
 - Endereço
 - Estado Civil
 - Tempo que vive com o marido/companheiro
 - Número de filhos
 - Número de pessoas que residem na mesma casa
 - Grau de escolaridade
 - Ocupação
 - Situação sócio-econômica.
- Dados sobre as violências sofridas
 1. Qual o motivo que a trouxe aos atendimentos.
 2. Há quanto tempo sofre violência?
 3. Já realizou alguma denuncia?
 4. Quantas denúncias já realizadas?
 5. Se sim, onde, como e porque.
 6. Já retornou para o lar, após realizar as denuncias. Se sim, por que?
 7. Se não, porque?
 8. Dados sobre o agressor.

9. Uso de substâncias psicoativas pelo agressor. Quais?
10. Intensidade das violências sofridas.
11. Descrição das violências sofridas.
12. Pessoas que fazem parte do seu cotidiano.
13. Pessoas importantes com quem pode contar em seu cotidiano, principalmente em meio a situações de violência doméstica.
14. Instituições de apoio com quem tem contato.
15. A importância destas Instituições.
16. Atividades nas horas de lazer.
17. Posição do companheiro/marido quanto às violências.
18. A importância do assistente social.
19. Principais resultados do trabalho realizado pelo Assistente Social.
20. Perspectivas para o futuro.
21. Planejamento de metas, objetivos para a vida.

C. Encerramento

- Agradecimentos
- Informar como será o seguimento da Pesquisa
- Despedidas

ANEXO 4: ROTEIRO PARA PESQUISA DOCUMENTAL

Documentos:

- Lei de Regulamentação da Profissão;
- Código de Ética do Assistente Social;
- Atribuições Privativas do Assistente Social;

- 1.1. Verificar os princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico operativos da profissão;
- 1.2. Analisar as atribuições do Assistente Social em seu processo de trabalho;
- 1.3. Analisar as leis que regulamentam a profissão;
- 1.4. Princípios, Competências, Direitos do Código de Ética profissional.